

ENCAMINHAME  
PERÍCIA S  
ABORD  
GRUPOS  
REUNIA  
OBSERVAÇÃO, TRABALHO  
ESTUDOS  
VISITA DOMICILIAR  
ENTREVISTA

TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE

DO SERVIÇO SOCIAL

ORGANIZADORAS  
ERLENIA SOBRAL DO VALE  
RAQUEL DE BRITO SOUSA  
RENATA ALBUQUERQUE CAMELO



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da Uece

Erasma Miessa Ruiz

## Conselho editorial

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

## Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro | UFPE Maria do Socorro Silva Aragão | UFC  
Eliane P. Zamith Brito | FGV Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça | UNIFOR  
Homero Santiago | USP Pierre Salama | Universidade de Paris VIII  
Ieda Maria Alves | USP Romeu Gomes | FIOCRUZ Túlio Batista Franco | UFF  
Manuel Domingos Neto | UFF Túlio Batista Franco | UFF

ENCAMINHAME  
PERÍCIA SOCIAL  
ABORD

**TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE**

REUNIA  
OBSERVAÇÃO  
TRABALHO  
RELATÓRIO  
ESTUDOS

**DO SERVIÇO SOCIAL**

GRUPOS  
VISITA DOMICILIAR  
ENTREVISTA

ORGANIZADORAS  
ERLENIA SOBRAL DO VALE  
RAQUEL DE BRITO SOUSA  
RENATA ALBUQUERQUE CAMELO

1ª Edição

Fortaleza - CE

2020



## **TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**

© 2020 Copyright by Erlania Sobral do Vale, Raquel de Brito Sousa e Renata Albuquerque Camelo

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE  
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará  
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893  
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



### **Coordenação Editorial**

Erasmus Miessa Ruiz

### **Diagramação**

Léo de Oliveira

### **Capa**

Sarah Nicodemos

### **Revisão de Texto e Normalização Bibliográfica**

Felipe Aragão de Freitas Carneiro  
felipearagaofc@hotmail.com

Ficha Catalográfica

Lúcia Oliveira CRB - 3/304

T758

Trabalho e instrumentalidade do serviço social / Erlania Sobral do Vale, Raquel de Brito Sousa, Renata Albuquerque Camelo (Organizadoras). - Fortaleza: EdUECE, 2020.

224 p.

ISBN: 978-65-86445-08-4

1. Serviço social. 2. Serviço social - Trabalho. 3. Serviço social - Formação profissional.

CDD: 361.3

# Sumário

## PRIMEIRA PARTE

### Considerações sobre ensino e pesquisa da instrumentalidade

*Os desafios do ensino da instrumentalidade e a interação com a pesquisa do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) .....* 15

*Erlenia Sobral do Vale*

*Dimensão técnico-operativa da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social: esboços de uma interpretação crítica do ensino da prática .....* 27

*Samuel Germano Moreira Silva*

*Leila Maria Passos de Souza Bezerra*

*A pesquisa sobre a instrumentalidade do Serviço Social na literatura tradicional.....* 55

*Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra*

*A dimensão técnico-operativa na literatura do Serviço Social: Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas e Anna Augusta de Almeida.....* 65

*Géssica Naiane Silva Oliveira*

*Rayane Lima Duda*

*Renata Albuquerque Camelo*

## SEGUNDA PARTE

### Dimensão técnico-operativa da instrumentalidade no cotidiano do exercício profissional

*Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: a dimensão técnico-operativa em ONGs, instituições públicas e privadas .....* 95

*Raquel de Brito Sousa*

*Erlenia Sobral do Vale*

*Desafios e perspectivas da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Educação .....* 118

*Renata Maria Paiva da Costa*

*Maria do Socorro Camelo Maciel*

<b><i>Perspectivas e desafios da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Previdência</i></b> .....	135
<i>Joana Idayanne Silveira Moreira</i>	
<i>Irene Jucá Paiva Aguiar</i>	
<b><i>Perspectivas e desafios da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Assistência Social</i></b> .....	154
<i>Maria Lenílúcia Pereira Gomes</i>	
<b><i>Dimensão técnico-operativa do trabalho do(a) assistente social na Saúde</i></b> .....	178
<i>Neubejâmia Rocha Silva Lemos</i>	
<i>Ruth Brito dos Santos</i>	
<i>Sandra Costa Lima</i>	
<b><i>Desafios e perspectivas da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social no Sociojurídico</i></b> .....	192
<i>David Pereira Cruz</i>	
<i>Edméia Corrêa Netto</i>	

## Prefácio

Eu acredito é na rapaziada  
Que segue em frente e segura o rojão  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
Que não foge da fera e enfrenta o leão  
Eu vou à luta com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada  
Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada  
*(Acredito é na rapaziada, Gonzaguinha)*

São raros os momentos da academia que nos permitem compatibilizar trabalho e prazer. Participar do I Seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, organizado pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), foi um desses momentos privilegiados. Desde o início, notei que se tratava de um evento singular e especial. Não tinha o caráter formal que recobre grande parte dos eventos acadêmicos. Dele pulsava um vigor intelectual incomum.

Resultado de uma experiência bem-sucedida que desde 2012 articula ensino (de disciplinas de fundamentos e oficinas temáticas) e pesquisa (duas, com foco na dimensão técnico-operativa no cotidiano do trabalho profissional e na literatura) e que se encontra ricamente comentada na apresentação da obra pela professora Erlenia Sobral do Vale, coordenadora e responsável pela experiência, dele emanavam vivacidade, inquietude, energia, próprias de processos intelectuais coletivos que se recusam a produzir “mais do mesmo” e buscam sair do lugar-comum. Experiência realizada por docentes, estudantes e assistentes sociais que não tiveram medo de ousar, tal como a irreverência própria da juventude, que, longe de ser uma determinação da idade cronológica, encarna e mobiliza posturas diante da realidade, visões de mundo que contemplam o vir a ser e

se expressam na inquietude, na determinação da vontade de criar, de renovar, de provocar; na coragem de questionar conceitos e preconceitos, pois é disso que se trata: de um tema revestido de preconceito, quase que totalmente banido do debate da perspectiva crítica na/da profissão e, por vezes, confinado ao campo do Serviço Social clássico ou tradicional.

Nesta rica experiência, estava dada concretamente a relação intrínseca, permanentemente questionada, entre trabalho e formação profissional, mostrando a autoimplicação entre teoria e prática.

Ali pude encontrar interlocutores realmente interessados em debater e fornecer chaves de leitura para enfrentar o tema, identificando suas lacunas e os desafios na direção da construção/reconstrução de uma instrumentalidade compatível com o projeto de ruptura com o conservadorismo, uma instrumentalidade que se renova no processo histórico, na direção de um projeto profissional crítico, competente e comprometido com os valores humano-genéricos de outra sociedade.

Fruto de um pulsante esforço coletivo envolvendo diversos sujeitos da área de Serviço Social e afins, este livro, que atesta que somente processos dessa natureza são capazes de gerar resultados inéditos e experiências profícuas, foi tecido por muitas mãos, mentes e corações. Aprendemos com Hegel que nada de grandioso no mundo foi feito sem paixão. Aqui, trata-se da grandiosidade de homens e mulheres que tecem no seu cotidiano os fios da história ao negarem o senso comum, ao se rebelarem diante da racionalidade hegemônica, ao se recusarem à mesmice, com o que se inscrevem num momento singular da construção da historicidade da profissão, incidindo na direção do seu processo de renovação.

Em sintonia com o que de mais atual, rico e complexo se tem produzido sobre a relação trabalho e formação, a obra reafirma a unidade entre teoria e prática, sem obscurecer suas diferenças; aponta as mediações que conectam trabalho e formação, com enfoque na

instrumentalidade, e expressa a articulação entre as dimensões da profissão, com o privilégio da dimensão técnico-operativa. A própria estruturação do livro já o demonstra.

O livro divide-se em duas partes, com 12 capítulos articulados organicamente, consubstanciando uma proposta que não apenas apresenta uma boa sistematização do debate, o que já se constitui em uma enorme contribuição, mas vai além: ao abordar questões pouco debatidas, faz de maneira original, preenchendo uma lacuna e propiciando o adensamento e avanço da produção da área sobre o tema.

A primeira parte reúne textos singulares que abordam a instrumentalidade no âmbito da formação e da pesquisa. Apresenta artigos sobre os desafios para o ensino da instrumentalidade, seguidos de uma problematização sobre a dimensão técnico-operativa da instrumentalidade na formação profissional, apresentando resultados de uma pesquisa bibliográfica original sobre a questão da instrumentalidade e da dimensão técnico-operativa na literatura do Serviço Social tradicional.

A segunda parte aborda o cotidiano profissional e a instrumentalidade em relevantes espaços sócio-ocupacionais: nas Organizações Não Governamentais (ONGs), em instituições públicas e privadas, nas políticas sociais setoriais: de Educação, Previdência Social, Saúde, Assistência Social e Sociojurídica, e revela significativos dados sobre distintas concepções de instrumentalidade, sobre a questão da autonomia profissional, sobre procedimentos e habilidades na utilização de instrumentos e técnicas exigidos pela padronização das políticas sociais e/ou que respondem apenas às requisições institucionais.

Os textos mostram que uma instrumentalidade capaz de construir respostas à realidade social no enfrentamento das sequelas deixadas pela relação de exploração a que os trabalhadores são submetidos é mediada pelo Estado e pelas políticas sociais setoriais, o que exige do assistente social tanto competência teórico-metodológica de desvelar o contexto no qual se movimenta quanto habilidades

técnico-operativas de (re)construir respostas diante da conjuntura de crise econômica e política, da reforma gerencial do Estado e do modelo atual das políticas sociais. Essa instrumentalidade tem que ser capaz de expressar a autonomia profissional diante das determinações das políticas sociais, de distinguir os objetivos profissionais dos objetivos da instituição, de mobilizar mediações, de escolher táticas, mas também de criar e de recriar instrumentos e técnicas com vistas a alcançar os fins do projeto ético-político profissional orientado por determinada racionalidade.

As pesquisas recorrem, acertadamente, a autores do Serviço Social clássico. É preciso dimensionar as contribuições dos mesmos, analisá-las criticamente do ponto de vista teórico, político e interventivo, interpretando-as no contexto em que foram construídas e enfatizando o projeto profissional e de sociedade subjacentes a essas construções teórico-metodológicas. Sem uma apreciação crítica da produção do Serviço Social clássico e tradicional sobre os instrumentos e técnicas ou as chamadas “metodologias de ação”, enquanto pensamento hegemônico na formação e no trabalho profissionais durante, aproximadamente, quatro décadas, não seremos capazes de dimensionar os avanços e a inflexão operada pela perspectiva histórico-crítica ao considerar a instrumentalidade como uma condição de possibilidade de a profissão alcançar seus objetivos, como uma mediação na realização das finalidades que permite materializar valores como parte do projeto ético-político profissional e as possibilidades da razão crítico-dialética acionadas pelo profissional na sua intervenção profissional.

É certo que sempre existirão projetos que disputam uma determinada concepção de instrumentalidade e o lugar da dimensão técnico-operativa na profissão. Diante dessa assertiva, entendemos que, para a elucidação de uma concepção de Serviço Social e de sua instrumentalidade, do instrumental técnico-operativo e da disputa pelo seu lugar dentro do projeto profissional, bem como pelo perfil

de profissional que se pretende formar, o debate da instrumentalidade é essencial.

Assim, em meio à expansão da lógica da mercadoria a todas as esferas da vida social, à hipertrofia da razão instrumental, à precarização das condições e relações de trabalho, à lógica operacional que invade as universidades, ao aligeiramento da educação, tornando-a mercadoria rápida e barata, à adoção de modalidades de formação que deformam, e não obstante a tudo isso, esta rica e pulsante experiência demonstra seu potencial de desenvolver a capacidade crítico-criadora dessa mocidade, já que é ela quem “constrói a manhã desejada”.

Deixo aos leitores duas reflexões que me parecem constituírem desafios às nossas pesquisas sobre a temática: se a instrumentalidade profissional define um perfil profissional, se a vigência do pluralismo instaura o confronto entre projetos e a disputa por perfis profissionais, que expedientes táticos e estratégicos devemos mobilizar na construção da instrumentalidade mais adequada ao perfil de profissional que queremos? Qual o papel da formação nessa construção e por quais meios didático-pedagógicos se deve realizar o ensino da dimensão técnico-operativa? A segunda reflexão, que se constitui em uma provocação, seria: qual o lugar da instrumentalidade profissional na mobilização de sujeitos sociais individuais e coletivos e no trabalho de base na perspectiva dessa mobilização? Quais os traços de uma instrumentalidade que incorpora instrumentos de resistência nas lutas e pautas socioprofissionais e políticas?

Ainda que se possa considerar o estranhamento como determinação central do trabalho no capitalismo, o trabalho intelectual, quando coletivamente conduzido, é a porta para a fruição e desalienação. Por isso, considero um privilégio participar desta experiência intelectual estimulante, recoberta por solidariedade intelectual, cada vez mais rara na academia, como o antídoto do trabalho solitário, individualista, competitivo e estranhado.

Parabenizo os(as) autores(as) e organizadores(as) pela importante contribuição, leitura obrigatória para a formação em Serviço Social e em áreas afins.

Agradeço a generosidade do convite, a convivência intelectual estimulante e a possibilidade de poder fazer parte desta história.

Rio de Janeiro, novembro de 2017.

*Yolanda Guerra*

Docente da Escola de Serviço Social  
da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ)  
Coordenadora do Núcleo de Estudos Pesquisas sobre os Fundamentos do  
Serviço Social na Contemporaneidade da UFRJ (NEFSSC-UFRJ)

## PRIMEIRA PARTE

# Considerações sobre ensino e pesquisa da instrumentalidade



# Os desafios do ensino da instrumentalidade e a interação com a pesquisa do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros)

*Erlenia Sobral do Vale*

*Castigo e rebeldia*<sup>1</sup> são as expressões concretas da contradição de todo trabalho na sociedade capitalista. Trataremos inicialmente sobre esta dupla face que caracteriza o labor em geral, mas cujas demonstrações também se efetivam nos trabalhadores e trabalhadoras, que, mesmo não enfrentando diretamente o campo da produção material, experienciam na pele a aridez que é viver da venda da força de trabalho. O castigo anda pelos territórios da desigualdade social e pelos processos que nos estranham de nossa condição humana de plena criatividade e do outro lado, pela rebeldia que se anuncia todo dia no indivíduo que resiste e no coletivo organizado. É sobre e deste lugar que ensaiamos algumas aproximações. O lugar do exercício profissional do assistente social na prática das políticas públicas e empresariais e do assistente social no exercício da docência. Territórios não imunes a todas as formas de precarização contemporânea decorrentes da restauração do capital<sup>2</sup>, férteis, entretanto, em suas contradições, de criatividade e de resistência.

A nossa rebeldia como grupo de pesquisa (docente e estudantes) é parte e condição de nossa sobrevivência na universidade. Nossa busca de produção de conhecimento ocupa um lugar interessado e não inocente. Desde o início de nossas pesquisas da instrumentalidade, arguimos como de fato se processa a instrumentalidade mediada pelo projeto profissional que fez da sua

---

1 A natureza contraditória do trabalho como expressão de *castigo e rebeldia* é trabalhada no livro *Trabalho e Indivíduo Social*, de Marilda Villela Yamamoto, 2008.

2 Autores como Ruy Braga, Ricardo Antunes e Giovanni Alves vêm desvendando, desde os anos de 1990, o cenário contemporâneo da reestruturação produtiva no contexto de respostas do capital e seus impactos na vida material e organizacional dos trabalhadores.

rebeldia um horizonte de uma sociedade alternativa. Cavamos as práticas e a literatura do Serviço Social não pela simples curiosidade no conhecimento ou erudição, mas porque desconfiamos que, entre o horizonte político e os fundamentos teóricos, nem sempre são simples as mediações necessárias para compor uma instrumentalidade rebelde e mediada. Sim, ousamos pensar neste processo não só investigativo, mas também de algumas possíveis sínteses. Desde 2012, estamos nesta busca e no I “Seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social”, forjamos a oportunidade de dialogar, de forma mais ampla, com profissionais, estudantes, professores e militantes sociais. Nossa expectativa é a de que esse seja apenas o primeiro seminário e que os possíveis sucessivos acompanhem nossa busca de aprofundamento. Essa tem sido a perspectiva do laboratório Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Serviço Social (Cetros), com vistas a dialogar sobre os elementos ontológicos do trabalho e a historicidade da vida real e cotidiana de nosso tempo histórico.

Nesse sentido, acompanhamos o debate do trabalho e instrumentalidade do Serviço Social tomando como referência inicial o desvendamento tão bem sistematizado por Guerra (1995) sobre a racionalidade técnico-operativa, que carrega o conceito de instrumentalidade de uma superficialidade própria da cultura burguesa. A autora desvenda os determinantes dessa cultura e a fonte de sua materialidade ao mostrar as qualidades dos processos de alienação social do trabalho em geral e como estes afetam nossas subjetividades e a forma de perceber o mundo à nossa volta. Ao mesmo tempo que dialoga criticamente em seu texto com essa racionalidade burguesa, Guerra (1995, 1998) reconstrói a produção material e a reprodução social que incidem de forma mediada na necessidade social de nossa profissão e que ofertam a esta todo um processo de modernização tecnificadora. Nossa ansiedade e apreensão com a dimensão técnico-operativa tomada de forma isolada tem na história da profissão

um dos elementos mais determinantes, mas também nos processos de resposta do capital a sua crise, muitos aspectos importantes e fundantes. Renasce na cotidianidade reificada do exercício profissional a volta do debate mais intensivo das metodologias, dos instrumentos e das técnicas.

Desde quando entendeu sua funcionalidade ao capital e se rebelou no contexto efervescente de lutas sociais, o Serviço Social passou a buscar outra instrumentalidade. Passou por percepções ingênuas e imediatistas. Reconheceu os limites institucionais, mas também suas potencialidades. Já enveredou pelo entendimento de sua prática mais próxima da educação popular, identificou-se com a dimensão conceitual e técnico-operativa das políticas sociais. Mas o fato é que sua instrumentalidade tem particularidades importantes, pois a questão social como sua matéria de trabalho é plena de expressões e diversidades; ainda que sua origem permaneça na relação capital x trabalho, ela se mostra sempre multifacetada em suas expressões cotidianas.

Na captura dessas percepções, o grupo de pesquisa desenvolveu suas pesquisas desde o início com esse olhar, orientado pelo campo da produção crítica do Serviço Social, campo em que nos reconhecemos até hoje. Em nossos estudos, percebemos que a profissão tem acúmulos importantes no debate da dimensão técnico-operativa, tanto expressa na literatura acadêmica quanto na experiência de sistematizações em registros e documentos do cotidiano laboral da saúde, por exemplo, bem como nos parâmetros organizados pelas entidades organizativas da categoria, particularmente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Consideramo-nos iniciando neste campo de contribuição para os acúmulos que a profissão já guarda há certo tempo.

Tivemos a oportunidade de socializar, por intermédio do “I Seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social”, nossas andanças por esse tema e ainda comentar acerca de nossa experiência

de interação entre ensino e pesquisa. O grupo tem realizado algumas iniciativas pontuais importantes de socialização dos resultados de nossas pesquisas nas disciplinas de Fundamentos e na Oficina III, componente curricular que tem como tema central a instrumentalidade no projeto pedagógico do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Isso vem sendo realizado por via de monitoria e ainda apresentação dos resultados da pesquisa de campo e literária nas disciplinas citadas. Ainda com a oferta de noites de estudo sobre as autoras estudadas, a exemplo da *Noite com Balbina*. Era a oportunidade de socializar uma das autoras que mais nos surpreendeu pelo nível de sistematização e detalhamento que oferta em sua obra sobre a dimensão técnico-operativa.

O grupo de estudos sobre Instrumentalidade do Serviço Social acumula em sua trajetória dois momentos significativos. O primeiro foi a realização de pesquisa de campo com visita a 15 instituições entre 2012 e 2014 – *A dimensão técnico-operacional da instrumentalidade do Serviço Social: práticas e desafios cotidianos do trabalho do assistente social em empresas públicas, privadas e ONGs* –, desenvolvida em projeto de iniciação científica. Foram observados e coletados dados referentes aos seguintes elementos: nível de autonomia, conceito de instrumentalidade, interdisciplinaridade, habilidades constituídas e exigidas, relação entre formação profissional e instrumentalidade, conceito de instrumentalidade, materialização do projeto ético-político, facilidades e dificuldades na utilização dos instrumentais, similaridades e diferenças entre os três campos estudados.

Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em texto aprovado no “Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social” nos anos de 2012 e 2014. Aqui o atualizamos e o apresentamos para ampliar sua socialização. Nossa análise dos dados teve como referências fundamentais os trabalhos de Guerra (1995), na sua crítica à racionalidade formal-abstrata que acompanha o uso da instrumentalidade no senso comum e a recuperação dos elementos históricos

da dimensão técnico-operativa que norteiam os estudos de Trindade (1999, 2002). Essas leituras fizeram parte dos primeiros estudos do grupo e cultivaram a criticidade e busca de aproximação da totalidade e historicidade na condução da pesquisa. Como afirma Guerra (2012), no conteúdo do exercício profissional estão implicadas determinações históricas, estruturais e conjunturais, caracterizando uma unidade de elementos diversos e dimensões da instrumentalidade que não são fixas nem autônomas, e sim instâncias interatuantes.

O primeiro momento instigou o grupo a continuar os estudos bibliográficos, trazendo questões referentes ao processo histórico de constituição do debate teórico da instrumentalidade na profissão. Essa articulação deve ser frisada, pois o grupo transitou de uma pesquisa de campo para uma pesquisa teórica, determinado pelos próprios achados da investigação, e não por um planejamento formal do processo. O significado e a pluralidade das respostas, a presença de hesitações nas respostas dos(as) assistentes sociais e a diversidade encontrada nos campos fomentaram o aprofundamento e a revisão de literatura.

Nesse sentido, o grupo enveredou por retomar autores vinculados ao Serviço Social tradicional até chegar em autores mais contemporâneos. A segunda pesquisa então viabilizada pela iniciação científica da instituição, intitulada *A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade na literatura do Serviço Social: aspectos conceituais e perspectivas ético-políticas*, apresenta seus resultados parciais nos textos produzidos pelo grupo, dando evidências às escolhas e recortes categoriais indicados na investigação.

Nesse momento, destacamos a contribuição de Balbina Ottoni Vieira como um “capítulo à parte”, pelo seu nível de detalhamento operacional do fazer profissional cotidiano, obviamente que a situando na particularidade ético-política que marcou o tempo histórico em que foi referência importante para a categoria. Priorizamos o livro *Serviço Social: processos e técnicas*, em sua quarta edição, revisada e atualizada, do ano de 1978.

Em particular nessa obra, identificamos uma densidade na dimensão técnico-operacional, com preocupações teóricas da autora, em que se revela não ser novidade para o Serviço Social a busca pela fundamentação de sua prática. O trato do instrumental do chamado Serviço Social de caso, grupo e comunidade traz inclusive na análise do grupo de estudos, algumas reflexões e dicas que podem ser readaptadas na dimensão técnico-operativa que acumulamos, entrelaçada agora com o aprofundamento do debate ético-político que a categoria conquistou. Se produzimos a superação dos metodologismos, certamente alcançamos uma situação em que a categoria também aprofunda a necessidade de retomar pontos importantes da dimensão técnico-operativa, articulada conscientemente às outras dimensões.

Este é um breve exemplo do que esse contato com a literatura mais tradicional tem nos proporcionado. Em nossas apresentações, dialogamos com as preocupações do público de que a recuperação dessa literatura possa ser prejudicial ao teor crítico que vem caracterizando nossa busca de uma instrumentalidade mediada em suas três dimensões. Essa preocupação, no entanto, vem acompanhando toda a trajetória do grupo, que busca um conhecimento mais aprofundado desses autores, sem perder de vista seu contexto, suas determinações e as orientações classistas de seu conteúdo nas indicações para o “trato” do usuário, por vezes chamado de cliente.

Nossas experiências de socialização também confluem para nossa atenção com o que selecionamos no processo de conhecimento, em que o contato com diferentes públicos acaba sendo material de nossas reflexões. No grupo de estudos, como primeira experiência de socialização e interação com a graduação, tivemos uma observação importante de que as expectativas em relação ao estudo da instrumentalidade se colocavam em parte pelos estudantes, na vontade de conhecer elementos da prática profissional, reforçando o que Guerra (1995) identifica sobre a reprodução da formalidade do conceito, preso à ideia imediata de uso de instrumentos e técnicas.

O nosso grupo optou pelo debate inicial mais conceitual, usando a perspectiva da autora e trazendo inclusive reflexões mais complexas sobre produção e reprodução na totalidade social. Esse debate exige uma apropriação de categorias não comuns nos estudantes dos primeiros semestres, público mais presente no primeiro momento das atividades.

A atividade do grupo de estudo ficou de ser retomada posteriormente, mas com o indicativo de que a participação no grupo obedecesse a critérios de seleção quanto ao semestre cursado pelo estudante, bem como à definição de alguns compromissos com as atividades. Esses cuidados são frutos da própria experiência do grupo e do respeito aos objetivos e desenvolvimento do grupo, especialmente do avanço dos estudos sobre a temática.

A segunda experiência aconteceu com a efetiva participação de bolsista da pesquisa no programa de monitoria acadêmica da instituição. A disciplina Oficina III recebeu a monitoria, e a dinâmica de interação entre sala de aula e pesquisa foi intensificada. Os estudos literários foram expostos para a turma em forma de notas de aula e informações complementares que deram acesso a elementos inéditos na composição da disciplina. Esses evidenciaram o debate da instrumentalidade do chamado Serviço Social tradicional, sua relevância histórica e ainda a extração de contribuições de autores que transcendem ao seu tempo histórico, trazendo dicas importantes para a dimensão técnico-operacional do exercício profissional, mesmo nos tempos atuais. Com a monitoria, foi também acrescentada na disciplina a produção de textos do grupo, bem como a indicação de outras referências bibliográficas para o aprofundamento do tema.

Essa experiência destacou, em nossa avaliação, a qualidade da interação entre ensino e pesquisa, instigando o grupo a sistematizar material didático complementar dessa e de outras disciplinas, dada a transversalidade do tema em questão. Essa é uma oportunidade muito específica da universidade pública, que, mesmo sofrendo

processos de precarização, resiste com práticas criativas, constituindo expressões densas de sociabilidade.

A terceira experiência extrapolou a ação da coordenadora da pesquisa e constituiu parceria com outras professoras do curso em disciplinas de Fundamentos. Essas atividades foram efetivadas especialmente pelas bolsistas e voluntárias da pesquisa, com exposições dos achados da pesquisa não somente na UECE, mas também em duas faculdades privadas. A noite de estudos foi uma das últimas ações de socialização e visou atingir os estudantes do curso noturno da UECE, tendo em vista que a maioria dos grupos de estudos e atividades se realiza pela manhã.

Tomando como referência essas atividades em curso, o grupo hoje reflete formas de avançar nesse processo, buscando construir, nesse momento, uma perspectiva de extensão. O foco de atuação se encaminha para os campos de estágio, nos quais estão inseridos os alunos de Estágio Obrigatório. A primeira ideia é ofertar momentos de reuniões/estudos com as equipes de Serviço Social das instituições que são envolvidas em Supervisão de Campo, com o intuito de debater as experiências da instrumentalidade no exercício profissional cotidiano. A perspectiva é a de troca de saberes, compreendendo que a academia pode fornecer elementos de nossas pesquisas e as equipes podem alimentar e adensar esse processo investigativo, bem como aprofundar as reflexões sobre o tema.

Mesmo tratando-se de uma das mais importantes formas de interação entre a universidade e a sociedade, a compreensão do grupo é a de que essa forma de socialização é uma das mais complexas, pois não encontra apoio em nossa realidade, com pouca ou nenhuma fonte de apoio institucional. Um simples transporte a ser usado para deslocamento na universidade e instituição tem sido reduzido e envolvido em processos de burocratização que dificultam o acesso. Esses limites têm sido pautados pelo movimento estudantil e sindical, mas justificado pela gestão da universidade devido ao corte no orçamento.

Busca-se a realização de estudos e práticas consequentes que tragam, além do resgate do historicamente produzido, algo de inovador para a reflexão e produção, evidenciando elementos que expressem uma maturidade não alcançada pelo mesmo ritmo de um tempo fabril, de rapidez, mas de tempo mais lento e rigor metodológico. Esse debate remete a uma pergunta essencial e básica, que é: “Para que e para quem produzimos?”. O contexto nos impele como dilema uma sociedade desigual, de classes sociais em tensão, e nos coloca, em particular no campo das Ciências Sociais, a necessidade de recorrer ao poder do saber científico para desvelar o mundo e seus mistérios.

Em que medida esse papel pode ser traduzido apenas na produção de artigos em periódicos ou coletâneas e qual o sentido de um papel menor para a formação/ensino e as atividades de extensão, dado que são elementos fundamentais do tripé de uma universidade tradicional de qualidade que o campo social crítico defende? Onde e como mensurar o tempo de uma aula bem ministrada, com autoprodução didática de um(a) professor(a) que leciona na graduação, mas ainda não considerado produtivo aos parâmetros formais definidos por uma agência de fomento? Onde alocar, no quantitativismo do Lattes, uma pesquisa que se socializa nos campos de trabalho, sindicatos ou com os movimentos sociais?

O grupo da instrumentalidade certamente não se percebe e nem se coloca imune às atuais tendências das exigências do produtivismo, pelo contrário, fazemos parte delas, como quaisquer sujeitos hoje presentes no cotidiano laboral acadêmico. Porém, a experiência que passamos de formas de socialização coletivas e alternativas encontradas em nosso e em outros grupos da UECE coloca outros caminhos válidos e igualmente importantes na constituição de sociabilidades, reforçando o caráter público e coletivo que a universidade presencial e gratuita pode proporcionar.

Alguns aprendizados já nos chegaram e reforçam a importância do tempo do trabalho de pesquisa, os impactos que o ambiente

político exerce nas condições de realização da pesquisa e ainda a riqueza de dialogar com a sociedade na construção da pesquisa. O tema da instrumentalidade exige de nós uma interação necessária com o campo de trabalho e a formação profissional do(a) assistente social, e isso facilita nossa perspectiva de coletivização de nossas experiências, mas a construção desse processo passou também pelas escolhas que o grupo, a exemplo de outros, vem constituindo no contexto de limites e possibilidades de nossa universidade.

### **A proposta deste livro**

Com o intuito da socialização da totalidade do “I Seminário do Trabalho e Instrumentalidade”, ocorrido em junho de 2017, o presente livro selecionou os momentos mais significativos, agora expressos nos textos que aqui apresentamos. O objetivo é o de especialmente dialogar com o acúmulo que a categoria tem constituído em várias pesquisas e estudos que têm sido realizados nas universidades públicas, na articulação com o exercício profissional em diversas instituições. Comprendemos nossa contribuição, fundamentalmente na recuperação da literatura tradicional, bem como no diálogo crítico sobre o que podemos avançar, tomando como referência nosso projeto ético-político.

Tendo essa perspectiva, socializamos a trajetória do grupo Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social (inserido no grupo Cetros da UECE) neste texto. Em seguida, mostramos os resultados iniciados em nossa pesquisa. Incluímos nisto, o convite da professora Teresa Cristina Esmeraldo para expor algumas reflexões a respeito d’*A pesquisa sobre a instrumentalidade na literatura tradicional do Serviço Social*, tema que bem desenvolveu no Seminário e que para o grupo faz todo sentido, à medida que retomamos o Serviço Social tradicional em nossas pesquisas, preocupados em trazer à tona aquilo que autores importantes para a profissão trouxeram e que algumas vezes é associado somente à nossa tradição mais crítica e mais

recente. Não perdemos de vista as críticas acumuladas que foram fundamentais para um novo fazer profissional antenado com um projeto emancipatório, mas evidenciamos aquilo que esses autores tradicionais também trouxeram para o acúmulo de nossas reflexões. Compreendemos cada vez mais que é possível refletir sobre esse acúmulo sem perder de vista a criticidade.

Após trazer essas reflexões mais conceituais, apresentamos no livro o ponto alto do Seminário, que foi o resultado das oficinas da dimensão técnico-operativa com os assistentes sociais inseridos nas políticas de Seguridade Social, Saúde, Educação e Sociojurídicas. Situando as políticas de cada área e os desafios institucionais, os autores revelam o que particulariza também cada área, recuperando os elementos mais operativos da cotidianidade da instrumentalidade. Além de ser um momento que revelou o esforço da academia de dialogar com os profissionais do campo, responde a uma demanda dos estudantes de Serviço Social em entender a materialidade do exercício profissional e suas pontes com o acúmulo teórico. Esse esforço casa com a disponibilidade desses profissionais em dialogar conosco, mesmo no contexto de dificuldades institucionais. O resultado desse processo fez nascer também a ideia desta publicação.

Intencionamos continuar no diálogo e fomentar maior articulação entre universidade e demais espaços sócio-ocupacionais. Que esta ousadia não esteja no campo de respostas ao produtivismo estéril, mas se junte aos que têm na preocupação em socializar uma produção antenada com os desafios de nosso tempo histórico o telos central. Nesse sentido, aguardamos com ânsia as reflexões e críticas de nossa primeira publicação em formato de livro.

## Referências

- GUERRA, Y. A. D. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 49-76.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUERRA, Y. A. D. *A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo: uma análise de suas principais determinações*. 1998. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. *Revista Temporalis*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 21-42, 2002.
- TRINDADE, R. L. P. *Desvendando o significado do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na prática profissional do Serviço Social*. 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- VIEIRA, B. O. *Serviço Social: processos e técnicas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.

# Dimensão técnico-operativa da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social: esboços de uma interpretação crítica do ensino da prática

Samuel Germano Moreira Silva  
Leila Maria Passos de Souza Bezerra

## **Preâmbulo: considerações sobre a categoria instrumentalidade no Serviço Social brasileiro contemporâneo**

O presente artigo tematiza sobre o ensino da prática no âmbito da formação profissional em Serviço Social, com ênfase na dimensão técnico-operativa da instrumentalidade nessa profissão. Buscamos trazer para esta reflexão o(s) ponto(s) de vista de estudantes de bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em tessitura crítica com produções teóricas e documentais acerca da temática em tela. Priorizamos, assim, três eixos de discussão neste texto<sup>1</sup>: a instrumentalidade no Serviço Social brasileiro; o ensino da prática nesta profissão; e, por último, os achados centrais de nossa pesquisa acerca da dimensão técnico-operativa na formação profissional de assistentes sociais na UECE, de modo a delinear alguns desafios nesse campo de estudos.

Nessa perspectiva, assinalamos que a instrumentalidade emergiu no debate crítico do Serviço Social brasileiro contemporâneo como categoria analítica que, alicerçada na racionalidade dialética

1 Consiste em recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Instrumentalidade(s) e sua dimensão técnico-operativa na formação profissional de assistentes sociais: uma interpretação crítica das versões de estudantes do curso de Serviço Social da UECE*, defendido em 2016, para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, de autoria de Samuel Germano Moreira Silva, sob a orientação da professora doutora Leila Maria Passos de Souza Bezerra, respectivamente, autor e coautora do presente texto. Para tanto, realizamos pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Dadas as especificidades do objeto de estudo, optamos pela metodologia qualitativa, com uso da observação direta, diário de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas junto a estudantes de Serviço Social da UECE, no *campus* do Itaperi, em Fortaleza, Ceará (CE).

(histórica, crítica e emancipatória), possibilitou a apreensão do exercício profissional do assistente social como totalidade constituída de múltiplas e inter-relacionais dimensões, a saber: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, articuladas à formação permanente e à mediação transversal da pesquisa social. Inscrito na civilização do capital e chamado a intervir diante das distintas expressões da questão social<sup>2</sup> na vida brasileira, o Serviço Social é impelido a construir suas respostas profissionais mediante as demandas – socioinstitucionais/imediatas e sócio-históricas/mediatas – postas nos vários campos institucionais nos quais atua.

Nas teias do cotidiano profissional, marcado por heterogeneidade/fragmentação, espontaneidade/naturalização, pragmatismo/superficialidade, os assistentes sociais têm sido desafiados a desnaturalizarem a realidade social e a exercitarem a “suspensão do cotidiano”, no sentido cunhado por Heller (1992). Reconhecer o cotidiano como campo de mediações e elevar-se do particular ao genérico, mantendo uma relação consciente com a genericidade (dimensão humano-genérica) do ser social, exige, dentre outros aspectos, romper com a racionalidade instrumental (formal-abstrata) e adotar a racionalidade dialética. Afinal, o cotidiano traduz-se em centro do acontecer histórico, do processo de reprodução dos indivíduos singulares e da vida social (HELLER, 1992), lócus no qual se situam as possibilidades contraditórias de construção da práxis como ação crítico-reflexiva e transformadora do real.

---

2 Na perspectiva aqui adotada, a questão social compreende um fenômeno sócio-histórico vinculado originalmente à lógica do capital em termos do modo de produção e reprodução da vida no capitalismo, marcada por processos de exploração e opressão de classes sociais. Conforme salientam Yamamoto (2012) e Ianni (1989), a mesma sociedade produtora de desenvolvimento econômico constrói as desigualdades constitutivas da questão social, que adquire distintas configurações nas particularidades das formações sócio-históricas e culturais.

Desta feita, o debate sobre a instrumentalidade no trabalho e na formação profissional do assistente social, ao buscar fundamentação na racionalidade histórico-crítica, abriu novas perspectivas e legitimidades para a construção de um Serviço Social investigativo e interventivo, capaz de responder às demandas do mercado de trabalho e transcendê-las, de forma a comprometer-se com a materialidade do projeto ético-político profissional<sup>3</sup> ora hegemônico (PAULO NETTO, 2009).

A análise criteriosa de Guerra (1995) lançou instigantes elementos ao debate acerca da categoria da instrumentalidade no trabalho do assistente social, ao problematizar criticamente seus significados sócio-históricos em face das contradições entre causalidades<sup>4</sup> e teleologia<sup>5</sup> presentes nesse campo profissional. Remete, assim, nosso

---

3 Segundo Paulo Netto (2009, p. 4), “[...] os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)”. O projeto ético-político profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro contemporâneo alicerça-se na racionalidade crítico-dialética em consonância com a teoria crítica social de Karl Marx e a tradição marxista. Em termos temporais, emergiu nas disputas pela hegemonia no Serviço Social, desencadeadas a partir do Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil, iniciado durante a autocracia burguesa (pós-1964 a 1985), a partir da vertente nomeada por Paulo Netto (2009) de “Intenção de Ruptura”, que se caracterizou pelos primeiros diálogos com a tradição marxista. Pretendia-se a ruptura, em termos teórico-metodológicos e ético-políticos, com o conservadorismo historicamente inscrito nessa profissão e em vias de aprofundamento nos anos 1990 e 2000. A consolidação desse projeto ético-político atribuiu uma nova direção social ao Serviço Social nos âmbitos do trabalho e da formação profissional, comprometendo-se com o projeto das classes trabalhadoras e com a perspectiva crítico-emancipatória da sociedade.

4 Traduz-se nas condições objetivas relativas à totalidade das relações capitalistas de produção e reprodução da vida social. No caso específico do Serviço Social, exige situar e problematizar a conformação de sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, seu objeto de investigação e intervenção – a questão social em suas múltiplas expressões cotidianas –, seus espaços sócio-ocupacionais, suas relações e condições de trabalho inscritas na civilização do capital.

5 Diz respeito à capacidade projetiva/reflexiva de pensar finalidades/fins e caminhos possíveis. Remete às condições subjetivas em termos dos sujeitos, suas escolhas, sua capacida-

olhar investigativo à sociabilidade capitalista e à sua racionalidade formal-abstrata em tensionamento e disputa histórica com a materialidade do projeto ético-político profissional hegemônico no campo do Serviço Social e a racionalidade crítica que o alicerça, a exigir a discussão acerca de distintas instrumentalidades daí produzidas no cerne da profissão.

O debate sobre a(s) instrumentalidade(s) no Serviço Social e sua dimensão técnico-operativa foi elevado a novo patamar, conforme ressalta Guerra (1995, p. 30-31, grifos da autora):

Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua *instrumentalidade*, ou melhor, à dimensão que o instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender ‘para que’ (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as conseqüências [*sic*] que no nível ‘mediato’ as nossas ações profissionais produzem. [...] É atuar sobre as limitações, com uma modalidade de razão que mantenha seu foco, voltado às finalidades, e não apenas às dificuldades; e ainda que, ao se defrontar com elas, possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para o alcance da finalidade. Assim, o método se converte em *projeto* e a razão em *potência*, a mobilizar as condições objetivas e subjetivas da realidade [...] e nos distintos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Avançar na configuração de uma instrumentalidade fundada na racionalidade dialética tem sido investimento recente do Serviço Social contemporâneo, ora apreendida como *campo de mediação da cultura profissional* e da elaboração de respostas profissionais, que, ainda na análise de Guerra (2007, p. 12):

[...] permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. [...]

---

de de projetar fins/projetos profissionais articulados aos societários. No Serviço Social, exige pensar ainda as competências e habilidades profissionais, bem como os tensionamentos entre o projeto ético-político e sua materialização no cotidiano profissional no bojo das relações sociais capitalistas e suas versões contemporâneas.

é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. Da cultura profissional os assistentes sociais recolhem e na instrumentalidade constroem os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação [...]; significa tomar o Serviço Social como totalidade constitutiva de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa [...], e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual elas mesmas traduzem-se em respostas profissionais.

De fato, a preocupação com o trato técnico-operativo, na condição de elemento constitutivo da instrumentalidade no trabalho e na formação em Serviço Social, dotada de conteúdo teórico-político, emergiu como objeto de estudo a partir do diálogo crítico com a vertente marxiana e marxista já nos anos 1980 e 1990, sobretudo ancorada nas produções de George Lukács, quando passou a ser analisada no contexto da profissão. Na especificidade da temática em foco, destacamos a obra singular de Guerra intitulada *A instrumentalidade do Serviço Social* (1995). No enfoque dessa autora, a instrumentalidade encarna:

[...] uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, que a profissão adquire, ao longo de sua trajetória sócio-histórica, de alcançar os objetivos propostos, de se materializar em resultados, donde advém seu reconhecimento social. Cabe enfatizar que tal capacidade, fruto do fazer dos assistentes sociais, permite-lhes modificar as condições causais/objetivas de surgimento e existência da profissão na ordem burguesa madura e sua funcionalidade a ela. Por isso, a instrumentalidade se refere à adequação entre meios e fins. (GUERRA, 2012, p. 63).

Ressaltamos que, no Serviço Social brasileiro, coexistem diferentes configurações históricas de instrumentalidades que plasmam os *modos de fazer* dessa profissão. Aprender o significado social do

exercício profissional do assistente social implica reconhecer a historicidade das determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que tecem as condições de objetividade e subjetividade nas quais se insere e se (re)configura o Serviço Social.

Sob esse viés, é importante sinalizar que foi a partir da segunda fase da vertente “Intenção de Ruptura”<sup>6</sup>, no contexto da rearticulação da sociedade civil em luta pela redemocratização do Brasil ante a crise da autocracia burguesa e de seu Estado técnico-burocrático autoritário, que houve abertura, na categoria profissional, para dialogar com a perspectiva histórico-crítica. A universidade se apresentava, à época, como lócus de resistência, lugar de protagonismo dos intelectuais e estudantes, a fomentar o acúmulo de “massa crítica” construída mediante a revisão crítica do chamado “marxismo vulgar” e as aproximações à obra marxiana e seu correlato método histórico-dialético<sup>7</sup>, com base em suas fontes originais.

---

6 Essa vertente do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro emergiu no contexto do final dos anos 1970 e consolidou-se a partir dos 1980, no acirramento dos processos de luta social e político-cultural pela redemocratização brasileira, em maior identidade com o movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Na relação direta com os trabalhadores, com o movimento sindical, com os movimentos populares, as organizações progressistas da Igreja Católica, bem como com o movimento em defesa dos direitos humanos e pela redemocratização, a “Intenção de Ruptura” forjava outros princípios éticos e novos horizontes políticos para a categoria que extrapolavam a própria profissão. Naquele momento, então, as forças sociopolíticas externas à profissão contribuíram para que se concretizassem transformações no projeto profissional de Serviço Social (PAULO NETTO, 2009).

7 Importa salientar que, segundo Paulo Netto (2009), o método materialista histórico-dialético não é um “conjunto de regras” que se “aplica” ao objeto a ser investigado. Pressupõe, antes de tudo, um caminho de análise não linear que exige o constante movimento da análise, a fim de apreender os diferentes determinantes que implicam o objeto de estudo. De forma sintética, nesse processo de análise, consideram-se: a necessidade de apreender a totalidade que envolve o objeto em seu contexto social, político, econômico, cultural; a observação crítica dos diversos elementos que constituem a realidade, para extrair do objeto propriedades, de fato, dele, e não impressões impregnadas de “pessoalismo”, condicionadas ao olhar do investigador; a construção de mediações entre os nexos causais, suas relações entre universalidade, particularidade e singularidade, no cerne das relações de produção e reprodução capitalista.

É nesse contexto que se afirmaram e se acirraram as contradições e lutas pela hegemonia entre projetos profissionais distintos no bojo do Serviço Social. Por um lado, destacam-se aqueles que corroboram os interesses capitalistas e das instituições empregadoras sob a lógica da institucionalização e reprodução dos processos de dominação social, legitimados pelo projeto burguês. Por outro, emergem tendências que se deslocam dessa relação subalternizada, reconhecem sua inserção no trabalho assalariado e assumem compromisso com os interesses dos(as) trabalhadores(as), no sentido de romper com a versão *alienada, alienante e alienadora* da profissão, a revelar novos *modos de fazer* profissional, de busca de sua legitimação e de seu reconhecimento social. É no horizonte dessa segunda perspectiva que, nos anos 1980 e 1990, estruturou-se o Projeto Ético-Político do Serviço Social<sup>8</sup> brasileiro, a partir de novas balizas normativas, teórico-metodológicas, ético-políticas e organizativas da profissão, ancoradas na racionalidade dialética (crítica e emancipatória) em consonância com a tradição marxista.

Ampliou-se, nesse processo de revisão teórico-prática do Serviço Social, a possibilidade de repensar o lugar dos procedimentos e técnicas de intervenção nos níveis da formação e do exercício profissional à luz da concepção teórico-metodológica e ético-política de matriz marxista. Nessa linha interpretativa, o exercício profissional vem compreendido para além do questionamento sobre “*o que fazer*”

---

8 Destacamos que essa construção do projeto ético-político profissional se deu no âmbito da disputa de consciência, também baseada em marcos legais como a Lei de Regulação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/1993), o Código de Ética do Assistente Social (1993), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço (ABEPSS), primeiramente elaboradas em 1996 e depois revisadas em 1999, a configurar um amplo movimento de busca de ruptura com o conservadorismo e com a racionalidade instrumental no Serviço Social em termos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos. Demarcou, assim, uma contra-hegemonia alicerçada na racionalidade dialética nos campos teórico-práticos.

diante das situações postas no cotidiano institucional. A reflexão sobre a teleologia<sup>9</sup> estabeleceu novos paradigmas para a atuação profissional, promovendo a problematização sobre “*o que*” fazer, aliado ao “*por que*”, “*para que*” e “*como*” fazer, de maneira a (re)articular e (re)configurar as dimensões constitutivas e estruturantes do exercício profissional.

De fato, em cada ação promovida pelo assistente social, em sua *expressão* interventiva, investigativa e formativa, mobilizam-se as *dimensões* técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Essas dimensões, por sua vez, só podem ser entendidas em unidade, respeitando as particularidades de cada uma, como afirma Vale (2011, p. 3):

[...] em cada ação (dimensão técnico-operacional), a preocupação com a finalidade e direção social (dimensão ético-política), e com os fundamentos (dimensão teórico-intelectual) são parte de uma totalidade da práxis profissional. E é só nesta articulação que a práxis profissional ganha sentido e efetividade.

Ao reconhecer que há particularidades entre as dimensões constitutivas da instrumentalidade da profissão – técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política –, alerta-se para a necessária atenção a cada uma delas de forma específica<sup>10</sup>, porém compreendidas em articulação e como unidade indissociável.

---

9 “Pelo pôr teleológico realizado no trabalho, os homens transformam as propriedades das coisas em meios para o alcance de suas finalidades. Mas essa transformação depende do conhecimento dos homens sobre as propriedades das coisas, melhor dizendo, ‘a posição teleológica do trabalho só cumpre sua função transformadora sobre a base de um conhecimento correto das propriedades das coisas e suas conexões’” (LUKÁCS, 1997 apud GUERRA, 2000, p. 10).

10 Sistematizar essas três dimensões da instrumentalidade do Serviço Social de forma tão breve, como faremos a seguir, pode nos conduzir ao risco da superficialidade e da fragmentação desses elementos. Todavia, temos a lucidez de que essas incursões teóricas acerca dessa densa temática não buscam definir ou esgotar o debate, mas têm o objetivo de destacar a existência de particularidades entre as três dimensões da instrumentalidade, ainda que se reconheça a indissociabilidade desses elementos.

A dimensão ético-política inscreve-se nos horizontes profissional e societário, sobretudo demarcada no Código de Ética do Assistente Social (1993), em intrínseca relação com as demais dimensões estruturantes da instrumentalidade que orientam os modos de ser e de fazer do Serviço Social, a delinear a direção social da profissão, sua teleologia. Contudo, as escolhas do instrumental técnico-operativo que será mobilizado diante das demandas postas no cotidiano de trabalho perpassam também por essa dimensão e em nenhum momento se dão de forma neutra. A escolha dos instrumentais técnico-operativos “[...] não se trata apenas de um aspecto técnico, uma vez que ele visa a um fim que não é somente de atingir uma eficiência e produtividade, mas sim determinada eficiência e produtividade” (SANTOS, 2013, p. 88). Segundo Guerra (2012, p. 56, grifo da autora):

[...] ao fazer suas escolhas, no que se refere às finalidades estabelecidas e aos meios (condições, instrumentos e técnicas) para alcançá-las, *que resposta dar e em que direção*, o assistente social exerce sua dimensão ético-política, a qual preocupa-se com os valores (de que valem as respostas dadas) e com a direção social das mesmas (que conjunto de forças está sendo contemplado nas respostas). Mas não o faz sem conflitos éticos que são próprios dos homens e mulheres que partilham desta experiência contraditória de viver no mundo burguês.

A capacidade teórico-metodológica, por sua vez, envolve a apropriação do método materialista histórico-dialético, dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão – a produção de conhecimentos acerca das dinâmicas e estrutura (essência) da realidade social em que se insere. É necessário o rigor teórico-metodológico para construir análises histórico-críticas fundamentadas, capazes de decifrar a conjuntura, as contradições e os seus nexos com o cotidiano institucional, bem como para ultrapassar a pseudoconcreticidade do modo de vida capitalista e das expressões da questão social.

Nessa perspectiva, faz-se imperativo conhecer os caminhos teórico-metodológicos correspondentes ao projeto profissional que favorecem tanto as análises como o exercício profissional dentro de parâmetros ético-políticos. As teorias e métodos subsidiam os sujeitos tanto para o deciframento da realidade – em sua dimensão investigativa – quanto para as intervenções no mundo social em termos de sua indissociabilidade no campo do Serviço Social, porém não provocam, por si mesmos, uma mudança na realidade, a suscitar a construção de mediação e instância de passagem entre meios e fins, ou seja, a própria instrumentalidade da profissão em foco.

Desse modo, destacamos, dentre as instigantes reflexões de Guerra (2012, p. 54), que:

[...] a dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais.

Em outras palavras, a dimensão teórico-metodológica é decisiva no processo de mediação, característica “[...] capaz de permitir a ultrapassagem da imediaticidade, possibilitando o estabelecimento de vínculos entre o imediato e o mediato” (GUERRA, 2000, p. 31). Como discute Pontes (1997), é a partir da mediação que se torna possível abstrair e reconstruir as demandas institucionais *singularizadas e fragmentadas*, identificar os determinantes *universais* que constituem e incidem sobre o objeto de análise, de modo a *particularizar* a intervenção profissional. Nessa dinâmica, a *particularidade* se realiza como o momento-síntese da mediação, trazida, nas palavras de Paulo Netto (1991 apud PONTES, 1997), como a “*legalidade do processo social*”. Segundo esse autor:

[...] buscar a legalidade de cada processo social é, em primeiro lugar, determinar os processos sociais; em segundo lugar, compreender sua dinâmica específica; e em terceiro lugar, vincular essa dinâmica específica a outras dinâmicas específicas em outros processos sociais. (PAULO NETTO, 1991 apud PONTES, 1997, p. 84).

Dessa maneira, o desvelamento da realidade e a compreensão das determinações históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas que permeiam o cotidiano profissional acontecem no campo de mediações, que não se estabelecem fora da apreensão rigorosa da dimensão teórico-metodológica.

No que tange aos elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa, Santos (2012, p. 21) os compreende como:

[...] as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais.

Todavia, essa supracitada autora pondera que ainda se faz necessário um processo investigativo mais minucioso por parte da categoria profissional, a fim de elucidar as suas especificidades e definir, com maior precisão, o que sejam os *procedimentos*, os *instrumentos* e as *técnicas* do assistente social. Santos, Sousa Filho e Backx (2012, p. 20, grifos dos autores) contribuem com essa reflexão crítica sobre as especificidades da dimensão técnico-operativa do Serviço Social ao sinalizarem que:

[...] *ações profissionais* teriam uma abrangência maior e expressariam o fazer profissional: orientar, encaminhar, avaliar, estudar, planejar e outras ações previstas como competências e atribuições na legislação profissional [...]. Para desenvolver essas ações, o profissional lança mão de ferramentas que são os instrumentos. Os *procedimentos* são os conjuntos de atividades que o profissional realiza,

mobilizando esses instrumentos. Neste sentido, os procedimentos podem ser de *caráter individual, coletivo e administrativo* – organizacional e não se confundem com as ações desenvolvidas pelos profissionais e nem, necessariamente, com a intervenção profissional.

Segundo enunciou Iamamoto (2012), parece ser consenso, nesse campo de estudo, que a produção científica do Serviço Social, nos termos da tradição marxista, deu ampla importância ao debate sobre o exercício profissional e sua historicidade, percebendo-o como trabalho constituído pelas três dimensões constitutivas. Ao esmiuçar parte dessas produções, porém, percebe-se que o foco desses trabalhos encontra-se na discussão do eixo história, teoria e método, na análise das políticas sociais, bem como das questões ético-políticas do projeto profissional (IAMAMOTO, 2012). Até o início dos anos 1990, a necessária atenção à dimensão técnico-operativa e aos desdobramentos que podem ocorrer da negligência profissional nesse campo foi secundarizada no debate da categoria, conforme alerta Guerra (2012, p. 65):

[...] ao negligenciar a técnica e não dimensionar adequadamente o lugar, o papel e o alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político profissional, corre-se o risco de o assistente social não realizar as suas competências, de não responder às demandas que a sociedade lhe coloca por absoluta falta de conhecimento dos meios e mediações a serem mobilizadas para tal.

Em consonância com essa análise crítica, o *Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social*, construído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), deparou-se com a “[...] declaração de que faltam disciplinas específicas de técnicas e estratégias em Serviço Social que trabalhem os instrumentos necessários a uma atuação eficiente” (ABEPSS, 2008, p. 152). Enuncia, dessa feita, a necessidade de se aprofundar e sistematizar as pesquisas sobre os fundamentos técnico-operativos do Serviço Social, bem como

de se retomar alguns elementos que compõem a intervenção profissional e, em especial, enfocar o ensino da prática no âmbito da formação profissional dos(as) assistentes sociais brasileiros(as) em tempos contemporâneos.

Nos limites deste artigo, abordaremos, no item seguinte, o ensino da prática no Serviço Social a partir das orientações da Abepss, na tentativa de compreender como a instrumentalidade e, prioritariamente, a sua dimensão técnico-operativa vêm sendo percebidas no âmbito da formação profissional e como o *ensino da prática* configura-se neste processo. Trata-se de reflexão importante na apreensão do “lugar” da dimensão técnico-operativa na formação profissional em Serviço Social no contexto da UECE, sob os pontos de vista de estudantes desse curso de graduação inscrito nessa universidade pública cearense.

### **Ensino da prática e instrumentalidade na formação profissional do assistente social**

Este eixo analítico do ensino da prática em Serviço Social tornou-se relevante no estudo em pauta, pois apoia a compreensão e interpretação dos discursos dos(as) interlocutores(as) desta pesquisa acerca da instrumentalidade no exercício profissional do assistente social, com foco em sua dimensão técnico-operativa. Por ensino da prática<sup>11</sup>, consideramos, então, os processos de ensino-aprendizagem que envolvem os(as) estudantes de Serviço Social, em particular os da UECE, e que vislumbram proporcionar a esses sujeitos a capacidade de compreender o “saber fazer” profissional do assistente social.

---

11 De acordo com o relatório da Abepss (2008), as *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* (1997) contribuem para a problematização do eixo “ensino da prática”, a partir dos “[...] princípios que fundamentam a formação profissional: ‘Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade’ e ‘indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional’” (ABESS/CEDEPSS apud ABEPSS, 2008, p. 148).

Nesse sentido, este “saber fazer” não se restringe ao campo prático-material, da atividade desenvolvida de *per se*.

A construção concreta da atividade técnico-operativa do assistente social está vinculada à construção da unidade entre a prática empreendida e a teoria que a orienta. Ou seja, o ensino da prática consiste no processo de ensino-aprendizagem que proporciona aos(às) estudantes a apreensão das ações profissionais específicas da categoria de assistentes sociais, bem como lhes oferece os subsídios teórico-metodológicos e ético-políticos necessários para compreender as finalidades orientadoras das atividades desenvolvidas, os meios que serão utilizados para a materialização dos processos de trabalho, o sentido social de sua ação, constituindo, assim, um determinado “saber fazer” específico à profissão. Mais do que informar aos(às) estudantes de que deve existir a unidade entre teoria e prática, o ensino da prática precisa “instrumentalizar” os(as) discentes para que construam mediações teórico-práticas, significando esta unidade entre diferentes: a teoria e a prática (SANTOS, 2013).

A partir do posicionamento da categoria de assistentes sociais, inscrito nos documentos da Abepss e Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social (Cedepss) (ABEPSS, 2008), a análise histórico-crítica dessa profissão – situada nas tramas da civilização do capital em sua versão à brasileira – constituiu-se em condição fundante para o desenvolvimento pleno da formação profissional e a compreensão da dimensão prática da profissão sob novo patamar. Assim, o referido documento aponta que:

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do

Assistente Social em seu campo de intervenção. (ABESS/CEDEPSS 1997 apud ABEPSS, 2008, p. 168, grifos nossos).

É nesse processo que se torna possível a apreensão das diferentes e intrincadas *expressões* profissionais do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, quais sejam: investigativa, formativa e interventiva. Cada uma delas perpassada pelas *dimensões* teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Expressões e dimensões a serem compreendidas, por seu turno, na *unidade teoria e prática*.

Com base nas *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* (1997), na Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão do assistente social, e no *Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social* (2008), destacamos alguns trechos desses documentos a fim de detalhar o que são consideradas como *habilidades e competências*<sup>12</sup> técnico-operativas do Serviço Social na contemporaneidade.

No âmbito da formação profissional, o citado relatório reforça que esse processo de formação profissional em Serviço Social:

[...] deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: *apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade,*

---

12 “Núñez e Ramalho articulam o debate do conceito de competência à questão da unidade teoria-prática. Na dinâmica das novas formas organizativas da política de formação profissional, o conceito de competência emerge como uma noção básica que procura unir operativamente teoria e prática. Isso quando se assume que toda teoria tem implicações práticas e toda habilidade prática tem uma teoria, implícita ou não, que a sustenta, fazendo-se necessário conhecê-la para fundamentar o agir profissional. Essas exigências conduzem o entendimento do termo competência para um sentido mais compreensivo do que meramente técnico” (ABEPSS, 2008, p. 167).

*visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 2008, p. 149, grifos nossos).*

Quanto à lei de regulamentação da profissão, o relatório registra o que são as “competências e habilidades” do assistente social brasileiro dos anos 2000:

[...] formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social; exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social; assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino; supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social. (ABEPSS, 2008, p. 149-150).

Diante desses enunciados sobre a formação e atuação profissionais do assistente social, ressaltamos a amplitude da aceção que conforma a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, a reforçar sua vinculação orgânica às outras duas dimensões constitutivas da atualidade, a saber: teórico-metodológica e ético-política. Nessa relação, afasta-se da redução da dimensão técnico-operativa ao “como fazer” sustentada na racionalidade instrumental burguesa. Não obstante, essas considerações reafirmam as dimensões “investigativa” e “interpretativa” como princípios formativos do Serviço Social. Além disso, localizam as expressões *investigativa*, *interventiva*

e *formativa* do Serviço Social, através das quais se articulam as demais ações profissionais.

As *Diretrizes Curriculares da Abepss* (1997), por sua vez, delinham três núcleos de fundamentação para a formação profissional, quais sejam: de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e de fundamentos do trabalho profissional. Em termos de orientações para o ensino da prática, salientamos a importância desse último núcleo – fundamentos do trabalho profissional –, pois versa, com mais centralidade, acerca do tema de estudo em foco. Porém, como enunciado no supracitado documento, essa especificidade do trabalho profissional do assistente social encontra-se em comunicação com as demais. Assim, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

Compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. (ABEPSS, 1997, p. 4).

Desse modo, a orientação da Abepss se apresenta de forma bastante densa, caracterizando também a necessidade da articulação entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional a implicar no constante diálogo entre experiências de ordem teórica e prática. Essa conotação reforça que o ensino da prática transcende o viés pragmático das atividades desenvolvidas no cotidiano profissional, restritas ao âmbito da ação. Essa abordagem sugere a articulação de outras capacidades intelectivas que significam o *por que, para que*

e com base em que de cada ação profissional e respondem a outras questões, como os motivos de se desenvolver determinado processo de trabalho, como executá-lo de maneira ética e com qualidade técnica, que dispositivos legais e instrumentais precisam ser acionados para a realização de cada atividade, qual a direção social em tela.

Fica nítida aqui a compreensão de que a dimensão prática do exercício profissional do assistente social não pode ser apreendida distante de suas conexões com o contexto socioeconômico e político-cultural que a torna socialmente necessária. Dessa maneira, também a formação profissional precisa estar sintonizada a essa compreensão, favorecendo aos(às) estudantes a compreensão dessa teia de relações teórico-práticas (re)construídas no processo sócio-histórico do Serviço Social.

No âmbito da UECE, essas orientações são (re)afirmadas no curso de Serviço Social em seu *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social* (PPPSS)<sup>13</sup>, documento que contempla os “[...] objetivos do curso e do currículo, perfil dos formandos, princípios da formação profissional, identificação da direção social do curso e estruturação dos componentes curriculares” (UECE, 2012, p. 1). É válido situar que a construção desse documento se deu a partir de um longo processo de discussão e de estudo, nacional e local, entre os anos de 1997 e 2004. Teve como base as produções teóricas da Abepss – a exemplo da Política Nacional de Estágio (PNE) e das *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social* –, propostas curriculares de outras unidades de ensino, além da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (UECE, 2012).

O texto do PPPSS ressalta a identidade do curso de Serviço Social da UECE com a proposta político-pedagógica da Abepss (2009). Notamos que a estruturação dos componentes curriculares tem essa intenção, como se pode perceber na íntegra a seguir:

---

13 Esse PPPSS passou por revisão coletiva e aprovação pelo colegiado nos anos de 2015 e 2016. Encontra-se, neste ano de 2017, em fase de implementação do novo currículo e do fluxo curricular após revisão coletiva desse documento orientador da formação em Serviço Social na UECE. Não foi foco da presente reflexão.

O curso de Serviço Social da UECE assume um Projeto Pedagógico de Formação Profissional que incorpora as orientações propostas por ABESS/ABEPSS, que preconizam a formação de assistentes sociais possuidores de capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para o enfrentamento da questão social no Brasil contemporâneo. (UECE, 2012, p. 3).

Nesse sentido, o PPPSS projetava o perfil dos(as) formandos(as) como:

Profissional com formação humanista e ético-política, possuidor de competência teórico-operativa para atuar nas diversas formas de expressão da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, na perspectiva do fortalecimento das lutas sociais, contribuindo para a emancipação humana. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção crítica e propositiva; detentor de habilidades como iniciativa, liderança, criatividade, capacidade de relacionamento, negociação, resolução, comunicação e argumentação. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (UECE, 2012, p. 6).

Tais considerações sinalizam para o perfil profissional que se pretende formar no curso de Serviço Social da UECE, de modo que as características apresentadas são representativas das referências teórico-metodológicas e ético-políticas de seu corpo docente em diálogo crítico com os(as) discentes, em busca de uma ruptura do conservadorismo presente na história da profissão, e sintonizadas com o tempo presente. Porém, é inicialmente na construção e organização dos componentes curriculares e posteriormente no desenvolvimento dessas atividades político-pedagógicas que esse perfil constrói a sua legitimação e, de fato, pode se materializar. A constituição desse perfil profissional passa, assim, pela formação específica e articulada das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas

da profissão, em consonância com os princípios formativos – investigação e intervenção – no âmbito do Serviço Social contemporâneo.

Nesse horizonte, o Relatório da Abepss (2008, p. 168), ao respaldar a análise crítica de Guerra acerca do ensino da prática no Serviço Social, enfoca que:

Historicamente o ensino da prática tem se limitado ao ensino de instrumentos e técnicas e/ou das ‘chamadas’ metodologias de ação. Neste âmbito, a concepção de prática é a de adestramento, treinamento. A noção de competência fica restrita ao domínio de um suposto método profissional e dos instrumentos e técnicas a ele correlatos.

Essa situação não transfere a responsabilidade para o corpo docente, tampouco aos(às) estudantes de Serviço Social. Engendra-se como uma relação mais complexa a exigir maior atenção, visto que, em nossa pesquisa, os depoimentos dos(as) graduandos(as) demonstraram outros arranjos, indicando que não seria uma responsabilidade restrita à docência, pois foi localizada uma fragilidade na apreensão do conteúdo, que diz respeito também aos outros sujeitos do processo de ensino-aprendizagem: os(as) estudantes em seus microcontextos de experiências e na civilização do capital nestes anos 2000, sobretudo nas suas particularidades brasileiras. Ademais, não é sensato perceber essa problemática restrita ao espaço da sala de aula e às relações docente-discente, postas as exigências de apreendê-las, no caso da UECE, na condição de universidade pública, submetidas aos desmontes e às contrarreformas da proteção social à brasileira e dos correlatos direitos de cidadania, sob o comando do projeto político cultural neoliberal brasileiro em vias de agudização nestes anos 2016-2017.

Nesse sentido, reportamo-nos às formulações críticas de Guerra (2012) a respeito da racionalidade formal-abstrata presente na vida social no capitalismo. A autora analisa essa complexa teia para além da relação do sujeito com os instrumentos. Segundo ela, nas condições da racionalidade formal-abstrata, há um processo que compromete o próprio movimento teleológico quanto à relação

*meios e fins*, ou seja, “[...] na vida cotidiana, o pragmatismo, na ação e no pensamento, torna-se imperativo” (GUERRA, 2012, p. 47).

Estas breves considerações remontam ao descompasso e tensões entre a “lógica” que orienta o projeto ético-político profissional de Serviço Social brasileiro e às características próprias do modo de vida capitalista e das exigências profissionais postas aos(as) assistentes sociais pelo mercado de trabalho no âmbito institucional, especialmente nestes tempos sombrios de desemprego estrutural; precarização, informalização e desproteção do trabalho; contrarreformas do Estado e desmonte da proteção social em larga escala. Podemos inferir, então, que não é difícil que nós, educadores(as) e discentes, estejamos influenciados(as) por esse tipo de racionalidade instrumental (formal-abstrata), denotativa do modo de vida capitalista em suas dimensões do pensar, sentir e agir no mundo social.

Diante disso, a construção do perfil profissional precisa considerar esse elemento, proporcionando espaços de debates críticos e plurais que permitam a sua desconstrução e a reflexão substancial (crítica) da realidade em termos de objetividade e subjetividade constitutivas do ser social, dos processos de trabalho, das relações entre sujeitos e instrumentos, na perspectiva de materialização da instrumentalidade como campo de mediação da cultura profissional do Serviço Social. Assim, no último item deste artigo, discutimos, de forma sumariada, sobre alguns dos *achados* de nossa pesquisa, ora apreendidos como desafios do ensino da prática no curso de graduação em Serviço Social da UECE, na(s) ótica(s) de seus(uas) discentes.

### **À guisa de conclusão: alguns desafios do ensino da prática no Serviço Social da UECE**

O relatório de avaliação da Abepss (2008) enuncia que o eixo ensino da prática é um aspecto desafiador presente nas demandas de várias Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil. O relatório indica ainda que há, na maioria das IES, “[...] a necessidade de

maior carga horária para as disciplinas que dizem respeito à dimensão técnico-operativa” (ABEPSS, 2008, p. 161). Tentaremos apresentar sumariamente *achados* de nossa pesquisa qualitativa situados nas particularidades da UECE a partir dos enfoques de seus(uas) discentes, ora indicativos de alguns desafios postos ao ensino da prática nessa IES em particular.

A análise do conteúdo das entrevistas apontou dificuldade dos(as) interlocutores(as) em compreender determinados conceitos trabalhados na formação profissional de Serviço Social, com ênfase na categoria instrumentalidade e na proposta de indissociabilidade entre suas dimensões constitutivas, em especial a dimensão técnico-operativa. As dificuldades ampliaram-se para a apreensão das noções de teoria e de prática, bem como expressaram-se de forma incipiente em termos da construção da unidade entre ambas. As respostas, por vezes, tenderam para abordagens instrumentais, restringindo instrumentalidade aos instrumentos e técnicas adotados por assistentes sociais em seus respectivos cotidianos profissionais. Desta feita, relataram suas dificuldades em articular aspectos da dimensão técnico-operativa a outras problematizações que envolvem os processos de trabalho do assistente social e seu objeto de investigação/intervenção à esfera cotidiana, com destaque à articulação das escolhas e usos de instrumentos e técnicas com o direcionamento social profissão, ambos imbricados à dimensão ético-política e às referências teórico-metodológicas que os sustentam.

A partir da interpretação dos discursos dos(as) interlocutores(as), é possível pensar também como esses desafios do ensino da prática interferem na não apreensão das particularidades que envolvem as *ações profissionais*, os *procedimentos* e os *instrumentos* nos distintos campos de intervenção do assistente social e em seus processos de trabalho correspondentes. Aspecto fundante ao deciframento do real capaz de transcender as características estruturantes da cotidianidade profissional, rumo ao deciframento de seu objeto de

investigação e intervenção; à apreensão das demandas postas (imediatas e mediatas); à construção de respostas profissionais competentes referentes a um “saber fazer” alicerçado na racionalidade dialética (crítica e emancipatória) em face das dinâmicas e estruturas da civilização do capital em tempos contemporâneos. As racionalidades em disputa emergiram nesses relatos de pesquisa.

As entrevistas indicaram, de forma recorrente, a importância das experiências de iniciação científica (pesquisa), extensão universitária, participação em monitoria acadêmica e grupo de estudos no Programa de Educação Tutorial (PET) nos laboratórios de estudos e pesquisas, bem como na organização político-social no movimento estudantil e em outras instâncias organizativas da sociedade civil.

Segundo assinalaram alguns(mas) dos(as) entrevistados(as), esses aspectos da formação fortalecem a dimensão ético-política, no sentido de contribuir com a criticidade na formação e no exercício profissionais. Além disso, durante o estudo das transcrições, foi bastante nítido o contraste de significações presente nas falas, de acordo com o perfil dos(as) entrevistados(as). Aqueles(as) que tiveram oportunidade de participação em algum desses outros espaços formativos – para além da sala de aula –, a fim de garantir outras vivências de formação na universidade, tiveram mais facilidade em se expressar e apresentar elementos sobre o processo de formação profissional, com destaque à capacidade de movimentar as categorias analíticas para pensar o próprio processo de formação na UECE. Salientamos, no entanto, que tais espaços ampliados de formação profissional ainda são escassos nessa universidade, com tendência de restrição ante os cortes orçamentários e o desmonte de políticas públicas sociais estruturantes no Brasil, a destacar a política educacional.

Realçamos tais diferenças de percepções ao lançar o olhar crítico sobre a realidade de nossa IES no âmbito do Serviço Social, com vistas a sinalizar processos que dificultam e/ou contribuem para a constituição do perfil profissional capaz de articular distintas

competências e habilidades profissionais em sintonia com o projeto ético-político da categoria.

Nessa perspectiva, outro aspecto destacável nos relatos, apesar de não ser uma novidade, foi a relevância atribuída às experiências de estágio supervisionado – e suas disciplinas específicas – para a formação profissional desses(as) futuros(as) assistentes sociais. Como espaço pretendido de síntese que aproxima o estudante de Serviço Social ao exercício profissional de forma concreta, esse ambiente formativo destacou-se em relação aos demais por contribuir, nas versões dos(as) interlocutores(as), de maneira diferenciada, com a apreensão do “modo de operar” da profissão. Aproxima-se da perspectiva enunciada por Lewgoy (2009) ao considerar o estágio supervisionado como espaço de acompanhamento e supervisão, de conquistar a segurança no que se afirma como profissão, de conhecer a dinâmica institucional não apenas como espectador.

O estágio supervisionado traduz-se, nas versões desses(as) estudantes, em momento de perceber o “saber fazer” do Serviço Social como uma profissão distinta das demais, pela escolha de seus instrumentos no cotidiano institucional, pela forma como constrói os processos e suas relações, pelos valores mediadores das relações com os(as) usuários(as) e demais trabalhadores(as), pela identificação das finalidades de suas ações, bem como pelo cuidado com a escolha dos instrumentos e técnicas, como organização criativa dos meios para alcançar um determinado fim (GUERRA, 2011). Aspectos referenciados também no relatório da Abepss (2008, p. 147) ao analisar a importância do estágio na formação profissional do assistente social, a saber:

O estágio é o mecanismo privilegiado de aproximação do aluno com a realidade e, nela, com o exercício profissional. Esse espaço, além de materializar uma iniciação ao exercício profissional, oportuniza, também, um processo permanente de sistematização de dados empíricos, a capacidade de decodificá-los e de propor, sob orientação acadêmica, ações

de naturezas diversas que tenham incidência no enfrentamento das refrações da questão social. Oportuniza, ainda, uma convivência ‘supervisionada’ com as contradições da prática profissional que, devidamente problematizadas, constituem-se num meio de superação das visões fatalista e messiânica do Serviço Social.

Com base no relatório da Abepss (2008), contudo, é necessário problematizar se esse tem sido o único espaço para a construção dessa experiência de práxis profissional no curso de Serviço Social da UECE. O documento alerta para o risco de destinar apenas às disciplinas de estágio supervisionado a responsabilidade acerca do ensino da prática. Em nossa pesquisa, o estágio supervisionado (obrigatório) tem se colocado como oportunidade mais representativa do ensino do “saber fazer” profissional, sobretudo em sua dimensão técnico-operativa. Essa condição, porém, vinculou-se com limitações relativas à discussão sobre as condições de materialidade do estágio supervisionado em distintos campos de atuação do assistente social. Como aponta Guerra (2011), o Estado reproduz em sua estrutura a racionalidade formal-abstrata.

Nesse contexto, os profissionais que trabalham com as políticas públicas sociais são exigidos a responderem apenas a uma dimensão formal, burocrática, que atende às demandas institucionais, de interesse à manutenção da ordem capitalista. Para o(a) estudante, muitas vezes, essas determinações podem implicar experiências de estágio supervisionado frágeis em termos político-pedagógicos, no sentido de proporcionar ao(à) estudante experiências que ultrapassem o atendimento das demandas espontâneas em direção às demandas sócio-históricas e que contribuam no seu processo de reflexão e intervenção crítico-propositiva, traduzidas em suas respostas profissionais.

Ainda sobre o ensino da prática, as falas indicaram a necessidade de se discutir outro formato para os componentes curriculares que tratam da instrumentalidade no Serviço Social. A organização

da carga horária, bem como a distribuição desse tempo de aula durante o semestre, não vem correspondendo às demandas dos(as) estudantes, segundo os(as) interlocutores(as). Foi pontuado, inclusive, o interesse de que essa discussão fosse realizada por uma disciplina ampliada – de, no mínimo, quatro créditos, com 68 horas/aula – em substituição à adotada no fluxo curricular do PPPSS de 2012, de apenas dois créditos e 34 horas/aula.

Salientamos que tais elementos ora pontuados, dentre outros mais bem aprofundados no TCC que originou este artigo, foram considerados nos debates coletivos realizados no curso de Serviço Social da UECE em seu processo de revisão curricular nos anos de 2015 e 2016, com mudanças significativas em seu fluxo curricular, carga horária e realinhamento dos conteúdos de disciplinas e demais componentes do currículo em processo de implementação em 2017. Teremos, assim, novos elementos para refletir acerca do ensino da prática no curso de Serviço Social neste próximo ciclo da formação profissional nessa instituição de ensino superior.

Compreendemos que a discussão em tela exigiria situá-la no âmbito do ensino superior brasileiro e de sua materialização na UECE como universidade pública, no modo de vida capitalista e na conjuntura atual, a considerar tanto a escassez crescente de recursos orçamentários capazes de garantir o tripé do ensino, pesquisa e extensão, como as condições de vida e de trabalho de docentes, discentes e demais trabalhadores imbricados nessa dinâmica institucional. Todavia, reconhecemos que a abordagem necessária de tais elementos ultrapassa os limites do presente artigo.

## Referências

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. *Cadernos ABESS*, São Paulo, nº 7, p. 58-76, 1997.
- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 9, n. 17, 2009.
- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social*. São Luís: Abepss, 2008.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.
- GUERRA, Y. A. D. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 39-68.
- GUERRA, Y. A. D. A instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 62, p. 5-33, 2000.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. Belo Horizonte: Cress, 2007.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IANNI, O. A sociologia e o mundo moderno. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, nº 1, p. 7-27, 1989.
- LEWGOY, A. M. B. *Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.
- PAULO NETTO, J. Introdução ao método da teoria social. In: CFEES; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFEES/Abepss, 2009.
- PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, C. M. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 15-38.

SILVA, S. G. M. *Instrumentalidade(s) e sua dimensão técnico-operativa na formação profissional de assistentes sociais: uma interpretação crítica das versões de estudantes do curso de Serviço Social da UECE*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Programa de Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

UECE – Universidade Estadual do Ceará. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social*. Fortaleza: UECE, 2012.

VALE, E. S. *A dimensão técnico-operacional da instrumentalidade do Serviço Social: práticas e desafios cotidianos do trabalho do assistente social em empresas públicas, privadas e ONGs*. Projeto de pesquisa do Centro de Estudos sobre o Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros). Fortaleza: UECE, 2011.

# A pesquisa sobre a instrumentalidade do Serviço Social na literatura tradicional

*Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra*

“Não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam.”

(HOBSBAWM; RANGER, 2002)

“Para que possa formar-se uma consciência expressa da tarefa hermenêutica de apropriar-se da tradição é preciso que esta tradição, cuja essência consiste em continuar transmitindo naturalmente aquilo que é transmitido, possa ter se tornado questionável.”

(GADAMER, 2008)

“[...] são necessárias somente duas gerações para tornar algo tradicional: é natural que assim seja, pois trata-se do sentido de tradição como processo ativo.”

(WILLIAMS, 2007)

Primeiramente gostaria de agradecer à professora Erlenia Sobral e aos demais integrantes do grupo de pesquisa “Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social” (Cetros) pelo convite para participar desta mesa, a fim de discutir os desafios à pesquisa sobre *a instrumentalidade* na *literatura tradicional* do Serviço Social. Aproveito a oportunidade também para parabenizar o grupo pela pesquisa inovadora e pela iniciativa de realizar este seminário, cujas discussões certamente são de extrema relevância para uma ampliação do debate sobre os fundamentos do trabalho profissional dos(as) assistentes sociais.

Antes de iniciar a exposição, gostaria de esclarecer que a minha contribuição ao debate se deve mais à experiência de ensino em disciplinas do Núcleo dos Fundamentos Históricas e Teórico- Metodológicas do Serviço Social, área para a qual fui concursada,

do que propriamente à inserção no campo de estudos sobre o trabalho profissional. Desde o mestrado (1999) que as minhas pesquisas sobre os *jovens* e as *culturas juvenis* têm se concentrado no campo transdisciplinar dos estudos de juventude (SPOSITO, 2009), exigindo um diálogo crítico com as teorias sociais contemporâneas, em particular com os *estudos culturais* (MATTELART; NEVEU, 2004). Daí os limites e o caráter parcial desta exposição, elaborada muito mais para contextualizar a discussão e sugerir alguns desafios à pesquisa sobre literatura tradicional e tradições na *cultura profissional* do Serviço Social.

O tema sugerido para o debate diz respeito à pesquisa sobre a *instrumentalidade* na *literatura tradicional* do Serviço Social, considerando os desafios impostos à investigação sobre essa temática no nosso presente histórico. Discutir esse tema na atualidade já se configura como um desafio, por pressupor uma retomada do debate sobre o *passado* histórico de nossa profissão e o sentido atribuído às tradições na *cultura profissional*, em um contexto mais geral adverso à pesquisa e às reflexões históricas.

Trata-se de um contexto adverso sobretudo porque, em nossa *modernidade tardia*, *hipermodernidade* ou *pós-modernidade*<sup>1</sup>, a noção de espacialidade tende a substituir a noção de temporalidade, daí a dificuldade de lidarmos com a dimensão da historicidade e a sensação de vivermos em um *eterno presente* (JAMESON, 1994). Como alerta o filósofo italiano Mario Perniola<sup>2</sup> (2011), na atual cultura da *velocidade*, da *instantaneidade* e do *tempo breve*, somos aprisionados na lógica do *presenteísmo*, porque nessa cultura vem eliminada

---

1 Harvey (2004) associa a ascensão de formas culturais tidas como pós-modernas a uma mudança cultural na “estrutura de sentimento”, que se relaciona à emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e a um novo ciclo de “compressão espaço-tempo” na organização do capitalismo a partir dos anos 1970.

2 Para Perniola (2011), na sociedade contemporânea, o mito da velocidade (*Il mito della velocità*), o apelo à instantaneidade (*l'istantaneità*) e o *presenteísmo* (*presentismo*) comprometem não só a possibilidade de agir, mas também de elaborar psicologicamente e intelectualmente o vivido, contribuindo para que em todos os aspectos seja eliminada a condição da experiência.

a própria *condição da experiência*, que implica não só o viver, mas o *reviver, o recordar, o refletir, o encontrar um significado, uma orientação, um projeto*.

Nesse sentido, quando argumentamos sobre os obstáculos à realização da pesquisa histórica na atualidade, não podemos abstrair que os traços dessa cultura da velocidade e da instantaneidade também se apresentam na atual lógica “produtivista” que oblitera a experiência da docência e da pesquisa na “universidade operacional” ao mercado, conforme argumenta a filósofa brasileira Marilena Chauí (2017).

Ademais, pensar a pesquisa no campo da chamada *literatura tradicional* do Serviço Social também se constitui como um desafio atual, na medida em que o sentido dessa literatura, embora possa parecer óbvio no presente, precisa ser desnaturalizado e problematizado. Esse argumento se sustenta porque o que está em jogo aqui é uma compreensão das razões que justificam a retomada do diálogo com a literatura tradicional do Serviço Social na pesquisa atual sobre a *instrumentalidade, a dimensão técnica, prático-concreta ou técnico-operativa da profissão* (GUERRA, 1995).

Para tanto, é necessário esclarecer que, na abordagem sobre a *literatura tradicional*, não se pode abstrair a relação dessa última com o conceito de *tradição* no campo do Serviço Social, pois, conforme nos alerta Williams (2007), a partir da modernidade, *tradição* se constitui como uma daquelas *palavras difíceis*, a qual ainda hoje é utilizada em sentido *abstrato, exortativo ou depreciativo*. Em sua origem latina, o substantivo “tradição” significava “[...] entrega, transmissão de conhecimento, legado de uma doutrina, rendição ou traição” (WILLIAMS, 2007, p. 399). Na sociedade moderna, embora essa gama de significados ainda permaneça válida, desenvolve-se mais o sentido geral de processo de *transmissão e legado*.

Entretanto, Williams (2007) esclarece ainda que se desenvolve também, ao lado da ideia de tradição como processo geral de

*transmissão e legado*, um forte sentido implícito de obediência e respeito. E esse último precisa ser problematizado, haja vista que, além de não existir historicamente uma *única tradição*, mas *tradições no plural real*, somente *algumas delas ou parte delas foram* e/ou podem ser *eleitas merecedoras do nosso respeito e obediência*.

Avançando na compreensão histórica dos sentidos atribuídos à palavra “tradição” na modernidade, Williams (2007, p. 400) nos ajuda a entender que existe ainda um *sentido ativo* e móvel, visto que “Aqueles que estudaram tradições específicas por vezes observaram que são necessárias somente duas gerações para tornar algo tradicional: é natural que assim seja, pois trata-se do sentido de tradição como processo ativo”.

Com base nessas considerações iniciais, tomamos como ponto de partida de nossa exposição algumas questões iniciais que podem nortear o debate aqui proposto: I) Quando nos reportamos à *literatura tradicional do Serviço Social*, a que literatura e a qual *tradição* estamos nos referindo? II) Em que contexto e em qual situação nos encontramos frente à *literatura tradicional* com a qual pretendemos dialogar na pesquisa sobre a instrumentalidade? III) Qual a importância desse diálogo com a tradição para as pesquisas atuais sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social? IV) Que desafios se apresentam a esse diálogo no nosso presente histórico?

Embora não tenhamos a pretensão de responder a todas essas questões, um dos caminhos possíveis para buscarmos as respostas talvez seja o reconhecimento de que no presente não é possível identificar a existência de somente uma tradição na formação de nossa cultura profissional. Daí também ser necessário esclarecer que não podemos reconhecer a existência de apenas uma *única literatura tradicional* produzida no campo do Serviço Social.

Ora, se compreendermos *tradição* nos sentidos propostos por Hobsbawm e Roger (2002) e por Williams (2007), iremos reconhecer a existência de diferentes *tradições específicas*, em sentido *ativo*

(criadas e inventadas) e em disputa na cultura profissional do Serviço Social na contemporaneidade. E esse processo se deve sobretudo ao protagonismo político e cultural de diferentes gerações de profissionais, que, mediado por diferentes condições históricas e sociais, tem contribuído na criação e recriação de antigas e novas tradições na cultura profissional do Serviço Social.

Nesse sentido, se considerarmos a história recente do Serviço Social brasileiro, principalmente após o Movimento de Reconceituação (1965-1975)<sup>3</sup>, podemos identificar um deslocamento da *antiga tradição conservadora*, associada ao *humanismo cristão* e ao *positivismo-funcionalismo*, que marcou profundamente as práticas culturais e a literatura profissional desde suas origens até meados dos anos 1970, para uma tradição crítica, inspirada no diálogo com vertentes do marxismo e outras tradições críticas, que se torna hegemônica no campo acadêmico e na literatura profissional a partir dos anos 1980 (SILVA e SILVA, 2011).

Faleiros (2013), um dos protagonistas do Movimento de Reconceituação no Brasil e na América Latina, ajuda-nos a entender o contexto histórico, os sujeitos e o amplo movimento social-crítico que contribuiu para o deslocamento daquela antiga tradição

---

3 Esse movimento caracterizou-se por ser um fenômeno latino-americano, de caráter plural, marcado pela contestação ao tradicionalismo profissional, traduzindo-se num amplo questionamento da profissão quanto aos seus “[...] fundamentos ídeo-teóricos, suas raízes sócio-políticas, a direção de sua prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMA-MOTO, 1999, p. 205). No contexto brasileiro, entretanto, sua expressão teve os limites definidos pelo cerceamento político vivenciado no país durante a Ditadura Militar, pois, conforme Paulo Netto (1999), o clima de fechamento político vigente nesse período impossibilitou e adiou a chamada “intenção de ruptura com o conservadorismo”. Nas palavras de Paulo Netto (1999), na década que corresponde à eferescência da Reconceituação na América Latina (1965-1975), impossibilitado de questionar-se socialmente, o Serviço Social brasileiro se questionou metodologicamente, redundando numa modernização da profissão e atualização do seu legado conservador. Na acepção desse autor, a chamada intenção de ruptura com o conservadorismo só adquiriria visibilidade e impulso na cultura profissional durante o processo da redemocratização do país, a partir do final dos anos 1970.

conservadora e para a emergência de uma nova tradição crítica no Serviço Social. Conforme o autor:

Apesar da Ditadura, *um grupo de profissionais, estudantes e técnicos, não casualmente vinculados à Igreja Progressista*, defendiam uma perspectiva de profunda transformação social nas estruturas de exploração e opressão das maiorias [...]. Muitos dos movimentos sociais eram protagonizados pelas CEBS, Comunidades Eclesiais de Base, outros por organizações clandestinas, outros por sindicatos. [...] O movimento sindical dos metalúrgicos de São Bernardo, por sua vez, marcou o cenário político com fortes mobilizações e greves. O movimento da própria categoria profissional foi estruturando-se politicamente no final dos anos 1970. Em 1979, foi proclamada a Lei da Anistia. No III Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1979, os convidados oficiais do governo foram substituídos por representantes dos trabalhadores, inclusive Lula. Em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores como consequência dessas mobilizações dos trabalhadores, dos movimentos pastorais e de intelectuais. Devemos considerar também a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire. [...] Nos anos sessenta (antes do golpe militar de 1964), o movimento estudantil tinha se aliado à luta pela reforma agrária, pela reforma urbana, pela reforma educacional. Vários grupos de resistência e luta armada contra a Ditadura surgiram com forte presença de estudantes e intelectuais, com a Ação Popular, da qual fiz parte, inclusive como dirigente. (FALEIROS, 2013, p. 90, grifo nosso).

O autor argumenta ainda que é em meio a esse processo mais amplo que se dá *a formulação de um pensamento crítico no Serviço Social*. A construção desse pensamento, que se vincula à *luta de classes*, não foi obra de nenhum “iluminado”, mas fruto de um processo histórico complexo de lutas, de resistência ao imperialismo e à ordem dominante, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto político de aliança de intelectuais com dominados, explorados e oprimidos na luta por mudanças profundas. Nesse momento,

de forma clara, o Movimento de Reconceitualização foi visto como “[...] o oposto ao Serviço Social tradicional, mas sem que tivesse chegado às instituições e à maioria dos profissionais” (FALEIROS, 2013, p. 91).

Já Paulo Netto (2005, p. 148, grifo nosso) também reconhece que:

É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – o fato central é que, *depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional.*

Ademais, no âmbito da cultura profissional, hoje se reconhece que:

[...] desde os anos sessenta, no Brasil, tem início um processo de *erosão das bases de legitimação do ethos tradicional do Serviço Social, propiciando uma renovação e um pluralismo* capazes de evidenciar a dimensão ideológica da prática profissional, abrindo a possibilidade de emergência de uma *vertente crítica.* (BARROCO, 2007, p. 141, grifos nossos).

No balanço da literatura brasileira que alimentou a renovação do Serviço Social no Brasil e que se vincula ao campo amplo dessa *vertente crítica*, Iamamoto (2007, p. 212, grifo nosso) argumenta que, no contexto atual, já é:

[...] reconhecida a hegemonia que as interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo progressivamente na liderança do debate acadêmico-profissional brasileiro a partir da década de 1980. Nesse rumo intelectual e político *é constituída uma nova face para o Serviço Social distinta da herança de suas origens, nos campos de produção teórica e do exercício profissional, ampliando as bases de legitimidade para além das esferas patronais e no sentido de incorporar os interesses e necessidades dos segmentos populacionais subalternizados e que são alvo dos serviços prestados pelos assistentes sociais.*

Para Iamamoto (2007), esse processo é tributário das lutas sociais da classe trabalhadora e do operariado industrial pela conquista

do Estado de Direito e pela democratização da vida social no nosso país. Por conseguinte, é nesse solo que a autora encontra o alicerce sociopolítico que possibilitou *o deslocamento das interpretações de cunho estrutural-funcionalista do centro dos debates profissionais para as vertentes histórico-críticas no universo do Serviço Social*.

Dentre os legados mais significativos dessa nova *tradição crítica* no Serviço Social brasileiro, Yamamoto (2007) reconhece justamente a busca de ruptura com o caráter teórico e prático-político da “herança conservadora” que dirigiu historicamente a cultura profissional. Quanto às principais críticas a essa antiga *tradição conservadora*, destacam-se:

A sua resignação positivista (leis invariáveis), a sua indignação moralizante e seu programa de ação de cunho reformista-conservador, centrado na reforma moral dos indivíduos, grupos e famílias contra os perigos que ameaçam a coesão e a ordem. (IAMAMOTO, 2007, p. 234).

Assim, quando nos reportamos à pesquisa sobre a instrumentalidade na literatura tradicional do Serviço Social, reconhecemos aqui as críticas ao chamado Serviço Social clássico ou tradicional já realizadas pela nova tradição crítica. Entretanto, na pesquisa da literatura profissional associada ao *Serviço Social clássico*, compreendemos ser necessário ir além da denúncia genérica ao seu conservadorismo teórico-prático, da crítica ao metodologismo e ao tecnicismo, a fim de apreendermos também o que essa literatura tem a nos ensinar sobre a dimensão técnico-operativa da profissão.

Ademais, no contexto atual torna-se necessário um aprofundamento das pesquisas sobre a dimensão técnico-operativa da profissão na literatura tradicional, até mesmo para um *aprofundamento da crítica aos fundamentos do Serviço Social de caso, do Serviço Social de grupo e do Serviço Social de comunidade*, conforme sugere Yamamoto (2014, p. 631), sendo relevante na atualidade, em um duplo sentido:

a) para criar subsídios teórico-metodológicos na resistência à onda cultural conservadora, que faz ressurgir abordagens individuais, grupais e comunitárias em seus fundamentos liberais e conservadores; b) e para estabelecer bases para um diálogo crítico com o Serviço Social internacional – em especial o europeu e o norte-americano –, amplamente fundado em tais abordagens.

## Referências

- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHAUÍ, M. Avaliação irracional da pesquisa e eclipse da docência na USP. *Revista Adusp*, São Paulo, n.º. 60, p. 54-65, 2017.
- FALEIROS, V. P. *Globalização, correlação de forças e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2013.
- GADAMER, H.-G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social*, São Paulo, n.º. 120, p. 608-639, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- JAMESON, F. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1994.
- MATTELART, A.; NEVEU, É. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- PAULO NETTO, J. *A construção do projeto ético-político contemporâneo*. Brasília, DF: Cead: Apeps, 1999.
- PAULO NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 50, p. 87-132, 1996.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.

PERNIOLA, M. II grande mito del tempo breve. *La Repubblica*, 2011. Disponível em: <[icerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2011/07/07/il-grande-mito-del-tempo-breve.html](http://icerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2011/07/07/il-grande-mito-del-tempo-breve.html)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SILVA e SILVA, M. O. (Coord.). *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSITO, M. P. (Coord.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

# A dimensão técnico-operativa na literatura do Serviço Social: Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas e Anna Augusta de Almeida

*Géssica Naiane Silva Oliveira*  
*Rayane Lima Duda*  
*Renata Albuquerque Camelo*

## **Breve contextualização da pesquisa**

Apresentamos aqui os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento intitulada *A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade na literatura do Serviço Social: aspectos conceituais e perspectivas ético-políticas*. A abordagem da pesquisa tem como objetivo o estudo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que influenciaram o uso de instrumentos e técnicas que marcaram a profissão no Brasil nos seguintes períodos: origem, institucionalização, reconceitualização e pós-reconceitualização.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, utilizamos o mapeamento das principais obras da literatura do Serviço Social, dando prioridade ao resgate dos instrumentos e técnicas utilizados pela profissão. O recolhimento dos dados foi feito por meio de leitura orientada e do preenchimento de ficha padrão pré-elaborada pelo grupo.

Dentre os autores estudados, destacamos os três aqui expostos, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas e Anna Augusta de Almeida, por apresentarem maior quantidade de elementos condizentes com os objetivos da pesquisa, pela sistematização dos processos metodológicos e por estarem inseridos em um período em que se buscava o processo de tecnificação da profissão.

Ao longo desta exposição, discutiremos sobre os autores estudados até o presente momento; analisaremos aqui importantes obras do Serviço Social brasileiro, autores clássicos que contribuíram com suas produções em seus períodos históricos, entendendo

as limitações históricas de cada período estudado. No decorrer da apresentação de cada um dos autores, trataremos sobre os seguintes aspectos: contextualização histórica e profissional da obra estudada; contribuição dos autores no uso e aplicação dos instrumentos e técnicas; e críticas necessárias sobre as obras.

## **Balbina Ottoni Vieira**

### **Biografia da autora e período histórico da obra**

A autora Balbina Ottoni Vieira concluiu sua graduação em Serviço Social no ano de 1945, na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), naquela época “Instituto Social”, e defendeu em 1975, nessa mesma universidade, uma dissertação para a obtenção do título de mestra em Serviço Social. Sua jornada em busca do conhecimento e do aprimoramento é perceptível para aquela época.

Balbina Ottoni foi uma das assistentes sociais a se inserir na pós-graduação nos Estados Unidos em uma época na qual eram necessárias novas fontes de saber e perspectivas práticas para o Serviço Social brasileiro. Cabe lembrarmos aqui que as idas dos profissionais para as pós-graduações foram fundamentais no processo de reconfiguração das práticas no período de institucionalização da profissão.

Em sua extensa atuação, destaca-se o exercício de funções de chefia e assessoramento na Policlínica de Botafogo, no Hospital dos Servidores do Estado, no Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio e na Caritas Brasileira. Em 1945, trabalhou na Alemanha como assistente social da URRA, no programa de repatriamento de deslocado; mais tarde, na Venezuela, assessorou o *Consejo Venezolano del Niño* e colaborou com o *Comité d’Entente* das Escolas de Serviço Social francesas, ministrando cursos de “Introdução ao Serviço Social com Grupos”, e com a *Mutualité Agricole* da França, no treinamento de assistentes sociais em Serviço Social com grupos e

trabalhos comunitários. Colaborou com o Departamento de Serviço Social da PUC/RJ na orientação de trabalhos de conclusão de curso e lecionou no curso de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para o resgate do período histórico de institucionalização do Serviço Social, utilizamos a obra *Serviço Social: processos e técnicas*, da autora Balbina Ottoni Vieira, 5ª edição, publicada em 1981. No entanto, é preciso situar inicialmente o período político e histórico em que a obra foi escrita, bem como o período em que as técnicas eram aplicadas. Esse resgate possibilitará o entendimento da atuação daquela época frente às demandas colocadas para a categoria e metodologias aplicadas.

O período histórico que marcou o uso do método de Serviço Social conhecido como “microatuação”, “abordagem tradicional” ou “método genérico<sup>1</sup>”, com as abordagens de caso, grupo e comunidade, foi iniciado na década de 1950, com o início do governo de Juscelino Kubitschek. Esse período caracterizou-se pela difusão das ideologias desenvolvimentistas no Brasil, priorizando o desenvolvimento/crescimento econômico voltado principalmente para o setor industrial. A contradição principal do período se apresentava em um desenvolvimento destinado às grandes empresas e investimentos do capital exterior e na ausência do Estado no atendimento às demandas sociais.

No contexto profissional, percebia-se o interesse de aperfeiçoamento das perspectivas teóricas, bases metodológicas e operativas da profissão, e as discussões da categoria buscavam a ampliação do suporte técnico interventivo. A década de 1960 foi, assim, caracterizada pela busca de teorias e métodos capazes de atender às necessidades brasileiras. O processo de busca e atualização foi amplamente

---

1 Nomenclatura empregada para definir o método utilizado no Serviço Social. De acordo com a exposição feita pela autora, o Serviço Social se enquadra “[...] nos métodos sociais ou meios sistematizados ou ordenados de estudar e/ou intervir na realidade social” (VIEIRA, 1981, p. 19).

impulsionado com a inserção dos cursos de Serviço Social nas universidades públicas e com a ida dos profissionais para cursar pós-graduação em outros países.

Os contextos social e político da época possibilitaram os questionamentos internos da profissão. Dentre as teorias importadas nesse processo de busca por diferenciar a atuação do Serviço Social das bases das protoformas da profissão, destacaram-se: as teorias funcionalistas, sociológicas (positivistas) e principalmente psicológicas (Freud), influências do Serviço Social norte-americano.

Segundo Paulo Netto (2010), entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, o método e os questionamentos profissionais foram intensificados. O processo de laicização profissional, o período de autocracia burguesa e a inserção dos cursos de Serviço Social nas universidades contribuíram para o processo de renovação profissional que foi sendo materializado. A crise do Serviço Social tradicional foi estendida internacionalmente, a qual partia não somente do interior da profissão, mas também das movimentações sociais. Consoante Paulo Netto (2010, p. 143), o elemento mais decisivo para a contestação do método tradicional era que “[...] a sua eficácia enquanto intervenção institucional é [era] negada, a partir dos próprios resultados que produz[ia]”.

### **Estrutura da obra**

Para as análises da pesquisa, utilizamos a 5ª edição do livro *Serviço Social: processos e técnicas*, escrito por Balbina Ottoni Vieira. A obra passou por modificações, a qual, na edição estudada, apresenta os aspectos específicos do método tradicional: abordagem individual: Serviço Social com indivíduos; abordagem grupal: Serviço Social com grupos; e abordagem comunitária: Serviço Social com comunidades, que compõem a “microatuação” do Serviço Social, a operacionalização dos serviços diretos prestados à “clientela”.

O livro é dividido em três capítulos que comportam as abordagens tradicionais da profissão, *caso*, *grupo* e *comunidade*. Inicialmente

a autora introduz o livro explicando o método genérico do Serviço Social: “[...] o assistente social observa e vê a realidade por um prisma que reflete a situação-social-problema com a qual se defronta e que pode apresentar uma problemática com características individuais, grupais e comunitárias” (VIEIRA, 1981, p. 21). Em todos os capítulos, contemplam-se: a abordagem em sua evolução histórica e conceituação; o referencial científico; os procedimentos metodológicos; e os instrumentais correspondentes da abordagem.

São utilizados referenciais científicos diferentes para cada tipo de abordagem. Em Serviço Social com indivíduos, identifica-se a presença de teorias sociológicas, teorias de personalidade e ego-centralizadas (divididas em escola diagnóstica e funcional) e teorias sociopsicológicas.

A principal referência dessa abordagem é identificada na teoria do diagnóstico social, de Mary Richmond (1917), de bases sociológicas. Diante da necessidade de entender o comportamento do cliente, suas motivações e necessidades, também se destacam as teorias psicológicas, principalmente as do ego, de Freud. É interessante dizer que a apropriação dessas teorias se dava através da leitura de outros autores, como Collette (1964), Hamilton (1962) e Hollis (1974).

As teorias sociopsicológicas passaram a ser amplamente difundidas na década de 1960, com o processo de Serviço Social com grupo e comunidade, sobretudo nos países em desenvolvimento, e com a necessidade de estudo do ambiente, usando-se teorias topológicas e antropológicas. As principais referências identificadas são Bartlett (1976), Goldstein (1973) e Kurt (1962).

Na abordagem com grupos, a autora cita como referência na contribuição da sociologia Durkheim (1968), com a teoria da coesão social; Weber (apud ABEL, 1972), com a teoria da ação social; e Simmel (1981), com as formas de associação. Das influências do campo da psicologia são citadas as contribuições da psicologia social, das teorias psicodinâmicas, da socialização, da *gestalt* e da aprendizagem.

Tendo em vista esses elementos, por meio de nossas leituras e análises, percebemos que a autora não se detém apenas à abordagem dos processos técnicos e à aplicação dos instrumentos, dado que o livro é escrito em uma época na qual a profissão também se preocupava com a busca por referenciais teóricos. Como já identificamos, a autora trata do referencial científico para a abordagem apresentada em cada um dos três capítulos. As teorias apresentadas, muitas vezes, não alcançam ou realizam críticas ao sistema social ou aos problemas sociais vigentes, mas são relevantes, pois permitem a modernização das técnicas do período histórico.

### **Principais instrumentos e técnicas**

A pesquisa desenvolvida tem como um dos objetivos centrais realizar o resgate das técnicas e procedimentos operativos utilizados nos períodos históricos do Serviço Social. Por intermédio desse resgate, buscamos selecionar elementos e dicas de caráter técnico-operacional que podem ser utilizados em abordagens contemporâneas, levando sempre em consideração a dimensão crítica desse uso.

O foco principal da obra são os processos e as técnicas utilizadas nas abordagens: caso, grupo e comunidade, juntamente com seus referenciais científicos, procedimentos metodológicos e instrumentos utilizados pelos profissionais da época em cada uma das abordagens. Os principais instrumentos e técnicas apresentados são: entrevistas, visitas domiciliares, reuniões e atividades com grupos. Apresentamos aqui as principais dicas extraídas a partir da leitura; mediante nossas análises, percebemos que muitos dos instrumentos e técnicas hoje empregados já eram sistematizados nas bases e na história da profissão.

Sobre a aplicação das entrevistas, Vieira (1981) descreve o instrumento como de caráter situacional, momento “face a face” com o cliente. O instrumental, segundo a autora, é aplicado nas três abordagens, com a característica de possuir objetivos diversos para cada uma delas. As entrevistas são divididas em iniciais e subsequentes

e realizadas de acordo com a forma que o “cliente” se apresenta à obra; o objetivo das entrevistas iniciais é “constatar e compreender a situação do indivíduo”; já as entrevistas subsequentes caracterizam-se pelas informações que serão dadas pelo assistente social, devendo partir de onde a inicial parou.

A autora descreve dicas relevantes sobre como começar as entrevistas, levando em consideração a importância da aproximação e relacionamento com o cliente. Segundo Vieira (1981), a entrevista deveria iniciar consoante o modo de apresentação do cliente na obra: caso o cliente chegue por demanda espontânea, é preferível que o assistente social deixe-o esboçar livremente seu problema; caso seja encaminhado ao Serviço Social, o profissional deverá explicar inicialmente o motivo e o seu papel no atendimento.

No decorrer da entrevista, o assistente social deverá atentar sempre para o objetivo da intervenção; na conversa, sempre que o assunto se distanciar desse objetivo, o profissional deverá com cuidado voltar ao assunto principal.

Outras dicas relevantes são apresentadas com nível alto de detalhamento pela autora, a saber: 1. Atentar para o uso de uma linguagem acessível aos entrevistados e evitar que as perguntas já contenham respostas implícitas; 2. Evitar fazer anotações enquanto a pessoa está relatando a sua situação, sempre demonstrando interesse em ouvi-la. Se for necessário o preenchimento de alguma ficha, deve-se explicar a necessidade do registro dos dados; 3. Abordar a importância de o profissional ter uma sala própria para que possa receber as pessoas de forma que elas sintam-se à vontade para relatar as suas situações sem constrangimentos.

Na realização das visitas domiciliares, a autora destaca que o instrumental é aplicado nas situações em que existe a necessidade de encontro do assistente social com o cliente no ambiente externo à instituição; a aplicação deste possibilita o maior conhecimento e compreensão da situação. Dentre as dicas, destacam-se:

1. Procurar afastar os vizinhos e amigos que, por curiosidade ou por interesse, queiram participar de entrevistas, o que pode fazer com que o cliente não fale com a mesma franqueza; 2. Evitar visita na hora das refeições; o cliente julga-se, às vezes, na obrigação de convidar o assistente social para participar da mesa, e este, recusando-se fazê-lo, pode involuntariamente ofender o dono da casa. Por outro lado, se lhe for oferecido um “cafezinho” ou um refresco no decorrer da visita, é pertinente aceitá-lo, possibilitando um bom relacionamento; 3. Realizar as visitas domiciliares em razão de motivos plausíveis e em função dos objetivos da orientação do grupo; 4. Saber que as informações de empregadores, parentes ou amigos podem ser valiosas para o estudo do problema, porém, com as visitas domiciliares, não são indispensáveis. Em certas ocasiões, no entanto, revestem-se de grande utilidade, principalmente em casos de menores de idade e de pessoas idosas e nos problemas que envolvem terceiros.

Sobre as reuniões, são citadas: as de *informação* caracterizada pela participação de um orador – no caso, especialista; as de *entrevista de grupo*, com o objetivo de conhecer e compreender as opiniões dos participantes; nessas o predomínio da fala deve ser dos integrantes do grupo, devendo-se garantir a livre expressão; e as de *grupo de representantes*, com as pessoas interessadas na melhoria das situações; nessa aplicação, trabalha-se bastante com a formação de líderes da comunidade.

A autora dá dicas relevantes sobre a aplicação e o desenvolvimento das reuniões. Segundo ela, a dinâmica deve ser realizada em três fases: escolha, planejamento e execução. O assistente social deve contribuir com o processo de interação dos membros e esclarecer as regras de organização.

No processo de *escolha*, o assistente social deve: 1. Apresentar sugestões de temas para que o grupo delibere; 2. Sugerir propostas correspondentes às forças físicas e intelectuais do grupo; 3. Dar a todos a oportunidade de emitir sua opinião, de acordo com o

surgimento das divergências de opiniões. No momento do *planejamento*, o assistente social deve: 1. Orientar os membros quanto às responsabilidades; 2. Informar os recursos da obra para a execução das atividades; 3. Trazer o grupo à realidade, mostrando os obstáculos naturais, incentivando ou animando os membros para vencê-los. E, por último, no momento da *execução*, o assistente social deve: 1. Ajudar os membros no cumprimento das responsabilidades aceitas; 2. Levar o grupo a avaliar e analisar os pontos positivos e negativos.

### **Crítica**

Como bem sabemos, historicamente a profissão de Serviço Social possui intrínseca relação com a conjuntura política e social de cada época. Isso quer dizer que cada conjuntura política vigente irá impactar a atuação, teorias, metodologias, demandas e posicionamentos da categoria, estes modificados de acordo com os períodos históricos e processos de organização, demandas que aparecem da categoria, mas também da própria população usuária dos serviços.

Em nossos resultados iniciais, destacamos a contribuição de Balbina Ottoni Vieira, pelo seu nível de detalhamento operacional do fazer profissional cotidiano, na particularidade ético-política de seu tempo histórico.

Dado o nível de detalhamento técnico-operativo perceptível em sua obra, buscamos, por meio de nossas produções, apontar o que os autores tradicionais já traziam de dicas técnico-instrumentais relevantes naquela época e evidenciamos a necessidade de ir até as obras dos próprios autores para que a leitura fosse realizada e a crítica conseqüentemente fosse fundamentada.

A autora expõe elementos técnicos importantes sobre: a aplicação das entrevistas, a importância da observação, os procedimentos para a realização de reuniões e atividades em grupo, como coletar informações, abordando também sobre a importância de um lugar adequado para o atendimento, algo que não foi inventado com o processo de renovação profissional. Frisamos aqui, porém,

que concordamos com o fato de que os aportes técnicos não são suficientes para garantir a competência profissional, tendo em vista que o domínio da técnica deve estar articulado com os demais elementos constitutivos da profissão, portanto o trabalho competente é imbuído de elementos técnicos, conteúdos histórico-metodológicos e ético-políticos que formam o projeto da profissão (CFESS, 2005).

Vale ressaltar que o uso dos instrumentos é norteado por um viés ético-político diferenciado, apresentando, por vezes, uma visão conservadora e acrítica da sociedade, sem perceber suas contradições e desigualdades. Percebe-se ainda a individualização dos problemas sociais.

Os termos utilizados na obra possuem forte representação dos aspectos conservadores da época, são exemplo: “situação social problema”, “cliente”, “ajustamento”, “diagnóstico”, “processo de ajuda” e “tratamento”.

As metodologias aplicadas no cotidiano embasam-se nas obras com influências dos ecletismos das bases teóricas e filosóficas do Serviço Social em seu período de institucionalização. No campo das teorias utilizadas, são citadas fontes das teorias neotomista, funcionalistas, fenomenológicas, sociológicas, positivistas e psicológicas, estas fundamentavam e norteavam o uso e a aplicação das práticas nas abordagens tradicionais da profissão. A leitura e a análise aqui são feitas entendendo-se que muitas dessas teorias foram superadas, de acordo com os processos internos e as demandas externas à profissão.

Nosso marco de ruptura é identificado no Congresso da Virada, em 1980. Nesse período, a categoria assume posição e define seu objeto de intervenção, reconhecendo-se o enfrentamento da questão social ao lado da classe trabalhadora. É importante ter clareza também quanto ao fato de que o processo de avanço do conservadorismo não é cessado nesse momento, muito pelo contrário, percebemos a aplicação de práticas que são elaboradas pós-contexto

de ruptura que vêm a reproduzir o conservadorismo profissional nas ações cotidianas.

Outro aspecto característico do Serviço Social é o pouco acesso às fontes teóricas. Por exemplo, apesar de fazer grande referência às teorias de psicanálise freudianas, Freud não está nas referências bibliográficas, mas outros autores que o utilizam e o citam, como Hamilton (1962).

Mesmo com os aspectos conservadores identificados, as obras nos oferecem a possibilidade de refletir sobre as transformações ocorridas no interior da profissão, suas compreensões sobre a sociedade, atuação e perspectivas. Dessa forma, identificam-se as obras selecionadas para pesquisa como importantes instrumentos de conhecimento sobre a profissão, sua origem e seus diferenciados métodos no decorrer da história.

Demarcamos a importância de realizar a leitura das obras clássicas com o mínimo de preconceitos possível; a leitura crítica deve levar em consideração o tempo histórico da obra escrita. Mesmo sendo obras e métodos tidos como superados pela categoria após o processo de reconceituação da profissão, percebemos que a autora em específico tinha um alto nível de detalhamento da prática e demonstrava também buscar o aperfeiçoamento não somente das técnicas, mas também do arcabouço teórico profissional, na tentativa de fundamentar a atuação e avançar nas discussões. Nossos estudos e sistematizações intentam, desse modo, entender de forma crítica as limitações contextualizadas dos textos, bem como resgatar o que de atual ainda existe neles.

## José Lucena Dantas

No processo de leitura do Serviço Social tradicional brasileiro, analisamos os instrumentais e técnicas influenciados pela corrente de pensamento funcionalista tendo como um dos seus representantes José Lucena Dantas. Para isso, recortamos da história do Serviço Social o Movimento de Reconceituação. Nosso intuito é trazer as contribuições desse expoente do pensamento funcionalista no Serviço Social para o debate da instrumentalidade, resguardando as devidas críticas já acumuladas pela profissão.

### **Biografia do autor e sua obra de referência**

José Lucena Dantas é assistente social pela Escola de Serviço Social da PUC/RJ (1960), com especialização em nível em Planejamento Econômico-Social pela Universidade de Brasília (UnB, 1967) e advogado pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDEF, 1979). Dentre as várias funções de assessoramento e direção exercidas por ele no campo do Serviço Social, destaca-se a de Diretor Executivo da Fundação do Serviço Social do Governo do Distrito Federal no período de 1970 a 1974.

Foi utilizada como base o texto intitulado “Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social”, resultado da fala de José Lucena Dantas no “I Seminário Nacional de Ensino em Serviço Social: Pluralismo e Formação Profissional”, ocorrido na PUC de Minas Gerais (PUC/MG) em outubro de 1990.

Esse é estruturado de forma breve em cinco tópicos. Na apresentação, é perceptível a preocupação do autor em debater o funcionalismo, fazendo a crítica interna e os rebatimentos desse para a profissão. Contudo, antes de fazê-la, no primeiro tópico, Dantas (1990) traz alguns aspectos dessa corrente nas Ciências Sociais e não muito distante deixa clara a preocupação com as origens do funcionalismo, por isso enfatiza a desvantagem dessa corrente em relação ao materialismo histórico.

Para o funcionalismo, é essencial ponderar sobre o conceito de função, elemento primordial para o entendimento desse enfoque nas Ciências Sociais, particularmente no Serviço Social, no que diz respeito ao método. Por isso, o autor dedica-se um pouco mais na explicação do termo, que foi tirado das Ciências Biológicas para ser aplicado nas Ciências Sociais, obviamente no sentido antropológico e sociológico, no entanto com a mesma ideia de que partes pequenas em funcionamento dariam impulso para o funcionamento do todo. Isso significa que cada sujeito exerce seu “papel” e desempenha uma “função” que lhe é específica dentro da sociedade, por isso, se a função não for desempenhada, logo o sistema entrará em desordem.

Ainda no primeiro tópico, Dantas (1990, p. 42) diferencia o método funcionalista da teoria. Para o autor, o método é: “[...] basicamente, a explicação, uma construção do conhecimento, a partir de um padrão de raciocínio, [enquanto esta] [...] é outra coisa. Ela é o conhecimento que produzimos sobre a realidade social, usando esse método”. Uma possibilidade citada, é o fato de a teoria marxista ser, de certa forma, funcionalista, ponderação que nos faz pensar que é uma resposta para a crítica externa. No entanto, essa possibilidade não é amplamente discutida no texto.

No segundo tópico, Dantas (1990) faz uma breve análise do método e da teoria funcionalista, bem como de seus fundamentos na prática da profissão, utilizando o método genérico do Serviço Social: caso, grupo e comunidade. No Serviço Social de caso foram analisados alguns textos e, principalmente, a forte influência norte-americana presente na atuação profissional, como a teoria da psicanálise. O autor verificou também que não há, nessa abordagem, elementos do funcionalismo, apesar das tentativas por parte de Joan Smith (1967 apud DANTAS, 1990) e Hellen Perlman (1965) no intuito de agregar essa teoria na prática do Serviço Social de caso.

Já no Serviço Social de grupo, foi analisada a presença do enfoque funcionalista. Todavia, como resultado do estudo das obras

de 18 autores realizado por Gelba Cavalcanti, se constatou que não existe a presença dessa perspectiva nos autores brasileiros e latino-americanos. Isso provavelmente se deve ao momento de renovação do Serviço Social. Como essas abordagens são métodos exportados dos Estados Unidos e inaplicáveis para a conjuntura brasileira e latino-americana, o objetivo era não utilizá-las.

No Serviço Social de comunidades, é algo a ser considerado isolado, pois o estudo é complexo, porque, segundo o autor, não se sabe ao certo qual o objeto de estudo desse modelo. Não sabe se é o desenvolvimento e processos sociais ou os usuários e seu relacionamento com os mesmos. Muito embora o autor compreenda que essa abordagem esteja voltada para a prática do Serviço Social em desenvolvimento de comunidade e organização de comunidade, é preciso ressaltar que estávamos, nesse momento, em período ditatorial: “Privilegia-se muito mais o *modus operandi*, ou seja, a metodologia, os objetivos, a filosofia, etc.” (DANTAS, 1990, p. 51). Por isso, a teoria funcionalista apresenta mais precisamente o enfoque sistêmico do que o clássico nessa abordagem. Portanto, com exceção desse último, os demais métodos apresentam a perspectiva funcionalista, sustentando, assim, a prática profissional.

Depois de fazer essa análise acerca do método genérico do Serviço Social, Dantas (1990), no terceiro tópico, traz uma proposta de intervenção calcada na teoria em questão, que sirva tanto para a prática quanto para a teoria do Serviço Social e que alcance o desenvolvimento. O modelo teve como base as teorias sistêmica e funcionalista e foi aplicado em Brasília no período em que o autor dirigiu a Fundação de Serviço Social, entre 1970 e 1974. O objetivo era implantar o modelo no Distrito Federal para o seu desenvolvimento. Dantas (1990) utilizou alguns elementos indicativos para tal objetivo, como, por exemplo, segurança, educação, saúde, habitação, alimentação e lazer. Com a utilização dessas necessidades, era necessária mais uma teoria, a do desenvolvimento social. A razão

pela qual o autor escolheu o Distrito Federal para implantar o modelo foi sua urbanização acelerada, por isso os estudiosos da experiência tiveram que trabalhar a teoria da urbanização. Para exemplificar esse crescimento urbano, foram utilizadas outras pesquisas feitas na década de 1960 no mesmo local, mostrando que 95% da população era urbana.

A experiência utilizou mais a teoria sistêmica do que a funcionalista, pois aquela valorizou e utilizou conceitos de processos sociais e de mudança social. Segundo Dantas (1990), sua vivência em Brasília foi rica e deu certo porque proporcionou avanço na teoria em questão. O Serviço Social ficou mais valorizado e os próprios assistentes sociais se sentiram seguros na prática, tendo em vista que o novo modelo tinha fundamentação teórica e ações mais claras. Tudo isso ocorreu em concomitância à expansão da teoria social crítica materialista, que teve como expoentes Vicente Faleiros e Bóris Lima.

O autor afirma ser possível trabalhar as duas teorias ao mesmo tempo. Para exemplificar isso, ele indica a autora Josefa Batista Lopes, que, no seu livro “Objeto e especificidade do Serviço Social: pensamento latino-americano”, define a especificidade do Serviço Social de acordo com o seu objeto. Lopes (1979) utiliza um modelo teórico com duas vertentes, uma integradora e outra libertadora. Porém, conforme Dantas (1990), a autora deu ênfase à teoria da experiência de Brasília.

No último tópico, intitulado “À guisa de conclusão: algumas questões básicas”, o estudioso encerra o texto trazendo algumas reflexões e elenca três questões que necessitam e maior atenção e problematização. A primeira diz que, de fato, o Serviço Social usou a teoria funcionalista para embasar sua ação e que, concomitante a isso, o materialismo histórico e dialético criticou o funcionalismo, afirmando que essa teoria era funcional ao sistema capitalista. Dantas (1990) analisou a referida crítica. O intelectual, em alguns discursos, analisou as relações entre Serviço Social, Assistência Social

e as expectativas da sociedade e descobriu outros rumos, como o de que o trabalho de manter a ordem do sistema ficava a cargo da assistência social, e não da profissão.

A segunda questão diz respeito à reconceituação da profissão com base em teorias não marxistas. Três grandes centros foram os responsáveis por esse movimento: os Seminários Regionais Latino-Americanos de Serviço Social em sua primeira fase, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess) e o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

Na terceira e última consideração, o autor faz perguntas referentes à teoria funcionalista e à falta de autocrítica no que diz respeito à validade e à superação da teoria. O método, que é utilizado de forma ampla pelas Ciências Sociais, não deve ser colocado em questão. Dantas (1990) faz uma crítica à perspectiva funcionalista e afirma que a mesma que não avançou por conta de ser ingênua, acrítica e inconsciente.

## **O contexto**

Antes do início do Período Ditatorial no Brasil, na década de 1960, chegaram ao país modelos econômicos internacionais, os quais foram sendo aderidos pelos governos aos poucos, no intuito de superar a crise econômica. A política desenvolvimentista, aderida por Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi uma forma de superar a crise industrial iniciada por volta da década de 1960. O referido político trouxe empresas internacionais para serem implantadas no país, favorecendo, dessa forma, o “grande capital” estrangeiro, com o objetivo de “reformular” o Brasil com o desenvolvimentismo.

O período se refere à implantação de ideias do desenvolvimento de comunidade trabalhadas nos Estados Unidos e trazidas por assistentes sociais que foram estudar no exterior. À época, o meio não era importante no processo de ajustamento do cliente (como eram chamados os usuários, no período de institucionalização da

profissão). Com o método de desenvolvimento de comunidade, os estudos do meio passaram a ser mais recorrentes e importantes.

Diante de uma nova conjuntura, eram necessários novos métodos e técnicas condizentes com os novos objetivos. O Serviço Social tradicional estava em crise e, no bojo desse contexto, surgiu a necessidade de um novo profissional, uma vez que aquele profissional oriundo do tradicionalismo não mais se encaixava diante de transformações tão radicais. Desse modo, era fundamental que o Serviço Social se “renovasse”; era necessário um profissional com perfil “moderno”, com desempenho de traços tradicionais, porém com procedimentos racionais modernos. Assim, iniciou-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, na realidade, apesar do avanço que a profissão teve em termos de método, a perspectiva modernizadora, no bojo da Ditadura, foi um uma corrente de respostas do “grande capital” (LEMOS, 2009).

Isso não significa que o intuito de desenvolver o Brasil tenha ficado em segundo plano; o Serviço Social, na verdade, não mudou, o método é que foi aperfeiçoado. Ao invés de trabalhar os problemas isolados, estes deveriam compor o sistema, isto é, o sujeito em perfeita funcionalidade com o meio. Dessa forma, o assistente social não deveria ter somente uma atuação micro, mas macro também.

Nesse sentido, era necessário discutir os métodos do Serviço Social, os quais até então eram exportados dos Estados Unidos. O CBCISS promoveu dois grandes seminários de teorização do Serviço Social, os Seminários de Araxá, em Minas Gerais, e Teresópolis, no Rio de Janeiro, com o intuito de discutir os métodos que se enquadrassem naquele contexto, ou seja, que atendessem aos objetivos dos militares. A preocupação em adequar as pessoas à ordem vigente e a preocupação com o meio levaram à utilização do funcionalismo, e um dos maiores representantes desse no Serviço Social foi José Lucena Dantas (LEMOS, 2009). Nas palavras de Paulo Netto (2011, p. 181):

A elaboração de Dantas – difusa em ensaios, artigos, apostilas, conferências e cursos que ministrou em diferentes pontos do país – atesta, indubitavelmente, que ele foi o assistente social que mais apurou as concepções nucleares da modernização do Serviço Social no Brasil.

### **Uma análise acerca da dimensão técnico-operativa**

No referido texto, Dantas não enfoca na dimensão técnico-operativa, a qual buscamos sempre analisar nos estudos nas pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social. Por isso, tivemos que buscar outros autores e obras referentes ao período estudado, especialmente Paulo Netto (2011).

Muito embora os objetivos veiculados pelo Seminário de Araxá tivessem o propósito de propiciar condições para que as pessoas atingissem padrões econômicos condizentes com a “dignidade humana”, o perfil profissional referente a esse período era o de um assistente social acrítico, que operacionalizava os métodos sem fazer a reflexão necessária. Nesse contexto, o objetivo real do Estado era somente o desenvolvimento econômico.

Nas comunidades, o assistente social era o profissional que orientava os moradores, “alimentando-os” com o espírito de mudança, a qual deveria partir deles mesmos, os mais interessados. O trabalho profissional vinculava-se à realização de tarefas administrativas, como, o planejamento, fazendo também a ponte entre a comunidade e o governo. Competia ao assistente social organizar a comunidade, no sentido de formar comissões. A relação entre profissional e cliente, por sua vez, era de cunho mercantilista, na qual o profissional era pago para executar funções administrativas, sem relacionar tais funções a uma dimensão política.

As expressões da questão social eram chamadas de fenômenos, os quais se enquadravam em um determinado nível, portanto existiam vários fenômenos e vários níveis e a função do assistente social deveria ser compatível com cada fenômeno, ou seja, para cada

um existia uma função específica. Dentre estas, destacamos o planejamento social, a política social, a administração do Serviço Social e os serviços de atendimento corretivo, preventivo e promocional. “Quanto à intervenção, considerou-se que a mesma deve levar em conta a natureza dos fenômenos, desenvolvendo-se conforme eles sejam individuais, dependentes ou independentes dos indivíduos” (CBCISS, 1971, p. 10).

Quanto à adequação da metodologia à função do assistente social, é importante frisar que peculiar não era o método genérico, e sim o enfoque de uma visão global, em uma atuação micro e macro. O público atendido era composto de famílias ou pessoas “desajustadas”, o mesmo público trabalhado anteriormente, no entanto, dessa vez, o diferencial era a preocupação com o indivíduo e suas relações com o meio. Diante disso, o papel do assistente social, segundo Paulo Netto (2011), era o de formular estratégias de ação para problemas que impediam o desenvolvimento do usuário.

O Seminário de Teresópolis, ocorrido entre os dias 10 e 17 de janeiro de 1970, foi uma necessidade frente aos resultados do Seminário de Araxá. Perceberam que a discussão metodológica realizada em Araxá deveria ser expandida e adensada. No Seminário de Teresópolis encontramos, de modo mais explícito, as ideias de Dantas (1990), que, ao afirmar que a profissão deveria alcançar uma cientificidade, acreditava que o Serviço Social seria um “método científico aplicado”, constituindo-se de duas categorias básicas: diagnóstico e intervenção planejada. Dessa forma, Dantas (1990) contribui para constituir uma cientificidade, nos moldes estrutural-funcionalista, à prática da profissão, o que corrobora para o referido seminário ficar conhecido como o cristalizador da perspectiva modernizadora.

## **Crítica**

Atualmente o enfoque funcionalista no Serviço Social brasileiro não é hegemônico, porém, foi válida para afirmação da profissão.

Embora as contribuições tenham sido mais da operacionalização da metodologia, destacamos alguns pontos referentes à intervenção, ao trabalho do assistente social e ao próprio perfil do profissional que já abordamos no corpo do presente texto. Para salientar, o assistente social era um sujeito relativamente alheio às concepções teórico-políticas do momento; não existia naquele período a direção de um projeto ético-político de cunho emancipatório que desse base à atuação crítica. Esse perfil é muito diferente do que se defende hoje: um profissional crítico, interventivo e propositivo.

A ação do Serviço Social não era de fato renovadora, mas sim com os mesmos princípios moralizantes que observamos anteriormente. Podemos notar isso no trabalho preventivo, corretivo e promocional, na tentativa de ajustar o sujeito à ordem, ou seja, à manutenção do capitalismo. Bem como observar na linguagem, na utilização de termos como “desajustamento”, “diagnóstico”, “fenômeno” e “cliente”, e principalmente, na relação profissional-usuário.

No trabalho com as comunidades, o assistente social era o moderador entre a população e o Estado, executando atividades como planejamento – é importante frisar que, embora a profissão ainda tenha um caráter mediador, sua postura difere muito da que era adotada nessa época –. No que se refere à dimensão técnico-operativa, podemos aproveitar as técnicas utilizadas até hoje, como a própria posição de moderador – na realidade, de facilitador – que os assistentes sociais ainda desempenham atualmente.

Ainda que o autor não tenha contribuído com elementos da dimensão técnico-operativa, contribuiu para o fomento dos debates sobre teoria e metodologia no Serviço Social e despertou inquietações que movimentaram o período de reconceitualização. Depois do Seminário de Teresópolis, o CBCISS (1971) organizou vários seminários regionais para discutir sobre a teoria do Serviço Social e algumas pendências deixadas em aberto no referido evento.

Diante do exposto, o que se percebe é que a perspectiva funcionalista foi uma resposta contextualizada nos desafios do processo de reconceitualização. O texto de Dantas (1990), apesar de tecer críticas ao funcionalismo ainda apresenta caráter conservador, que pôde ser identificado a partir dos aspectos que o autor elenca sobre a prática profissional e sobre seu embasamento fundamentado na teoria funcionalista. O grupo percebe esse lastro conservador, mas ainda assim, considera importante a análise desse conteúdo, visto que é um documento que sistematiza elementos do arsenal teórico-prático da profissão.

### **Anna Augusta de Almeida**

A obra *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social* é resultante da pesquisa de doutorado de Anna Augusta de Almeida, defendida no ano de 1977, sendo publicada em livro em 1978. O período em que a obra foi publicada é conhecido por ser um momento de detenções sociais e políticas na história do país. Foi característica desse período o crescimento de movimentos grevistas, dadas as precárias condições de trabalho, por exemplo: baixos níveis salariais e inflação em constante ascensão. Várias categorias profissionais protestaram como forma de reivindicar seus direitos: metalúrgicos, bancários, trabalhadores da construção civil, professores e outras categorias manifestaram seu descontentamento pedindo reajustes salariais, sendo violentamente reprimidos. Devido à Lei de Segurança Nacional, as greves foram taxadas como ilegais e seus líderes foram presos. Ainda no ano de 1979, o Congresso Nacional rejeitou a emenda das eleições diretas apresentada pelo senador Franco Montoro e a reforma partidária foi antecipada. Após isso, o pluripartidarismo e o fim compulsório dos partidos atuais, que até então eram os únicos a ter voz no país, foram aprovados.

O ano de 1979 também foi marcante para o Serviço Social. Além de toda a conjuntura desse período tenso que o país atravessava,

o qual também impactava os profissionais, a categoria também estava vivendo um momento intenso de debates que eram próprios da profissão e que trariam como resultados mudanças significativas para a mesma. O principal acontecimento desse período para o Serviço Social foi o chamado Congresso da Virada, evento que se tornou um marco histórico na categoria, sendo considerado o momento de ruptura da profissão com o conservadorismo.

O Congresso da Virada foi precisamente o “III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais”, realizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais, que, na época, ainda utilizava a sigla CFAS. O evento foi realizado entre os dias 23 e 28 de setembro de 1979 em São Paulo. O Congresso inicialmente tinha o intuito de debater o que era a política social e como ela deveria ser incorporada pelo Serviço Social, que até então adotava uma postura conservadora e filantrópica perante as expressões da questão social.

Esse evento foi considerado o marco histórico de ruptura da profissão com as bases conservadoras, abrindo espaço para novos debates e novas bandeiras de luta. Esse congresso proporcionou abertura para o surgimento de um novo projeto profissional, um projeto que, além de contemplar as lutas da profissão, contemplaria as lutas sociais, o qual foi construído em aliança com a classe trabalhadora, que aos poucos iria se distanciar do caráter conservador que até então era forte característica da profissão. Esse momento de ruptura da profissão também traria impactos para a sociedade, visto que os movimentos sociais passariam a contar com uma profissão mais combativa. Nesse período, sindicatos foram reabertos e novas associações de movimentos sociais foram surgindo.

Outro fato importante que ocorreu no ano de 1979 e marcou o Serviço Social foi a criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (Ceneas), a partir do “III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais”, também realizado em São Paulo, simultaneamente ao Congresso da Virada.

Esse período histórico também foi relevante para a obra, visto que foi nesse momento que começaram a surgir propostas de metodologia para a intervenção profissional. Nesse sentido, Anna Augusta de Almeida se compromete a apresentar uma nova proposta de metodologia. A autora se apropria de alguns fundamentos teóricos que embasavam as propostas, faz as devidas considerações e críticas e apresenta uma nova proposta metodológica.

### **Biografia da autora**

Anna Augusta de Almeida nasceu em São Luís do Maranhão e veio para o Rio de Janeiro com 8 anos de idade. Formada pelo Instituto Social da PUC do Rio de Janeiro, foi professora da PUC por 45 anos. Entrou para o serviço municipal trabalhando inicialmente no Departamento de Assistência Social. Em seguida, foi convidada por Carmen Portinho para fazer o recenseamento de todos os funcionários da Prefeitura do Distrito Federal que trabalhavam no bairro de São Cristóvão. Realizou o mesmo trabalho para o Conjunto Paquetá, além de assessorar àqueles que solicitavam a Licença Proletária. Permaneceu no Departamento de Habitação Popular (DHP) até o seu final, sendo durante todo este período a responsável pelo Serviço Social do DHP que estava vinculado ao 4HP – Serviço de Administração. Após se aposentar do serviço público, trabalhou nas Indústrias Villares durante 20 anos. Atuou de maneira ativa participando dos Congressos de Reconceituação do Serviço Social promovidos pelo CBCISS. São documentos publicados pela autora juntamente com o CBCISS: “Introdução ao método; teoria do diagnóstico social; formas de intervenção na realidade” (1969); “Metodologia do Serviço Social: diagnóstico e intervenção a nível de planejamento” (1969); “Alternativas da política assistencial brasileira” (1974).

### **Foco da obra: os instrumentos e técnicas e a atualidade da obra**

O foco da obra é a atuação profissional do assistente social, principalmente no âmbito da intervenção social. A autora não aprofunda o tema dos instrumentos e técnicas utilizados na prática profissional, mas chama a atenção para a necessidade de embasamento teórico nessa atuação, para que a mesma não fique apenas subordinada a modelos sistemáticos oriundos de influências norte-americanas e/ou latino-americanas e europeias. A obra também se destaca por sua centralidade no estudo das abordagens e perspectivas metodológicas utilizadas pelo Serviço Social nos períodos anteriores ao processo de Reconceituação da profissão. Sua abordagem pretende, a partir da pesquisa sobre os modelos de intervenção, destacar as metodologias empregadas, a fim de promover a reflexão do leitor, para posteriormente propor uma nova sugestão metodológica para o fazer profissional, principalmente na esfera da intervenção.

Ao longo da obra, é possível identificar que a autora realmente mostra essa intenção de apontar uma nova proposta para o Serviço Social. Sendo assim, após realizar a crítica aos três modelos de Serviço Social destacados pela mesma, no último capítulo da obra, intitulado “A nova proposta”, a autora apresenta essa nova proposta metodológica, fundamentada nos pressupostos teóricos da fenomenologia. O conceito de “diálogo” sobressai dessa “nova proposta” defendida pela autora, que é apresentado pela mesma como meio fundamental dentro do processo de intervenção.

Nessa perspectiva, o diálogo aparece como instrumento utilizado na atuação profissional, elemento que atualmente também é colocado como um dos principais no fazer profissional cotidiano do Serviço Social, tendo em vista que é ele que inicia a aproximação entre assistente social e usuário, associando a escuta qualificada e a observação participante. Entretanto, é preciso enfatizar que, na visão de Anna Augusta de Almeida, o diálogo é visto como “ajuda psicossocial”, perspectiva essa que já foi superada pela profissão.

Essa ideia que a autora traz a respeito do diálogo como instrumento fundamental no fazer profissional do assistente social é inovadora para o período vivido e foi adaptada à realidade atual da profissão. Atualmente, o diálogo que acontece entre profissional e usuário nos espaços sócio-ocupacionais é tido como “escuta qualificada” e é um instrumento recorrente em todas as áreas da profissão, sendo usado como forma inicial de conhecer a realidade do usuário através do seu próprio relato. A autora, ao abordar os modelos sistêmicos herdados de influências norte-americanas, latino-americanas e europeias, resgata outros instrumentais que já se destacavam naquele período: entrevistas, visitas domiciliares, fichas, formulários, questionários e relatórios, os quais eram aplicados no processo de estudo social.

Anna Augusta de Almeida se apropria dos princípios da fenomenologia para fundamentação da metodologia proposta por ela nessa tese. Sendo assim, a relação com o usuário deveria objetivar a compreensão da sua essência, transcendendo o dualismo do sujeito x objeto. O profissional deveria considerar o usuário em seu todo, em sua totalidade do mundo e da sua realidade. A atuação do Serviço Social é vista, nessa obra, como instrumento de transformação social, através da *ajuda psicossocial*. Por meio do diálogo, a compreensão do sujeito deveria ser buscada a partir da sua intencionalidade, da expressão de sua subjetividade e da sua autodeterminação. Essa proposta fenomenológica conferia ao Serviço Social a missão de auxiliar o sujeito (usuário), na sua abertura em relação aos demais sujeitos, e a sociedade em geral.

A perspectiva teórica que norteia a proposta foi “[...] pensada a partir da descoberta, no processo de ajuda psicossocial, de um sentido novo” (ALMEIDA, 1979, p. 116), defende a busca e o conhecimento da singularidade, em um movimento entre o homem e o mundo, apresentando, assim, uma perspectiva individualizada. O marco referencial é composto por três conceitos que concedem

forma ao método, são eles: diálogo, síntese do processo (aplicação) e pessoa. Na proposta, o termo “pessoa” assume o lugar do então conhecido cliente: “Pessoa para a proposta é o homem total que é o sujeito, logo racional e livre. A ajuda psicossocial é oferecida à pessoa como tal” (ALMEIDA, 1979, p. 119). Nesse processo, a intervenção ainda é nomeada como “ajuda”, reforçando o assistencialismo dentro da profissão. Excetuando o teor conservador presente nessa obra, ela tanto tem relevância como documento histórico da sistematização do arsenal teórico-prático do Serviço Social quanto traz aspectos relevantes dos debates que são importantes para a profissão, em especial no que se refere à relação entre profissional e usuário.

### **Crítica**

A nova proposta metodológica sugerida por Almeida (1979) não foi incorporada pela profissão. Na visão de Paulo Netto (1991), a tese de Almeida é nada mais do que uma *reatualização do conservadorismo*, que não busca romper com as bases conservadoras da profissão, não incorpora as problemáticas da questão social nem da luta de classes. As críticas elencadas por Paulo Netto (1991) se configuram no contexto de compreensão do significado do movimento de renovação da profissão e são relevantes para os debates teóricos da profissão como um todo.

Após o aprofundado estudo da obra, o grupo de pesquisa reconhece como documento histórico da sistematização do arsenal teórico-prático do Serviço Social, compreendendo o quanto a mesma traz aspectos importantes dos debates que são caros à categoria, em especial na relação profissional e usuário. Mas o grupo também reconhece simultaneamente que a obra é carregada de teor conservador e reforça a visão assistencialista e filantrópica que já foi superada pela profissão. Como já foi elencado, a obra não incorpora muitos dos debates que hoje são centrais na profissão, como a necessidade de intervenção estatal frente às expressões da questão social,

reforçando a ideia de uma “ajuda psicossocial” para esses casos de sujeitos “desajustados”.

Nesse sentido, o estudo da obra pode ser visto como retrocesso, mas, a despeito desse teor conservador, o resgate literário realizado pela pesquisa identificou contribuições relevantes para a profissão, sobretudo pertinente à relação entre profissional e usuário.

## Referências

- ABEL, T. *Os fundamentos da teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMEIDA, A. A. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- BARLETT, H. M. *A base do Serviço Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CBCISS – Centro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. *Funções do Serviço Social: continuação dos estudos de Teresópolis*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1971.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *Assistentes sociais no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional*. Brasília, DF: UFCESS, 2005.
- COLLETTE, A. *Introduction à la Psychologie Dynamique*. Bruxelles: Université Libre de Belgique, 1964.
- DANTAS, J. L. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. *Cadernos Abess*, São Paulo, nº. 4, p. 37-63, 1990.
- DURKHEIM, E. *Les regles de la methode sociologique*. Paris: PUF, 1968.
- GOLDSTEIN, H. *Social work practice. A unitarian approach*. Columbus: University of South Carolina, 1973.
- HAMILTON, G. *Teoria e prática do Serviço Social de casos*. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- HOLLIS, F. Personalidade, ajustamento e Serviço Social de casos. *CBCISS, Série Verde*, nº. 72, v. VII, p. 1974.
- KURT, L. *Princípios de psicologia topológica*. São Paulo: Cultrix, 1962.
- LEMOS, E. M. *Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, 2009*. DocGo Net. Ebook. Disponível em: <[https://docgo.net/philosophy-of-maney.html?utm\\_source=48735318-fundamentos-historicos-teoricos-e-metodologicos-do-servico-social-Y9s3wh9](https://docgo.net/philosophy-of-maney.html?utm_source=48735318-fundamentos-historicos-teoricos-e-metodologicos-do-servico-social-Y9s3wh9)>. Acesso em: 20 de jun. de 2017.
- LOPES, J. B. *Objeto e especificidade do Serviço Social: pensamento latino-americano*. São Paulo: Cortez, 1979.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERLMAN, H. *Trabajo social individualizado*. Madrid: Rialp, 1965.

RICHMOND, M. *Social diagnosis*. New York: Russel Sage, 1917.

SIMMEL, G. *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF, 1980.

VIEIRA, B. O. *Serviço Social: processos e técnicas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

## SEGUNDA PARTE

# Dimensão técnico- operativa da instrumentalidade no cotidiano do exercício profissional



# Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: a dimensão técnico-operativa em ONGs, instituições públicas e privadas<sup>1</sup>

Raquel de Brito Sousa  
Erlenia Sobral do Vale

## Introdução

O presente texto é síntese dos dados da pesquisa intitulada *A dimensão técnico-operacional da instrumentalidade do Serviço Social: práticas e desafios cotidianos do trabalho do assistente social em empresas públicas, privadas e ONGs*, desenvolvida em projeto de iniciação científica na UECE pelo grupo de pesquisa Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, que já desenvolve esses estudos desde 2012. Foram realizadas visitas aos três campos e entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais em quinze instituições – cinco em organizações não governamentais (ONGs), cinco em instituições privadas (IPR) e cinco em instituições públicas (IP) –, localizadas na cidade de Fortaleza, Ceará, na perspectiva de mapear instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano do trabalho do assistente social e observar alguns elementos definidos pelo próprio grupo de pesquisa, como: *nível de autonomia, conceito de instrumentalidade, interdisciplinaridade, habilidades constituídas e exigidas, relação entre formação profissional e instrumentalidade, conceito de instrumentalidade, materialização do projeto ético-político, facilidades e dificuldades*

---

1 Este texto é fruto da pesquisa de campo desenvolvida pelo grupo de pesquisa Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, vinculado ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros). Os resultados finais da pesquisa já foram expostos em outra versão, através da apresentação e publicação nos anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XIV Enpess), com autoria de Raquel de Brito Sousa, Erlenia Sobral do Vale, Jade Feitosa Belo e Maria Isabella Epifânio de Sousa. O presente artigo busca atualizar e ampliar as reflexões da publicação anterior.

*na utilização dos instrumentais, similaridades e diferenças entre os três campos estudados.*

Além da proposta do referido mapeamento, sempre ocupou a pesquisa a interação com as reflexões teóricas acumuladas pelo Serviço Social sobre a instrumentalidade. Nessa direção é que este artigo traz considerações sobre as múltiplas dimensões que envolvem o fazer profissional cotidiano, em especial sua dimensão técnico-operativa. Introduzimos a reflexão com a conceituação de instrumentalidade do Serviço Social, a qual fundamenta este estudo, expondo em seguida os resultados do processo investigativo a partir das expressões contidas nas entrevistas junto às assistentes sociais. Esses resultados apresentam diversos aspectos que podem ser explorados com diferentes enfoques e desenvolvidos em outros trabalhos; neste artigo, optamos pela descrição de alguns de seus principais resultados com as categorias fundamentais supracitadas.

## **As referências no debate da instrumentalidade do Serviço Social <sup>2</sup>**

Partimos do debate ontológico evidenciado por Yolanda Guerra, referência hoje sedimentada no Serviço Social que tão bem recupera a mediação do trabalho humano para entendimento da práxis social. A dimensão teleológica da práxis humana exige que o homem desenvolva meios e instrumentos (criados durante o processo de trabalho pelo homem, em acordo com as propriedades naturais e sociais dos objetos) para o alcance de seus objetivos. Essa é a qualidade ôntica presente na relação do homem com a natureza ou sociedade, expressa no trabalho e demais práxis.

Dessa forma, no contexto das condições dadas ou criadas, o homem desenvolve a instrumentalidade, como a capacidade humana de idealizar teologicamente as formas necessárias para concretizar

---

2 Algumas das considerações abordadas neste artigo são parte do trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Serviço Social de Sousa (2014).

o trabalho, as finalidades, o objeto, o modo e os meios que serão utilizados. Essa é a qualidade ôntica presente na relação do homem com a natureza ou sociedade, expressa no trabalho e demais práxis. Porém, na particularidade do modo de produção capitalista, com a universalização da mercantilização, ocorre a abstração do trabalho de suas características humano-genéricas – trabalho abstrato<sup>3</sup>; desse modo, o homem, por não ser proprietário de seus meios de produção, necessita vender sua força de trabalho como mercadoria a fim de conseguir sua subsistência. Com isso, tem-se o estranhamento do homem ao processo de produção e produtos de seu trabalho, além de fazer com que o trabalho seja um pesar na vida desse indivíduo, uma obrigação (GUERRA, 2011).

Esse processo de alienação do homem também está presente nas relações sociais, em uma forma de racionalidade necessária para reprodução e manutenção do capitalismo. Há uma fetichização das relações sociais, pois a mercadoria “[...] é vista como dotada de propriedades sociais. As relações sociais entre produtores aparecem como relação entre coisas; a essência individual, reduzida às condições de existência da sua classe social” (GUERRA, 2011, p. 118-119).

A partir dessas relações sociais estabelecidas no capitalismo, tem-se a racionalidade formal-abstrata, que possui “[...] seu substrato nos processos e relações que se estabelecem no/pelo trabalho nas formações socioeconômicas capitalistas. Porém, o seu desenvolvimento assume expressões peculiares nas diversas instituições e organizações da sociedade burguesa” (GUERRA, 2011, p. 122). Portanto, as modificações da racionalidade formal-abstrata são oriundas das mudanças do modo de produção capitalista, que também são impulsionadas

---

3 O trabalho abstrato é o trabalho na sociedade capitalista, em que se abstraem suas características humano-genéricas, sendo submetido às necessidades do capital através da venda de sua força de trabalho; neste o homem não é proprietário dos meios de produção, não controla a forma de produção e, portanto, também não lhe pertence o produto de seu trabalho, causando o processo de estranhamento do homem à sua característica exclusiva, o trabalho, bem como da produção e produto dessa (MARX, 2004a, 2004b).

pela luta das classes sociais. Ressalta-se que tais alterações são superficiais, pois mantém-se o essencial necessário para produção e reprodução do capitalismo.

A natureza histórica do Serviço Social situa-se no conjunto de contradições sociais próprias do capitalismo, sendo a profissão, pois, contextualizada na materialidade que fundamenta a racionalidade formal-abstrata e dela também se nutre. Um dos impactos dessa racionalidade para a profissão advém de sua expressão nas políticas sociais, por via da fragmentação que realiza no enfrentamento das questões sociais. As políticas públicas tem o caráter de garantir a reprodução da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que tentam minimizar os conflitos sociais entre as classes. Elas resultam das conquistas da classe trabalhadora por direitos sociais, não sendo meras concessões do capitalismo, mas frutos das lutas de caráter classista, “[...] conformam um terreno de conflitos [...] constituído de respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo do proletariado” (PAULO NETTO, 2011, p. 78). Dessa forma, apresentam-se como uma das formas de intervenções do Estado burguês nas diversas expressões da questão social<sup>4</sup>; apesar de condensarem conquistas e reivindicações da classe trabalhadora, também são permeadas pelo raciocínio formal-abstrato. Assim:

Ao isolar as questões sociais do âmbito das relações de trabalho [...], o Estado acaba por obscurecer a organicidade entre políticas sociais e processo de acumulação/valorização do capital. Ao fragmentar as questões sociais numa pluralidade de modalidades e setores constituídos em ‘campos’ no quais serão tratadas as ‘anomalias’ da sociedade, ‘tipificadas em políticas sociais’ (Netto, 1989a:59), esse mesmo Estado

---

4 “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da produtividade humana. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relação de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e poder estatal” (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

institucionaliza práticas profissionais especializadas para atuarem basicamente em dois níveis: do planejamento e da sua implementação. (GUERRA, 2011, p. 135).

É nesse quadro que se insere o Serviço Social como profissão assalariada inscrita na divisão social e técnica do trabalho, uma vez que sua profissionalização tem como base as diversas modalidades de enfrentamento da questão social pelo Estado; conseqüentemente a execução e o planejamento das políticas sociais constituem-se como um amplo espaço sócio-ocupacional, e essas “[...] se constituem na base material sob a qual o profissional se orienta e, ao mesmo tempo, atribuem contornos, prescrições e ordenamentos à intervenção profissional” (GUERRA, 2011, p. 137).

Ao realizar a venda de seu trabalho especializado, o assistente social pode atuar em instituições estatais, empresariais e privadas sem fins lucrativos; esses empregadores acabam por delimitar a área de atuação do assistente social, suas condições materiais para efetivação dos atendimentos, impõe requisições trabalhistas e medeiam a relação com o trabalho coletivo em que se inserem (IAMAMOTO, 2012). O estatuto de assalariamento delimita as condições e limites do fazer profissional.

Entretanto, outro fator interfere na atuação profissional, as necessidades sociais dos usuários dos serviços, “[...] que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais” (IAMAMOTO, 2012, p. 219). Além disso, os valores éticos e políticos existentes no seu projeto profissional – expressos também nos estatutos legais que regulamentam a profissão – permitem ao assistente social uma atuação não apenas baseada nas exigências institucionais, mas na crítica e em defesa dos direitos sociais dos usuários dos serviços.

É nesse espaço de tensão que trabalham os assistentes sociais; se as condições impostas pelo empregador limitam sua autonomia profissional, as demandas postas pela classe trabalhadora e a correlação de forças para alcance dessas, os pressupostos éticos e políticos e a legislação jurídica para sua atuação – ressalta-se que essas legislações resguardam as atribuições e competências profissionais – lhes conferem uma relativa autonomia, que pode alterar seu exercício profissional.

A possibilidade de imprimir uma *direção social ao exercício* profissional do assistente social – moldando seu conteúdo e modo de operá-lo – decorre da *relativa autonomia* que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômicas política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados. (IAMAMOTO, 2012, p. 220, grifos da autora).

Além disso, a racionalidade formal-abstrata reveste a profissão de uma perspectiva tecnicista, burocrata e acrítica (GUERRA, 2011).

A partir dessas elucidações, tem-se a instrumentalidade como uma forma de mediação, na busca pela superação da referida racionalidade formal-abstrata.

A instrumentalidade do Serviço Social como mediação é o espaço para se pensar nos valores subjacentes às ações, no nível e na direção das respostas que estamos dando e pelas quais a profissão é reconhecida ou questionada socialmente [...]; permite que estabeleçam vínculos com o projeto ético-político profissional, ‘em defesa dos direitos sociais e políticas públicas’. (GUERRA, 2000, p. 30-31).

A instrumentalidade do Serviço Social é entendida como a capacidade adquirida pela profissão em seu amadurecimento histórico e social para responder às demandas que lhe são colocadas. Nas palavras de Guerra (2000, p. 20), trata-se do:

[...] conjunto das condições que a profissão cria e recria no exercício profissional e que se diversifica em função de um conjunto de variáveis tais como: o espaço sócio-ocupacional, o nível de qualificação de seus profissionais, os projetos profissionais e societários hegemônicos, a correlação das forças sociais, dentre outros.

Tal conceito ultrapassa uma visão pragmática e reducionista de instrumentalidade, passando a uma compreensão para além do tecnicismo do uso de instrumentos e técnicas no fazer profissional, com uma reflexão dos significados dessas ações; apreendida como categoria de mediação que viabiliza a superação da imediatividade, das singularidades das demandas postas à profissão, que tem como foco de intervenção as expressões da questão social, contextualizando, assim, os fatos na totalidade histórico-social posta pelo modo de produção capitalista e reconhecendo suas particularidades.

As reflexões sobre o tema da instrumentalidade do Serviço Social têm em Yolanda Guerra um marco de referência, negando a formalidade abstrata hegemônica no senso comum. A pesquisadora evidencia de forma contundente a necessidade de se tratar das diferentes dimensões que formam o conteúdo real da instrumentalidade: dimensão técnico-operativa – no circuito da operacionalização dos instrumentos e técnicas e ações profissionais; dimensão teórico-intelectual – que envolve o arcabouço teórico e legislativo do Serviço Social utilizado pelo Serviço Social para embasar seu exercício; e dimensão ético-política – relacionada aos direcionamentos políticos, valorativos e éticos que perpassam a profissão, expressos no Projeto Ético-Político do Serviço Social<sup>5</sup>. Essas devem se realizar no enfren-

---

5 O Projeto Ético-Político do Serviço Social possui como valores centrais a liberdade, a autonomia, a democracia, a justiça social e a cidadania. Segundo Paulo Netto (2001, p. 15-16), está vinculado a um “[...] projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. [...] Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará

tamento da cotidianidade exatamente por via do reconhecimento e articulação desses três elementos, uma vez que o Serviço Social “[...] possui modos particulares de plasmar suas racionalidades que conformam um ‘modo de operar’, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional” (GUERRA, 2011, p. 203).

Ao se compreender essa relação dialética entre as três dimensões, destaca-se a dimensão técnico-operativa, pois “[...] é na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional” (GUERRA, 2011, p. 42), constituindo-se como a autoimagem social da profissão, portanto não é neutra, uma vez que é permeada por pressupostos políticos, éticos e valorativos – dimensão ético-política – e de base teórica e legal acerca da realidade social – dimensão teórico-intelectual – para sua realização. Dessa forma, trata-se da síntese de todas as dimensões, como nos informa Guerra (2012, p. 50):

[...] a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela é travejada pela dimensão ético-política, e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

Essa articulação é imprescindível para o assistente social, em sua intervenção técnico-operativa, compreender o conjunto de mediações que devem orientar seu exercício profissional, concedendo uma direção social em acordo com o Projeto Ético-Político, haja vista que sua intervenção também é constituída pelo conjunto de “[...] estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional,

---

se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores”.

os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 21).

Com esse horizonte teórico, a pesquisa buscou contemplar a interação material das três dimensões, destacando a dimensão técnico-operativa, pois “[...] dela emana a imagem social da profissão e a sua autoimagem [...] não é neutra: ela é travejada pela dimensão ético-política, e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos” (GUERRA, 2012, p. 50).

Percebemos, portanto, que, nessa perspectiva teórica, tal dimensão é abordada como uma síntese da atuação profissional, sendo constituída por uma direção teórico-metodológica e ético-política, além das “[...] estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 21). A supracitada articulação é necessária para que o assistente social possa utilizar seu instrumento técnico-operativo, compreendendo o conjunto de mediações que devem nortear sua ação, dado que as demandas colocadas cotidianamente ao profissional possuem uma aparência fragmentada e imediatista que deve ser ultrapassada.

### **Conteúdos da dimensão técnico-operativa da profissão em ONGs, instituições públicas e privadas**

A partir daqui, apresentamos os resultados priorizando alguns elementos indicados na pesquisa realizada pelo grupo trabalho e instrumentalidade. É necessário informar que, como foram entrevistadas cinco assistentes sociais de cada setor, as organizações não governamentais serão apresentadas como “ONG”, sucessivamente da ONG 1 à ONG 5, sendo utilizada a mesma metodologia para as

instituições públicas (IP) e privadas (IPR). Ao nos referirmos às falas das assistentes sociais, usaremos a sigla “AS” seguida da instituição referente, por exemplo, AS IP 1 ao tratarmos da assistente social da instituição pública 1. Optamos por relatar inicialmente as principais semelhanças; em seguida, as particularidades.

Sobre os instrumentos e técnicas, elencamos uma miríade de similaridades entre os campos, como atendimento individual via entrevistas e visitas (domiciliares/institucionais/hospitalares/comunidades), reuniões (com a equipe de Serviço Social, interdisciplinares, etc.), elaboração de fichas e prontuários (eletrônicos e/ou físicos), realização de atividades socioeducativas de formação (campanhas, rodas de conversas, oficinas, cursos, palestras, etc.) e respectivos relatórios das atividades desenvolvidas (visitas, oficinas, etc.), orientações de direitos e deveres dos usuários, encaminhamentos, articulação com a rede, parecer social (ONG 2, IPRs 3 e 4, IPs), estudo de caso (em algumas ONGs e IPs), busca ativa e o Plano Individual de Acolhimento (foram citados apenas pela ONG 5 e pela IP 4).

No caso das particularidades dos instrumentais e técnicas utilizados em cada campo, coletamos: nas instituições privadas, realizamos o acompanhamento do projeto e do absenteísmo dos funcionários, bem como dos que estavam afastados, sobretudo por acidente de trabalho, trabalho de ouvidoria, entrevista de admissão (IPRs 1 e 4). Na IPR1, a assistente social relatou ainda as pesquisas sobre o orçamento de cesta básica e sobre o nível de satisfação dos funcionários, monitoramento das ações internas da organização que impactam as condições de trabalho e os serviços prestados por empresas terceirizadas, acompanhamento (vistoria) do ambiente de trabalho, identificando as condições de trabalho e de saúde ocupacional; na IPR 2, foram relatados acompanhamento do contrato e renovação dos convênios e orientação aos trabalhadores dos mesmos, requisição de compras de material de escritório e para os consultórios, visita ao chão de fábrica, acompanhamento do trabalhador e de integração

ao espaço de trabalho; e, na IPR 4, foi suscitada a participação na organização de eventos e elaboração de uma estatística mensal com todas as atividades realizadas.

Na realidade das ONGs pesquisadas, reconhecemos como peculiaridades a triagem para acesso a serviços (ONGs 1, 2 e 3), diário de campo (ONGs 2 e 5), elaboração de questionário socioeconômico e capacitação dos profissionais que o aplicam (ONG 4), mapa de atividade (ONG 2), observação e diagnóstico comunitário (ONG 5). No caso das instituições públicas, temos as visitas aos leitos, ciclo de evolução psicossocial, manual de normas e rotinas, planejamento anual (realizados pela IP 1), quadro das famílias (IP 2), diagnóstico (IP 3), abordagem de rua, recebimento de denúncia, levantamento das condições econômicas, sociais, sexuais, mapa de atendimento (para os técnicos) e livro de registro de atividade (realizados apenas na IP 4), anamnese e história de vida (IP 5).

A despeito das semelhanças entre os instrumentos e técnicas utilizados em todos os campos, as suas finalidades foram delimitadas pela área de atuação das instituições e dos objetivos das assistentes sociais, podendo variar dentro do mesmo campo, pois o técnico-operacional não se trata apenas da relação entre respostas da profissão e suas demandas, mas de um conjunto de elementos/meios que colocam em prática a finalidade da ação profissional. Assim, a visão crítica e a intencionalidade teórica e ético-política na utilização dos conjuntos de instrumentos e técnicas contribuem para a ruptura de práticas conservadoras no cotidiano da atuação profissional (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012). Nesse processo não podem ser abstraídas as condições concretas de trabalho.

Quanto à origem dos instrumentos e técnicas mencionados, em geral (em dez instituições) já eram empregados na instituição quando as assistentes sociais entrevistadas foram contratadas, porém foram e são modificados de acordo com as demandas, com exceção da IPR 3, em que a assistente social não especificou a origem dos

instrumentais, das IPRs 4 e 5 e das ONGs 1 e 2: nas três primeiras, as atuais assistentes sociais são responsáveis pela implementação do Serviço Social nessas instituições e pela elaboração dos instrumentais; já na ONG 2, são desenvolvidos na matriz no Rio de Janeiro, não podendo ser modificados e devendo ser registrados no sistema para matriz ter acesso, com exceção do atendimento individual. Tais dados refletem o nível de autonomia (próximo fator a ser analisado) das assistentes sociais, principalmente na elaboração e modificação dos instrumentais.

Sobre o nível de autonomia, a grande maioria identificou ser este um elemento relativo, determinado pelas condições de trabalho, dinâmica institucional e relações de hierarquia presentes. Apesar de a maioria ter afirmado possuir autonomia na construção e implementação dos instrumentais, em todos os setores pesquisados havia instituições em que as assistentes sociais possuíam pouca ou nenhuma autonomia quanto à possibilidade de modificar ou criar instrumentais. Nessa questão, o setor das IPs foi aquele no qual as assistentes sociais relataram maior dificuldade. Apenas uma assistente social (IP1) relatou possuir autonomia em relação às alterações nos instrumentais, duas trouxeram que qualquer alteração deveria passar por órgãos externos à instituição, como secretarias (IPs 2 e 3), e duas apresentaram dificuldade em relação à hierarquia institucional.

No tocante a outras atividades, acabam impedidas pelas hierarquias, burocracias e/ou problemas estruturais (por exemplo: em algumas ONGs, a participação na elaboração dos projetos que são submetidos a editais de financiamento é limitada ou vetada). Apontaram ainda a importância de buscarem firmar parcerias com outros profissionais e setores para conseguirem objetivar a realização de projetos e mudanças na instituição, como expressa a assistente social do setor privado:

Aqui é a relativa autonomia; como todo trabalho do Serviço Social, você tem que pensar, mas você tem que ter o apoio,

você tem que fazer o seu link de política mesmo, de ter vínculos com a supervisão direta e de outros setores, né? Você tem que tentar conquistar as pessoas. (AS IPR 2).

Ao focarmos nas facilidades e dificuldades do cotidiano profissional, constatamos que há uma heterogeneidade nesses pontos, pois variam desde o trabalho desenvolvido por cada instituição até as questões subjetivas próprias da condição humana e das relações de trabalho. Dessa forma, podemos destacar que a autonomia para criar e/ou modificar os instrumentais foi colocada como uma facilidade por quase todas as instituições, bem como a importância das informações contidas neles, que auxiliam até mesmo outras áreas nas instituições. O uso dos instrumentais, no entanto, foi apontado como uma dificuldade por algumas profissionais, como aquelas das ONGs 5 e 4 e IPR 5: a assistente social da primeira atribuiu a dificuldade à especificidade do trabalho desenvolvido, uma vez que é realizado com a metodologia de busca ativa nas ruas; para facilitar a aproximação com possíveis usuários, ela não leva consigo os questionários, apenas um caderno para anotações, assim o instrumental é preenchido na instituição, fazendo com que algumas informações sejam perdidas; já na ONG 4 e IPR 5, as profissionais afirmaram não gostar de trabalhar com a aplicação de questionários, de se prenderem a roteiros, preferindo criar um diálogo e, a partir dele, fazer as perguntas necessárias.

O tempo para planejar e para pensar a prática foi uma dificuldade expressa por algumas instituições (IPR 3, IPs 1 e 4), o que se reflete na ausência de pesquisas. “Então, a dificuldade maior é de tempo mesmo para você construir, parar, pensar. Porque você tem que pensar para você criar novos instrumentais. *Não é só assim no susto*” (AS IPR 3).

A grande e crescente demanda, a carência de profissionais e a burocracia foram também apontadas como dificuldades por todos os setores (IPs 3 e 4, IPRs 2 e 3 e ONG 1), visto que é exigido maior

tempo com preenchimento de relatórios e pesquisas e menos tempo com o usuário, ao passo que, contraditoriamente, esses elementos ajudem na maior organização do trabalho. Podemos perceber que esses pontos estão inter-relacionados e podem revelar a precarização do trabalho do(a) assistente social, conforme demonstra a seguinte fala:

Tem dias em que você não consegue nem respirar, o equipamento está lotado, e eu não consigo dar conta de tudo. Porque não é uma equipe pequena essa equipe, é uma das maiores até, mas ela é pequena diante da demanda. Então, duas assistentes sociais é pouco. (AS IP 4).

Em duas instituições (ONGs 4 e 5), a flexibilidade dos horários foi apontada como uma facilidade. Vale ressaltar as dificuldades estruturais e materiais mencionadas pela IP 3. No setor privado, a maioria das instituições (três IPRs) assinalou a disponibilidade de recursos como uma facilidade, apesar de não ter um carro para realizar visitas (IPR 4 e 5); outra particularidade desse setor diz respeito à dinâmica institucional e ao desafio de estabelecer a mediação das demandas trabalhistas com as do empregador, como citaram as assistentes sociais.

Ao serem arguidas sobre as habilidades constituídas e exigidas no ambiente de trabalho, foram mencionadas as seguintes: habilidade para fazer mediação de conflitos e negociação com a direção, atualizar o conhecimento, realizar articulações, ter segurança quanto ao papel do Serviço Social na instituição e capacidade de trabalhar com poucos recursos, ser polivalente, saber trabalhar com o público, ter criatividade, determinação, organização, disposição, dinamicidade, coragem e flexibilidade, articular teoria e prática, possuir conhecimento sobre a pobreza e suas causas, identificar o perfil do público atendido pelo equipamento, manter um diálogo entre a equipe profissional, agilidade, comunicação, paciência, sensibilidade e capacidade de articulação, estar livre de qualquer preconceito, saber ouvir, dando atenção aos detalhes daquilo que o usuário diz, no sentido de

melhor compreender o que está ocorrendo, e controlando a sua fala, de modo que seja acessível ao usuário.

As assistentes sociais do campo empresarial foram as únicas a citar a necessidade de ter habilidade numérica e conhecimento da área organizacional. Algumas habilidades citadas evidenciam a necessidade de o profissional ser polivalente e o grande número de demandas em relação à pequena quantidade de profissionais. São qualidades típicas do mundo do trabalho hoje, o qual se caracteriza pela flexibilidade nos contratos e nas competências exigidas. Observamos que parte dos elementos indicados revela as mudanças ocorridas por força da reestruturação produtiva em todas as áreas.

Aqui, acima de tudo, você tem que ser proativo. Você tem que antecipar o problema [risos], porque senão ele pode vir maior do que você poderia imaginar. Então, ser proativo é uma habilidade imprescindível não só aqui, acho que em qualquer lugar, para qualquer profissional hoje em dia. Outra habilidade é você saber lidar com a pressão. (AS IPR 3).

O elemento da interdisciplinaridade, ao ser analisado, foi apontado por todos os campos como uma necessidade do exercício profissional, algo que agrega, mas que também precisa ser muito bem administrado, porque enfrenta valores típicos da ordem burguesa, como a competitividade e a disputa de espaços, e ainda passa por posicionamentos que se fazem necessários para a profissão ser respeitada. Na visão das assistentes sociais entrevistadas, isso vem ocorrendo com o esforço das profissionais da área, que ganham reconhecimento, inclusive com o papel de mediadoras da interdisciplinaridade. Nas instituições privadas e em uma pública (IP 3), para que haja uma maior integração entre os setores institucionais, realizam-se reuniões regulares, visando à socialização das informações, problemáticas e busca de soluções. Pelas ONGs, IPRs e IP 1, ressaltou-se a importância do trabalho interdisciplinar para a qualidade no atendimento. Porém, algumas vezes, percebemos a carência de uma maior articulação, existindo conflitos, principalmente pelas

diferentes visões dos profissionais. Foi destacado que isso não deveria ser uma problemática, mas uma forma de discutir as divergências, sempre buscando o melhor atendimento ao usuário. É o que nos revelam as seguintes falas:

Cada profissional tem as suas funções, as suas atribuições; dentro da perspectiva do tratamento, todo mundo é igual [...]. É claro que a gente tem os embates, tem as dificuldades de vez em quando, porque são visões diferentes, mas, sabendo contornar, isso se torna positivo. (AS ONG 3).

Não dá para a gente pensar a coisa e agir sem entender um pouco como é a dinâmica institucional, como se dá a relação de poder, quem são as pessoas com quem a gente pode se articular... é um dos momentos em que a gente tem que fortalecer um pouco essas alianças em busca do que a gente consegue avançar mais. (AS IP 1).

Sobre o termo “instrumentalidade”, oito assistentes sociais (mais da metade) colocaram os elementos levantados por Yolanda Guerra (2011) no contexto de sua produção: capacidade de responder às demandas socialmente postas, articulando as três dimensões: teórico-intelectual, ético-política e técnico-operacional. Isso pode indicar que as sistematizações dessa pesquisadora vêm sendo incorporadas (ainda que formalmente) às representações da categoria; demonstra-se que a ideia ampliada da instrumentalidade, proposta pela referida autora, tem sido apreendida pelos sujeitos formados na mesma instituição de ensino, ainda que não se apresente uma apreensão com maiores elementos do conteúdo material desse enunciado, a exemplo de entender os instrumentos apenas como fichas e formulários ou mesmo a reclamação de que ainda há muita política e teoria e pouca técnica na formação profissional. Ou seja, as respostas apresentam contradições quando se cruzam as diferentes perguntas e a tentativa de maior aprofundamento e materialidade cotidiana.

Apenas uma assistente social (AS IPR 2) não conceituou a instrumentalidade do Serviço Social e duas apresentaram grandes

dificuldades para tratarem da temática (AS IPs 3 e 5). Além disso, três profissionais a reduziram a um conceito pragmático relacionado à utilização dos instrumentos e técnicas (AS IPR 5, ONGs 1 e 2); a assistente social da IPR 3 trouxe a conceituação ligada aos instrumentais, porém de forma um pouco mais abrangente, abordando elementos como intencionalidade e conhecimento necessário para o exercício profissional.

As ONGs, duas instituições privadas (IPRs 1 e 3) e três públicas (IPs 1, 2 e 3) reforçaram ainda o sentido da utilização do instrumental ligado à intencionalidade que se pretende objetivar, ou seja, a capacidade de utilizar os meios para alcançar os objetivos propostos. As ONGs ressaltaram o fato de a instrumentalidade apresentar-se no cotidiano profissional, não excluindo sua relação com a totalidade, aspectos teóricos, políticos e éticos, sendo, pois, norteadora do exercício profissional. Como particularidade, o relato de uma instituição pública (IP 4) mencionou a importância da instrumentalidade para o reconhecimento da profissão Serviço Social, afirmando-a também como um meio para expressar suas competências e atribuições. *“Questão da capacidade, como eu utilizo todo esse material que eu tenho, até teórico também, como é que eu utilizo isso para chegar aos objetivos que eu tenho aqui enquanto assistente social”* (AS ONG 4).

Quanto à relação e realização das três dimensões no cotidiano profissional: nas instituições privadas, não houve maior nitidez nas respostas, existindo, entretanto, uma delimitação das dimensões: a teórico-metodológica é percebida como a teoria que embasa a prática e que contribui para saber as causas e raízes dos problemas. Assinalaram a necessidade da constante atualização dos estudos e apontaram como dificuldade o curto período de tempo disponível para realizá-la; quanto à dimensão ético-política, não houve uma hegemonia na definição, mas podemos destacar a análise de correlação de forças e os conflitos da ética profissional com os valores da cultura organizacional; por último, no tocante à dimensão técnico-operativa,

é entendida como resultado da teoria e da capacitação, sendo necessário o registro para mostrar os resultados que o Serviço Social realiza e para que se consolide na instituição, entrando na lógica da empresa, segundo uma das profissionais, como é possível observar na seguinte fala: “A prática vai junto com a teoria. Usar o que você conheceu para uma prática com eficiência” (AS IPR 3).

Nas ONGs, todas as assistentes sociais entrevistadas demonstraram compreender a necessidade de articulação das três dimensões para uma atuação qualificada, como expressou a assistente social da ONG 3: “A gente precisa entender que elas se complementam, que elas caminham juntas; tem que ter muito cuidado para a gente não se deter só em uma”.

As profissionais, em suas falas, reiteraram ainda os documentos normativos da profissão, em especial o Código de Ética. Percebemos o realce ao cotidiano profissional e à dimensão técnico-operativa, principalmente devido às muitas demandas colocadas à profissão, porém isso não significou que não dessem relevância às demais dimensões (teórico-metodológica e ético-política), pois devem estar interligadas para a realização da prática profissional.

No caso das instituições públicas, todas as profissionais enfatizaram a importância de articular os fundamentos teóricos com a prática nas instituições, tocando em pontos importantes, como naqueles referentes à necessidade de o profissional fazer uma leitura da conjuntura, uma análise da realidade para que suas ações sejam pensadas e feitas da melhor maneira, demonstrando a compreensão de que a prática está ligada à teoria, de que não se pode dissociar uma da outra. “A utilização de cada instrumental depende do referencial teórico, depende da concepção, e isso tem que estar, de certa forma, articulado e coerente para a gente atingir determinado objetivo profissional” (AS IP 1).

A assistente social da IP5 afirmou que a interligação das três dimensões possibilita um exercício profissional de melhor qualidade, dando respostas mais adequadas às necessidades dos usuários.

Outro importante fator levantado na pesquisa diz respeito à relação da instrumentalidade com a formação profissional. As entrevistadas ponderaram sobre a deficiência quanto a esse debate na academia, as quais, apesar de reconhecerem a importância da formação teórica na graduação, afirmaram a necessidade de maior aproximação da realidade – da prática – das áreas de atuação profissional e dos diversos instrumentais que geralmente são utilizados pelo Serviço Social. Colocaram ainda que, para a formação ser mais completa, deve abranger não somente o espaço da sala de aula, mas contemplar as três dimensões – ensino, pesquisa e extensão –, questionando inclusive a qualidade de um ensino a distância.

No que tange às particularidades nesse quesito: no setor de empresas privadas abordadas, a relação da formação profissional com a temática da instrumentalidade foi compreendida como uma lacuna referente ao setor privado, havendo maior ênfase na seguridade social. O setor de instituições públicas também revelou preocupações com a abordagem da instrumentalidade na formação profissional, em particular a ênfase na dimensão política e teórica em detrimento da dimensão técnica. O setor de ONG destacou o fato de essa temática acabar por se restringir a uma disciplina (de oficina) com poucos créditos, sugerindo que isso seja ampliado; e três assistentes sociais elogiaram algumas práticas atuais da formação, como o acompanhamento ao estágio (ONG 4) e os professores dos primeiros semestres orientarem em disciplinas os estudantes a visitarem instituições, a fim de que conheçam o trabalho do Serviço Social (ONG 5). Todas as assistentes sociais entrevistadas formaram-se entre os anos de 1985 e 2012 na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Quanto à materialização do Projeto Ético-Político (PEP), as assistentes sociais, em sua maioria (nove das quinze – IPRs 1 e 3, IPs

2, 4 e 5 e ONGs 2, 3, 4 e 5), apresentaram que buscam materializar o PEP no cotidiano profissional, nas disputas e nos posicionamentos dentro das instituições, bem como colocando-se em defesa dos usuários, almejando garantir direitos sociais. Algumas, seis assistentes sociais (IPRs 3 e 4, IP 1 e ONGs 2, 3 e 4), também o caracterizaram como norteador da atuação. Em apenas quatro entrevistas (IPRs 2 e 4 e ONGs 1 e 5), o PEP foi relacionado à legislação da profissão, Código de Ética, Diretrizes e Projeto Pedagógico; duas o reduziram a esse aspecto legal (ONG 1 e IPR 2) e três articularam com a construção de uma nova sociabilidade (IP 2, ONGs 2 e 3).

O setor privado indicou como particularidade o desafio de materialização do PEP pela contradição aos objetivos das empresas, fato citado pelas IPRs 1 e 3, mas com a ressalva de que o cotidiano, caso se apreendam as determinações do projeto, pode favorecer “brechas” para a atuação, com um conteúdo político favorável à classe trabalhadora. A entrevistada da IPR 5 não soube caracterizar ou apresentar formas de materialização do PEP, relacionando-o a ter ética no trabalho. No setor de ONGs, foi o único em que apareceu a dimensão da militância como elemento de complemento para a materialização do PEP (ONG 2). Em uma instituição pública e uma ONG (IP 1 e ONG 3), as profissionais trouxeram a articulação das três dimensões da instrumentalidade como necessária para a materialização do PEP.

A análise desse ponto recorre à necessidade de as assistentes sociais terem consciência da direção que está sendo indicada com as respostas às demandas profissionais, que “[...] implicam projetar não apenas os meios/instrumentos de realização, mas também as consequências. [...] permite que se estabeleçam vínculos com o projeto ético-político profissional, ‘em defesa dos direitos sociais e das políticas públicas’” (GUERRA, 2000, p. 30).

## Considerações finais

Os dados coletados no processo de pesquisa reiteram a importância de reconhecimento da instrumentalidade muito além do uso adequado de instrumentos e técnicas. Observamos que há uma aproximação importante das preocupações cotidianas dos assistentes sociais pesquisados com os fundamentos do exercício profissional que trabalhe o aspecto técnico, atentando para o horizonte ético-político e o arsenal teórico que o acompanham.

Na busca de superação do postulado que caracterizou o Serviço Social, a busca pela tecnificação foi um importante fator de profissionalização. O processo de reconceituação no final dos anos de 1970 foi a maturação dessa trajetória que avançou em perguntas essenciais sobre a direção política do exercício profissional. Esse legado se materializa na cotidianidade e contradições das instituições em que o assistente social vende sua força de trabalho e sofre todas as condições típicas do trabalho alienado. Por isso, encontramos nas respostas à nossa pesquisa algumas referências à autonomia relativa, às dificuldades em materializar o Projeto Ético-Político e aos limites institucionais.

Este processo investigativo projeta muitos elementos que podem ser aprofundados por outros interlocutores, pois trazem em seus resultados como as assistentes sociais compreendem a categoria da instrumentalidade, como buscam efetivar as três dimensões supracitadas, bem como as facilidades, dificuldades e habilidades necessárias em seu cotidiano profissional. Além do nível de autonomia, as relações de interdisciplinaridade, como as assistentes sociais percebem o estudo da categoria instrumentalidade na sua formação profissional, subsidiando a discussão acerca da dimensão técnico-operativa do Serviço Social.

Um dos aspectos revelados na pesquisa foi o fato de ser imprescindível aprofundar o estudo da dimensão técnico-operativa na graduação, evidenciando sua relação com as demais dimensões que

permeiam o cotidiano profissional; com isso, a pesquisa pode contribuir também para análises curriculares da graduação em Serviço Social. A pesquisa chega a indicar aspectos pragmáticos de revisão dos nossos conteúdos pela fala das entrevistadas.

Identifica-se que uma das pistas de explicação é a compreensão da relação entre teoria e prática, historicamente um dilema da formação profissional, dada a dicotomia segundo a qual a lógica formal a trata e reproduz. Guerra (2000, 2011, 2012) nos fornece muitos elementos que explicitam como a lógica formal, própria da ordem burguesa, impede-nos de enxergar as mediações dessa relação, o que tem como consequência esse foco no uso de instrumentos e técnicas como algo que ainda precisa ser constantemente problematizado no Serviço Social. É preciso saber da particularidade de nossa profissão para, assim como afirma Trindade (2001), tratar a instrumentalidade como algo que só é decifrado à luz da questão social, que se materializa no cotidiano, tanto em suas expressões quanto na forma como é enfrentada no contexto de relações sociais complexas, que não há como o profissional controlar tal dimensão, ainda que seja exímio dominador de instrumentos e técnicas.

Investir em maior aproximação do diálogo entre academia e diferentes áreas de trabalho do assistente social é um dos caminhos plausíveis de superação dos limites indicados na pesquisa. Isto não se encerra em processos investigativos, pois pode ser ampliado por via da formação e extensão em que se compreenda e realize trocas entre os diferentes saberes acumulados. Os desafios identificados encontram no trabalho cotidiano e no debate da formação profissional a construção de seus enfrentamentos.

## Referências

- GUERRA, Y. A. D. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 49-76.
- GUERRA, Y. A. D. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, p. 5-34, 2000.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 9-32, 2001.
- IAMAMOTTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARX, K. O processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.) *A dialética do trabalho: escritos de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.
- MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, R. (Org.) *A dialética do trabalho: escritos de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2004b. p. 173-195.
- PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MS, 2001. p. 1-22.
- PAULO NETTO, J. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. A. D. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 15-39.
- SOUSA, R. B. *Espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais nas ONGs: condições e processos de trabalho na contemporaneidade*. 2014, 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- TRINDADE, R. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 3, nº. 4, p. 21-42, 2001.

# Desafios e perspectivas da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Educação

*Renata Maria Paiva da Costa  
Maria do Socorro Camelo Maciel*

## **Introdução**

A discussão acerca dos desafios e perspectivas da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na área da Educação é de grande relevância para caracterizar o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional. Além disso, apresenta-se como meio para preencher possíveis lacunas deixadas na formação profissional, possibilitando o reconhecimento de similaridades e particularidades da intervenção profissional dos assistentes sociais nas diferentes políticas/áreas de atuação.

Assim, este texto busca traçar um panorama geral do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no campo da Política de Educação, abordando os objetivos, os instrumentais e as técnicas de atuação profissional, não desprezando sua vinculação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão. Para além dessa abordagem, faz-se uma análise sobre os desafios impostos ao trabalho realizado pelos assistentes sociais, bem como sobre as perspectivas de superação dos fatores limitantes do exercício profissional.

## **A instrumentalidade como fundamento para a atuação profissional do assistente social**

A abordagem sobre os instrumentais e técnicas do Serviço Social na Educação apresenta-se de suma importância para compreender as especificidades do processo de trabalho nessa esfera de atuação, assim como é imprescindível para a elaboração de uma intervenção profissional sólida, com objetivos bem definidos, que caracterize e

consolide a identidade da profissão no espaço sócio-ocupacional da Educação. Assim, pensar a atuação do Serviço Social na Educação pressupõe compreender que nessa área os profissionais, como em outros espaços sócio-ocupacionais, também intervêm sobre as sequelas da questão social e, como tal, precisam refletir acerca de estratégias que possibilitem a superação da atuação imediata, para fornecimento de respostas às demandas institucionais cotidianas e apontem para a melhoria qualitativa das condições do exercício profissional e das problemáticas apresentadas pelo público usuário dos serviços.

Nessa perspectiva, o presente artigo apresenta uma prévia e sucinta discussão acerca da instrumentalidade do Serviço Social, a fim de que não se incorra no erro de reduzi-la a um conjunto de procedimentos, instrumentos e técnicas que possuem aplicabilidade imediata em determinado campo de atuação profissional, tais como descrições de uma bula ou receituário.

No dizer de Guerra (2010), a discussão sobre instrumentalidade precede o debate sobre instrumentos e técnicas para a ação profissional. Para a autora, antes de serem demarcadas as definições operacionais (o que fazer, como fazer), é preciso que se tenha a compreensão dos objetivos da ação, os sujeitos nela envolvidos e o contexto social e histórico no qual ela se situa. Ou seja, ao assistente social – profissional que intervém sobre a realidade material na qual se situam a instituição que o emprega, os usuários dos serviços e das políticas sociais que executa e a correlação de forças sócio-históricas presentes nessa realidade – é exigida a mobilização da consciência (prévia-ideação), sociabilidade e meios para atuação (instrumentalidade). Nutrido desses elementos, o profissional tem a capacidade de elaborar sua intervenção com vistas a alcançar uma finalidade, sendo capaz também de prever possíveis consequências da sua ação profissional e de planejar sua intervenção sobre a realidade. Isso porque, pela mediação da consciência, o sujeito é capaz de transformar em perguntas seus carecimentos, os objetos de suas necessidades e

a própria atividade que desenvolve sobre o meio, além de pôr finalidades que deverão dirigir sua ação. Abstrai as propriedades dos seus objetos e da sua atividade, construindo um conjunto de conhecimentos e saberes que se condensam nos instrumentos, métodos e técnicas de atuação. A instrumentalidade, portanto, também diz respeito a formas de interpretação da realidade para além de sua aparência, tendo por base um conhecimento aprofundado sobre o que a produz e a mantém, sobre o seu perene movimento.

Desse modo, quando se fala em instrumentalidade, remete-se ao processo de conhecimento e intervenção numa dada realidade, fazendo-se, para tanto, necessário o domínio da teoria e dos meios para atingir uma determinada finalidade. Nessa dinâmica, deverão ser considerados três importantes elementos: o método de conhecimento, o sujeito que conhece e o objeto de análise. Assim, a escolha do método de análise dos processos sociais é imprescindível para que o sujeito do conhecimento possa elucidar as minúcias que envolvem o objeto, por meio de um longo caminho de idas e vindas em que é realizada uma série de mediações acerca daquele objeto de estudo. Com isso, o sujeito adquire a capacidade de interpretar o objeto, decompô-lo e reconstruí-lo, observando sua estrutura e suas contradições, de modo a possibilitar a constituição de meios de intervenção e transformação daquele objeto. De acordo com Guerra (2010, p. 35):

Na medida em que os agentes profissionais recolhem as mediações postas nas objetividades sociais que produzem no plano interventivo, recriando, ao nível do pensamento, a dinâmica dos fenômenos e processos sobre os quais intervem, estão inteligindo sobre suas ações. Quando este procedimento reflexivo se traduz em mediações para a intervenção, estão materializando uma racionalidade ou forma de conceber a realidade.

Tal ideia transita, ou deve transitar, na dinâmica de trabalho dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais que ocupam, de modo a munir esses profissionais de meios para

a elaboração do seu trabalho. Nesse sentido, é preciso ter a clareza de que o processo de intervenção do Serviço Social pressupõe um amplo campo de mediações, que não prescinde da teoria para a elaboração dos meios de materialização da prática profissional. Pelo contrário, teoria e prática formam uma unidade, em que a dimensão teórico-metodológica se mostra como vital para o acompanhamento dos processos sociais e para a análise dos fenômenos que se apresentam no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2001).

Além disso, é a partir do processo de conhecimento, de investigação e de interpretação dos fenômenos sociais que os profissionais podem construir os mecanismos e instrumentos que dão materialidade à intervenção profissional, isto é, a sua base técnico-operativa. Tais dimensões – a teórico-metodológica e a técnico-operativa – não caminham descoladas do caráter político assumido pela profissão, de engajamento e defesa dos interesses da classe trabalhadora. Dessa forma, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são fundamentais e complementares entre si. O domínio de apenas uma dessas perspectivas não é capaz de imprimir um caráter sólido à intervenção profissional, por outro lado, são elas que, articuladas, dão direção ao trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais. Como indica Guerra (2010, p. 198, grifo da autora):

[...] a *instrumentalidade*, pela qual o Serviço Social consolida a sua natureza e explicita-se enquanto um ramo de especialização, ao mesmo tempo em que articula as dimensões instrumental, técnica, ético-política, pedagógica, intelectual da profissão, possibilita não apenas que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e práticas sociais, mas, sobretudo, objetivar essa compreensão por meio de ações competentes técnica, intelectual e politicamente.

Dessa maneira, a instrumentalidade está presente no “DNA” do Serviço Social, muito embora essa dimensão não tenha sido

reconhecida desde o seu surgimento no contexto da divisão social e técnica do trabalho, mas sim no processo de amadurecimento da profissão. A instrumentalidade aparece, assim, como categoria que dá forma e conteúdo à prática profissional, para além da realização de ações instrumentais que visam dar respostas imediatas às questões emergentes; ela pressupõe o exercício da reflexão e da análise acerca das demandas postas nos espaços de trabalho, com base em estudos e investigações, permitindo apreender a dinâmica dos processos sociais e atuar sobre eles.

No Serviço Social, a instrumentalidade incorpora métodos e técnicas operacionais, saberes profissionais, conhecimentos, informações e habilidades, mas, além disso, remete à dimensão criativa dos profissionais, possibilitando a elaboração de estratégias de superação da prática cotidiana alienante, repetitiva e imediata, criando estratégias operativas condizentes com a efetividade do projeto ético-político do Serviço Social.

### **Serviço Social e processo de trabalho na Educação: instrumentos e técnicas de atuação profissional**

De início, quando se fala em processo de trabalho do Serviço Social na área da Educação, a questão que vem à mente é sobre o que faz o assistente social nas instituições de ensino. Antes disso, entretanto, é preciso compreender que o Serviço Social, inserido em diversos espaços sócio-ocupacionais, apresenta diferentes processos de trabalho, os quais estão intrinsecamente ligados à natureza da política social, ao tipo de serviço desenvolvido, à dinâmica da instituição empregadora (pública ou privada) e às demandas apresentadas pelos usuários das políticas e/ou serviços sociais. Conforme Yamamoto (2001, p. 106):

[...] não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social, na esfera estatal, em empresas, nas Organizações Não-Governamentais [sic] (ONG) etc. – e

internamente em cada um desses campos. Portanto, não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social, e sim de processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais.

Dessa maneira, o processo de trabalho na educação apresenta particularidades, remetendo à compreensão de aspectos do desenvolvimento da Educação no Brasil, como a sua história e sua constituição como uma política envolta por interesses de classes. Assim, é preciso empreender uma análise acerca do movimento da realidade, considerando as contradições concernentes à sociedade de classes como pressuposto para entender o chão de onde emergem as políticas sociais, dentre elas a de Educação, como respostas às inúmeras necessidades vivenciadas pelos indivíduos na sociedade. Respostas essas, muitas vezes, emanadas do Estado, carregadas de um viés conservador, repressivo e viável à reprodução dos interesses dos segmentos dominantes.

O caráter reflexivo, crítico, jamais pode estar descolado da intervenção profissional, esteja ela em qualquer esfera de atuação, isso porque a análise em profundidade da realidade e das situações postas no cotidiano de trabalho do assistente social é a base para a constituição de propostas de ação. A partir desse entendimento, o assistente social aparece como profissional com a capacidade de articular conhecimentos e de construir a sua prática, elaborando os meios necessários ao atendimento das demandas dos usuários dos serviços. Destarte, o assistente social abandona a posição exclusivamente executiva e assume um perfil propositivo.

No âmbito da Política de Educação, a atuação profissional do assistente social incide mais sobre a elaboração, operacionalização e acompanhamento das ações relacionadas aos programas de assistência estudantil. Tais ações têm por objetivo viabilizar a permanência e o êxito dos estudantes durante os seus percursos formativos. Visam ainda intervir sobre situações de vulnerabilidade decorrentes

da pobreza, das violências, das discriminações, das questões de saúde física e/ou psíquica, bem como das questões emocionais que prejudicam o acesso à Educação. O trabalho do assistente social na esfera da Educação, entretanto, não pode ser resumido a esse processo de elaboração, execução e avaliação da assistência estudantil. Para além disso, faz-se necessário:

[...] compreender que o objeto de trabalho do assistente social na educação não é a assistência estudantil, mas sim a questão social e suas refrações, as quais inviabilizam o acesso e a permanência dos sujeitos no sistema educacional. Assim sendo, interpretando a questão social e elaborando meios de atuação para minimizar os seus rebatimentos no processo educacional, os assistentes sociais buscam viabilizar o acesso à política de educação como um direito social. (COSTA, 2017, p. 96).

Desse modo, é no interior do espaço institucional que se podem identificar as diversas faces da questão social reproduzidas nas demandas apresentadas pelos estudantes, quando estes buscam algum serviço ofertado pela assistência estudantil. Assim sendo, empreender um entendimento sobre essas demandas, para além de como se apresentam na imediaticidade, requer do assistente social o exercício da investigação e da crítica acerca dos processos sociais, da leitura apurada da realidade institucional, com vistas a identificar os meios de objetivação da prática profissional<sup>1</sup>. Com isso, há a possibilidade de transpor a mera execução de ações descritas nas normas e orientações da legislação vigente. Conforme Iamamoto (2001, p. 101):

O que importa salientar é que o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social passam a ser encarados como componentes indissociáveis do exercício

---

1 É importante destacar que esses elementos de constituição do trabalho do assistente social estão vinculados ao processo de formação profissional, em que a pesquisa e o estímulo à investigação devem estar presentes no cotidiano acadêmico. No entanto, observa-se que, na contemporaneidade, com as exigências de “enxugamento” da matriz curricular e aceleração da formação, as práticas de pesquisa e extensão universitárias são secundarizadas, priorizando-se as atividades de ensino.

profissional, e não como atividades ‘complementares’. [...] Isso porque o conhecimento da realidade social sobre a qual irá incidir a ação transformadora do trabalho, segundo propósitos preestabelecidos, é pressuposto daquela ação, no sentido de tornar possível guiá-la na consecução das metas definidas.

O trabalho na assistência estudantil pressupõe a realização de ações que visam possibilitar a igualdade de oportunidades aos estudantes, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir sobre as situações de evasão e retenção provocadas pela insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010). Tais ações, segundo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)<sup>2</sup>, estão relacionadas à viabilização de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Para tanto, faz-se necessário o envolvimento de profissionais de diversas categorias – assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas, médicos, enfermeiros, educadores físicos, odontólogos, etc. –, tanto para dar conta das especificidades de cada ação como para possibilitar a constituição de um trabalho interdisciplinar, objetivando o atendimento das necessidades dos discentes na sua integralidade.

No âmbito do Serviço Social, a maior demanda que se apresenta no dia a dia de trabalho na assistência estudantil refere-se aos auxílios financeiros. A busca dos discentes por condições de permanência na instituição educacional é recorrente, entretanto os recursos financeiros disponíveis são insuficientes para atender às solicitações

---

2 O Programa Nacional de Assistência Estudantil, implementado no ano de 2010 por meio do Decreto nº 7.234, atua no âmbito das instituições federais de ensino superior (universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia), isto é, não existe no país ainda uma política de assistência estudantil que abranja todos os níveis educacionais e que envolva todas as esferas de governo.

de auxílios pecuniários destinados principalmente ao suprimento de despesas com moradia, transporte e alimentação. Dessa forma, o assistente social – às vezes, sozinho; às vezes, trabalhando com outros colegas da categoria – fica imbuído da tarefa de realizar seleções de estudantes para a concessão de auxílios financeiros.

Nesse processo, o assistente social deve observar as legislações pertinentes à elaboração da intervenção profissional na Educação – leis, decretos, estatutos, regulamentos, resoluções, notas técnicas, orientações normativas – como instrumentos que norteiam as ações. Ademais, é preciso que o profissional tenha no seu campo de visão especialmente a lei de regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional do Assistente Social, a fim de que não se afaste dos princípios que regem a profissão e do projeto ético-político profissional, de viabilização dos direitos sociais, de aproximação com as demandas e interesses da classe trabalhadora e de contribuição para a construção de uma outra sociabilidade.

Dessa maneira, na realização dos processos seletivos para a concessão de auxílios pecuniários, os assistentes sociais elaboram editais que contêm as informações acerca do tipo de oferta de auxílio, dos requisitos para solicitação, dos critérios de avaliação e do cronograma de atividades/etapas da seleção, tudo isso observando a clareza das informações e visando à *publicização* do processo, de modo a viabilizar o acesso dos estudantes. Além disso, os assistentes sociais realizam a análise documental, geralmente feita sobre formulários socioeconômicos e documentos pessoais, que fornecem uma caracterização geral da realidade socioeconômica e familiar dos discentes. A análise cuidadosa das informações é essencial para fundamentar a emissão do parecer social concernente à situação posta.

Assim, nesse exercício, a realização de estudos socioeconômicos permite à atuação profissional transpor a superficialidade e interpretar, em profundidade, as condições de vida dos sujeitos demandantes da assistência estudantil. Como observa Miotto (2009, p. 488):

[...] os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios.

Na realização de estudos socioeconômicos, os assistentes sociais podem se utilizar das técnicas da entrevista e da visita domiciliar, a fim de que possam ter uma maior aproximação com a realidade que envolve os estudantes. Dessa forma, na entrevista, os profissionais podem acessar as informações não descritas nos formulários e documentos, bem como podem captar impressões nos discursos dos sujeitos, os quais podem esconder outras demandas para além daquela apresentada no espaço institucional. Portanto, é imprescindível que na abordagem individual sejam exercitadas a acolhida e a escuta qualificada, propiciando um ambiente confortável e confiável para o usuário expor suas necessidades. É nesse momento que há a possibilidade de identificar outras demandas urgentes e realizar os encaminhamentos necessários.

A visita domiciliar, pode-se dizer, é o momento máximo de aproximação dos assistentes sociais com o contexto social e familiar em que se inserem os estudantes. A partir desse contato mais aproximado, pode-se apreender, de perto, a dinâmica familiar, as reais condições de habitação e sobrevivência, as dificuldades de acesso aos serviços sociais, ou seja, todas as vulnerabilidades que incidem na vida dos discentes. Logo, a visita domiciliar se traduz na possibilidade concreta de reconhecimento das determinações e expressões da questão social, as quais gestam um processo severo de degradação da vida daqueles sujeitos. Como pontua Miotto (2009, p. 492), “[...] as visitas domiciliares [...] acontecem na residência dos sujeitos envolvidos da situação e visam conhecer as condições de vida (residência, bairro) e os aspectos do cotidiano das relações desses sujeitos que geralmente escapam às entrevistas de gabinete”.

Observa-se, então, que a atividade de seleção para concessão de auxílios financeiros aos estudantes, além de representar a maior demanda pelo trabalho dos assistentes sociais na área da Educação, configura-se também como um trabalho complexo, que exige esforço físico e intelectual, articulando conhecimento e prática na consecução do objetivo de viabilizar o acesso dos indivíduos à Educação.

Faz-se necessário explicitar, entretanto, que a intervenção profissional nas instituições de ensino não se resume ao processo acima mencionado. Outras ações, de cunho coletivo, também são desenvolvidas pelos assistentes sociais em articulação com profissionais de outras categorias. Nesse sentido, o Serviço Social se envolve em ações interdisciplinares, realizando campanhas socioeducativas, rodas de conversas temáticas, palestras informativas e debates acerca de temas pertinentes e complementares à formação profissional dos estudantes. São ações que “[...] visam provocar uma reflexão a respeito da realidade que envolve os discentes, instigando o desenvolvimento da criticidade e da capacidade de análise dos fatos que ocorrem na sociedade” (COSTA, 2017, p. 150).

Assim, percebe-se que o trabalho do assistente social na esfera da Educação é complexo e necessário, visto que as diferentes faces da questão social vivenciadas pelos discentes se expressam no cotidiano institucional, muitas vezes de forma imperceptível, mas com forte agressividade, podendo comprometer a vida acadêmica daqueles sujeitos. Dessa maneira, são postas para o Serviço Social, pelo menos, duas importantes demandas: a primeira, organizar estratégias de enfrentamento das sequelas da questão social reproduzidas pelos estudantes no contexto da instituição, de modo a viabilizar a efetivação do direito à Educação. Em segundo plano, cabe ao Serviço Social – e não somente a ele – contribuir com o processo de formação política dos educandos, com vistas a despertá-los para as questões presentes na realidade social, exercitando a crítica e a potencialidade de transformação social.

## Desafios concernentes à atuação profissional no espaço sócio-ocupacional da Educação

Inseridas no contexto da sociabilidade capitalista, a Política de Educação e a Intervenção Profissional do Serviço Social são atingidas pelas transformações ocorridas nesse sistema de acumulação na contemporaneidade. Percebe-se, assim, que a incessante busca por superlucros impõe mudanças na economia e na política em nível mundial, de modo a manter o poder da elite dominante sobre as classes subalternas, aprofundando as contradições sociais e aumentando, cada vez mais, o distanciamento entre ricos e pobres. Tal fato incide sobre o processo de precarização da vida de grande parcela da população, exposta a situações degradantes provocadas pelo acirramento da questão social. Conforme observa Iamamoto (2009, p. 31, grifo da autora):

Nesse contexto, a ‘questão social’ é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a *banalização do humano*, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e não naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital.

Assim sendo, as expressões da questão social, acirradas pelo incessante processo de degradação da vida como um todo, são também reproduzidas no universo da instituição de ensino e incidem principalmente sobre a permanência e sobre o rendimento acadêmico dos discentes. Eis então um dos principais desafios postos à atuação profissional do assistente social na área da Educação, isto é, interpretar essa realidade e elaborar estratégias de intervenção minimizadoras das sequelas da questão social que prejudicam a vida acadêmica dos educandos. Mais do que isso, são possibilidades de se construir meios que contribuam para a efetivação da Educação como um direito.

O desafio se torna ainda maior quando se observa que, na conjuntura brasileira contemporânea, os investimentos destinados às políticas sociais, dentre elas a de Educação, estão sendo reduzidos, conforme a proposta neoliberal. Percebe-se que os projetos elaborados para a área da Educação voltam-se para a realização de reformas que precarizam o serviço, tanto no que se refere ao financiamento quanto no que se refere ao conteúdo curricular dos níveis e modalidades de ensino. Essa realidade, porém, não é exclusiva do campo da Educação, pois, no contexto brasileiro, observa-se que os recursos voltados para as diferentes políticas sociais estão cada vez mais poucos, inviabilizando a oferta dos serviços para a população mais afetada pelas sequelas da questão social, num processo contínuo de descaracterização dos direitos. Como pontua Behring (2008, p. 161):

[...] as conseqüências [*sic*] do ajuste neoliberal para a política social, por sua vez, são enormes, não só porque o aumento do desemprego leva ao empobrecimento e ao aumento generalizado da demanda por serviços sociais públicos, mas porque se cortam gastos, flexibilizam-se direitos e se propõe, implícita ou explicitamente, a privatização de serviços, promovendo uma verdadeira antinomia entre política econômica e política social [...].

Nesse contexto, as possibilidades de estruturar um tipo de intervenção que preze a qualidade se tornam mais restritas. É necessário que haja meios de realização do trabalho do assistente social nas instituições de ensino, ou seja, é imprescindível que os profissionais tenham à disposição as condições objetivas – se não as ideais, pelo menos as mínimas – para a materialização da sua prática.

Não obstante a isso, uma outra questão apontada refere-se à “correlação de forças” existente na instituição, em que o desafio posto aos assistentes sociais é o de interpretá-la como um ambiente contraditório, em que se verifica o confronto entre os interesses institucionais, os interesses dos profissionais e os interesses dos usuários, assim:

[...] o espaço institucional/cotidiano profissional, na sua complexidade, coloca em confronto diferentes objetivos. Dependendo da qualidade da sistematização do material, é possível confrontar os objetivos institucionais, os objetivos profissionais e os objetivos dos trabalhadores/usuários presentes nas necessidades e demandas manifestadas, que, apreendidos nas suas contradições, conexões e relações necessárias, enriquece e potencializa a análise. (VASCONCELOS, 2015, p. 508).

Nessa dinâmica, cabe ao assistente social realizar uma leitura das manifestações ali presentes, de modo a vislumbrar estratégias de ação convergentes com os interesses das classes subalternas, aproximando-se dos objetivos do projeto ético-político da profissão.

As questões até então pontuadas expressam alguns desafios presentes no cotidiano profissional dos assistentes sociais na Educação – e também em outras áreas de atuação –, porém outros podem ser indicados, como o orçamento reduzido, a burocratização excessiva, a desvalorização do profissional, a hierarquização exacerbada, etc. Isto é, são fatores limitantes do trabalho que podem gerar um processo de desgaste nos profissionais e consequente desqualificação da prática, podendo transformar um trabalho crítico e criativo em ações corriqueiras e repetitivas, presas à superficialidade.

### **Considerações finais**

A intervenção do Serviço Social na Educação apresenta particularidades, remetendo à compreensão de aspectos do desenvolvimento da Educação no Brasil, como aqueles referentes à sua história e sua constituição como uma política transpassada por interesses diferenciados. Assim, nos diferentes contextos de implementação de políticas na área educacional, tais interesses resultam numa variedade de sequelas que impactam diretamente sobre os usuários das políticas e serviços sociais, colocando demandas aos executores de tais políticas em termos de métodos e técnicas que propiciem uma

melhor aproximação da realidade sobre a qual intervirão. No caso dos assistentes sociais, mais especialmente daqueles que atuam nas políticas educacionais voltadas para o ensino superior, as sequelas da questão social traduzem-se em demandas gestadas a partir das problemáticas de classes, de raça/etnia, de gênero, de diversidade sexual e de outras múltiplas formas de ser da universidade na atualidade.

Considerando-se, dentre outras, as dimensões do processo de expansão do ensino superior, por meio dos planos de reestruturação das universidades federais e da criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia em todo o país, bem como da interiorização e da internacionalização do ensino superior, esta última vivenciada nos projetos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), observa-se que as refrações da questão social chegam até os assistentes sociais em forma de clivagens nacionais, internacionais e interculturais, de diversidade de raça/etnia, de gênero e de classe e nas problemáticas intergeracionais.

Nesse contexto, os profissionais de Serviço Social tendem a mobilizar um conjunto de competências não apenas para a realização de atendimentos variados, estudos socioeconômicos, monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais, acompanhamento social e acadêmico dos estudantes, mas que permitam exercitar crescentemente a criatividade e a crítica no seu cotidiano de trabalho.

Como forma de superação da prática cotidiana alienada e repetitiva, bem como para a compreensão do atual contexto de focalização das políticas sociais com exacerbado controle fiscal restritivo do potencial de atendimento das políticas e programas sociais, os assistentes sociais devem pôr a si mesmos o desafio de transformar em objeto de estudo sistemático as refrações da questão social no âmbito da instituição. Ou seja, os requerimentos institucionais postos ao Serviço Social e à sua prática profissional devem ser analisados criticamente.

Por outro lado, a mobilização de forças políticas e o diálogo com os diferentes atores institucionais, em especial, os da comunidade estudantil, fazem-se necessários para a socialização de informações com vistas ao desvelamento das visões distorcidas sobre a atuação dos profissionais e o papel das políticas sociais.

Há que se considerar também que o ambiente institucional no qual se move o Serviço Social é permeado tanto por uma correlação de forças contraditórias (classe, raça/etnia, gênero, diversidade sexual) quanto por um conjunto de expectativas díspares acerca do papel dos profissionais. Tais expectativas resultam em forte pressão social, podendo impactar diretamente sobre as condições do exercício profissional e consequentemente sobre a saúde dos assistentes sociais.

Os desafios elencados remetem, portanto, à concepção da instrumentalidade do Serviço Social para além do conjunto de instrumentos de trabalho e apontam para eles situando-os no interior das especificidades sócio-históricas atuais, bem como para a construção da práxis profissional.

## Referências

- BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010.
- COSTA, R. M. P. *O Serviço Social no contexto da Educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS – Conselho Federal de Serviço Social/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

Social (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/Abepss, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 10. ed. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1995.

MACIEL, M. S. C. M.; MACÁRIO, E. Práxis, mediação e instrumentalidade: reflexões sobre a prática dos assistentes sociais da Unilab-CE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., 2013, Águas de Lindoia. *Anais...* Águas de Lindoia: CBAS, 2013.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS – Conselho Federal de Serviço Social/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/Abepss, 2009. p. 481-496.

VASCONCELOS, A. M. *A/O assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

# Perspectivas e desafios da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Previdência

*Joana Idayanne Silveira Moreira  
Irene Jucá Paiva Aguiar*

## **Introdução**

O contexto atual de crise do capital apresenta profundos desdobramentos no conjunto da sociedade. No caso brasileiro, questiona-se: a crise econômica determinou a crise política? Ou a crise política deu origem à crise econômica? As perguntas são complexas, mas se tornaram para nós um convite à reflexão sobre o momento político e econômico do país e seus impactos no gerenciamento das políticas sociais, com destaque para a Previdência Social, um dos principais alvos da austeridade governamental, e, conseqüentemente, para a instrumentalidade do Serviço Social previdenciário.

Estamos em meio a um processo de profunda fragilização da proteção social brasileira, mais especificamente da seguridade social, haja vista as contrarreformas do Estado com uma perspectiva de restrições de direitos para milhões de trabalhadores e trabalhadoras, bem como para milhões de brasileiros que sequer ingressaram no mercado de trabalho.

A crise econômica do capital e a crise política da recente democracia brasileira estendem-se ao âmbito societário e institucional, refletindo-se no Serviço Social no âmbito da formação, perfil profissional, competências e inserção nos espaços sócio-ocupacionais, bem como nos limites e possibilidades de sua instrumentalidade. Isso ocorre porque o Serviço Social, mesmo dispondo do estatuto de profissão liberal, historicamente esteve inserido na execução das políticas sociais, ampliando ou reduzindo sua relativa autonomia a

depende das disputas entre o projeto societário gerenciado pelo governo e o projeto social defendido pela profissão.

Tratando especificamente do Serviço Social na Previdência, recentemente houve a reestruturação do quadro de assistentes sociais com a realização dos concursos públicos em 2009 e 2015, que juntos ofertaram mais de 1.000 vagas para a categoria. Todavia, a despeito de uma reestruturação do quadro de profissionais na Previdência Social, ocorreu um conjunto de fatores que resignificou os processos de trabalho dos assistentes sociais nesse espaço e contribuiu para uma alteração na identidade profissional, resultando em uma maior vinculação das atividades dos profissionais aos benefícios assistenciais e, por conseguinte, em um distanciamento dos benefícios previdenciários.

Assim, pensar a realidade do trabalho do Serviço Social na Previdência, na atual conjuntura brasileira, remeteu-nos ao que Marx (2011, p. 25) referiu n’*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, ao complementar o pensamento de Hegel: “[...] a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. A frase não poderia ser mais atual. Em 1998, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Serviço Social foi duramente perseguido, chegando até mesmo a ser deslocado da estrutura do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), perdendo o *status* de serviço previdenciário e passando a ser considerado como atividade auxiliar à Previdência.

Naquele momento, a organização política da categoria conseguiu reverter essa mudança a partir de uma estreita articulação com os movimentos organizados da sociedade. Atualmente, com outros atores, mas em um contexto semelhante, retorna, com força, o interesse pela reforma da Previdência; e, em âmbito institucional, o Serviço Social e a reabilitação profissional passam por processos de

desmonte e submissão à lógica do ato médico<sup>1</sup>. Esse processo de desmonte e submissão dos serviços previdenciários tem sido materializado através de atos infraconstitucionais<sup>2</sup> e tem representado a perda de autonomia técnica, a desvalorização das equipes multiprofissionais e o retorno de uma visão conservadora na concepção de saúde e incapacidade.

Em mais um contexto de crise e – por que não dizer? – de barbárie, os direitos já positivados nas diversas legislações brasileiras estão ameaçados. Vivemos em um momento de desarticulação das forças de esquerda e de fortalecimento do conservadorismo que ocorre não só no cenário nacional, mas internacional (*vide* eleições na Europa, como na França, Itália e Suíça, e na América Latina, como no Chile e na Argentina).

Em 2016, o Congresso Nacional destituiu do cargo a presidente Dilma Rousseff, eleita de maneira direta com mais de 54 milhões de votos nas eleições de 2014 para o seu segundo mandato. O processo de *impeachment* foi conduzido por parlamentares, boa parte deles envolvida em denúncias de corrupção em investigação do Ministério Público Federal, e representou a decadência da democracia e o total descrédito às instituições executivas, legislativas e judiciárias, que demonstraram alinhamento com o comportamento corruptível do governo.

---

1 Projeto Ato Médico regulamenta a atividade médica, definindo as atividades privativas da categoria: o diagnóstico médico e a prescrição de tratamentos. O Projeto tramitou por cerca de 11 anos (Projeto de Lei do Senado nº 268/2002 e Projeto de Lei nº 7.703/2006), sendo sancionado com nove vetos pela presidente Dilma Rousseff, principalmente uma das reivindicações da categoria pertinente à previsão da exclusividade ao médico da formulação do diagnóstico de doenças.

2 Para citar alguns exemplos: exoneração das representantes técnicas regionais do Serviço Social e da Reabilitação Profissional, passando essa atribuição a médicos peritos (Portaria nº 22/Dirsat/INSS, de 29 de setembro de 2016); alteração nas atribuições dos profissionais da Reabilitação Profissional através de Despacho Decisório nº 34 e nº 45/Dirsat/INSS; contingenciamento e burocratização dos recursos para financiamento das atividades dos serviços previdenciários (Portaria nº 7/Dirsat/INSS, de 23 de junho de 2017).

Com a chegada ao poder, Michel Temer, então presidente interino, colocou em prática sua agenda de austeridade anunciada logo no momento de sua posse. Tal agenda, denominada de “Ponte para o futuro”, previa uma reestruturação da economia, com restrição fiscal, redimensionamento dos gastos públicos e redirecionamento do fundo público para o capital financeiro internacional. Em meio às mudanças para a reestruturação da administração pública, extinguiu-se o Ministério da Previdência Social<sup>3</sup> e distribuíram-se seus órgãos: o Conselho de Recursos da Previdência Social, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e o Conselho Nacional de Previdência Social foram deslocados para o Ministério da Fazenda; e o INSS, executor da política previdenciária, passou a compor o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

A direção das medidas vai ao encontro do lucro e do sucateamento da Previdência Social pública. Segue em favor da abertura do mercado para a disseminação da Previdência privada. Em face desses interesses, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o Conselho Nacional de Previdência Complementar e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar também foram postos sob a responsabilidade do Ministério da Fazenda.

A instabilidade institucional gerada pelas mudanças só não foi maior do que o cenário desenhado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/55, posteriormente transformada na Emenda Constitucional (EC) nº 95. Essa rasura na Constituição

---

3 A Medida Provisória nº 726/2016 extinguiu os ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e da Cultura (este último posteriormente recriado pela Medida Provisória nº 728/2016). Também foi extinto o Ministério das Comunicações, com a incorporação de suas atribuições ao novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. A Secretaria de Política para as Mulheres foi restituída ao Ministério da Justiça, que agora também inclui os temas relacionados à igualdade racial e aos direitos humanos. A pasta passa a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania.

Federal prevê o congelamento dos gastos públicos por 20 anos<sup>4</sup>, situação inédita na história da humanidade. Mesmo sendo duramente criticada nas ruas, nas manifestações dos movimentos sociais e sindicais, nos espaços de discussão política e nas redes sociais, foi aprovada com facilidade nas duas casas legislativas.

Afora a EC nº 95, o Governo Temer anunciou as propostas de Reforma Trabalhista (PL nº 6.787/2016) e Previdenciária (PEC nº 287), ambas regressivas na concepção de direitos e garantias para os trabalhadores. Setores à esquerda, movimentos sindicais, entidades e movimentos sociais mais uma vez manifestaram seus protestos nas ruas dos estados brasileiros e Distrito Federal. Ainda que com ampla mobilização popular, a alteração das propostas foi pífia e manteve a linha de austeridade e o espírito liberal do Estado mínimo para os direitos sociais.

Simultaneamente à *publicização* da proposta do Governo para a Reforma da Previdência Social e Trabalhista, a “velha mídia”, em claro sinal de sintonia com o Governo, alardeou aos quatro cantos o discurso do déficit da Previdência Social e da possibilidade de ampliação das vagas de emprego com uma possível flexibilização das leis trabalhistas. Para tanto, utilizou-se de velhas práticas para o convencimento da sociedade – a transmissão de informações falaciosas, vasta comunicação visual terrorista e frases de impacto.

Assim, nesse panorama de insegurança política, jurídica e institucional brevemente esboçado, iremos analisar a instrumentalidade do Serviço Social do INSS, ou seja, os determinantes conjunturais e estruturais que incidem diretamente no projeto político-profissional e se efetiva cotidianamente nas competências e atribuições profissionais, definindo e redefinindo sua intervenção, assim como os instrumentos e técnicas para o alcance de seus objetivos/finalidades.

---

4 A EC nº 95 estabelece novo regime fiscal para o Estado, no qual os gastos primários não podem crescer acima da inflação do ano anterior. A EC institucionaliza um ajuste fiscal permanente, desconsiderando todas as possíveis mudanças na sociedade ao longo de 20 anos.

## **O Serviço Social na política de Previdência Social: resgate histórico contemporâneo**

O Serviço Social do INSS é definido através do artigo 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Segundo esse artigo, compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos e os meios de exercê-los, corroborando o processo de solução de problemas que emergirem de sua relação com a Previdência Social intra e extrainstitucional, isto é, no âmbito interno da instituição e na dinâmica da sociedade.

Para a execução da competência prevista nesse artigo, os assistentes sociais previdenciários, desde a década de 1990, vêm somando esforços no sentido de garantir matrizes de atuação que sintonizem o projeto societário defendido pela profissão e registrado no Código de Ética da categoria, a teoria social crítica que ilumina a racionalidade profissional e as demandas emergentes no cotidiano de trabalho e na dinâmica da sociedade capitalista. Para tanto, viram a necessidade de se apropriar de três dimensões fundamentais e necessárias à atuação do assistente social, quais sejam: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

As dimensões tornaram-se, ao longo dos anos, elementos fundamentais para evitar-se a fragmentação e despolitização reverberada pela dicotomia: “Na prática, a teoria é outra”; ou, de forma mais depreciativa: “Qualquer um pode fazer o que faz o assistente social”. As dimensões tornaram-se mecanismos de superação da imediatividade da prática profissional própria da razão instrumental<sup>5</sup> e garantiram ao assistente social o estatuto necessário para intervir no campo contraditório das refrações da questão social sem perder a clareza de qual é a direção social de sua prática.

---

5 A razão instrumental é trabalhada por Guerra (2014) como aquela voltada para atender às demandas imediatas, paliativas, pontuais, surgidas no cotidiano do assistente social. Ampara-se, por vezes, na consciência comum do objeto em análise, reproduzindo rotinas e experiências imediatas.

A dimensão ético-política implica assumir valores ético-morais que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução nº 273/1993). A dimensão teórico-metodológica requer conhecer a realidade para além dos fenômenos aparentes, através de leitura pautada nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais com os quais trabalha, buscando a construção de estratégias que superem o senso comum. A dimensão técnico-operativa refere-se às habilidades em desenvolver um conjunto de instrumentos e técnicas que permite o desenvolvimento de ações para o alcance de resultados/objetivos junto às instituições contratantes e aos usuários.

No âmbito da Previdência Social, articular essas três dimensões representou romper com um passado fortemente arraigado na cultura confessional da igreja católica e no positivismo. Significou uma tentativa de superação do burocratismo exacerbado que obstaculiza o acesso aos direitos e dá evidências ao senso comum, buscando capturar os fenômenos em sua totalidade e dinamicidade.

Nesse sentido, em 1994 foi publicada a Matriz Teórica e Metodológica do Serviço Social na Previdência (MTMSS). Esse documento refletiu o projeto hegemônico da categoria em prol de práticas sociais emancipadoras, com respeito à diversidade e ao fortalecimento da democracia. Representou um marco na história da profissão na Previdência, à medida que apresentou uma instrumentalidade metodológica apoiada no método crítico-dialético<sup>6</sup>. Tal instrumentalidade pretendia definir uma direção política da ação profissional, fundamentada pelos princípios democráticos que buscavam recuperar o exercício da cidadania e uma concepção de Previdência Social como direito dos trabalhadores.

A Matriz, ao tentar construir uma metodologia interventiva, capaz de dar respostas às demandas sociais, considerando a

---

6 Método desenvolvido por Marx que apresenta a perspectiva de apreender a realidade com vistas à sua transformação. Abre margem para a análise dos elementos contraditórios que compõem a realidade, estabelecendo a relação entre os fenômenos sem esquecer que fazem parte de uma totalidade (PAULO NETTO, 2011).

particularidade de cada caso sem perder de vista a totalidade que o contorna e define, permitiu a redefinição da instrumentalidade do Serviço Social na Previdência Social, que passou de ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Exigiu a reorganização da intervenção profissional à luz do método marxista, isto é, transpondo o plano da aparência e descobrindo a essência dos fenômenos, considerando as categorias mediação, historicidade, totalidade e contraditório, bem como rompendo com a perspectiva de neutralidade ao definir que a direção social do trabalho do assistente social irá depender do projeto societário que o profissional defende e de sua sintonia com o projeto ético-político da categoria.

[...] o Serviço Social delinea sua ação através de um novo plano. Este se assenta no conhecimento do real em suas múltiplas determinações. Isto significa que é preciso conhecer mais profundamente a Previdência Social, sua história, analisando a sua política em articulação com a política global do governo e as propostas dos movimentos sociais, expressas em suas reivindicações de proteção previdenciária, conhecendo e analisando as características de cada região, articulando a sua atividade econômica, a organização dos trabalhadores refletidas nas áreas de abrangência de cada Posto e no posicionamento dos profissionais em face de cada realidade. (BRASIL, 1994, p. 6).

A partir dessa nova perspectiva de instrumentalidade, um novo olhar sobre o fazer profissional do assistente social na Previdência foi conformado e registrado nos seguintes objetivos: implementar a política social previdenciária sob a ótica do direito social e da cidadania, contribuindo para viabilizar o acesso aos benefícios e serviços previdenciários e garantir as demandas e reivindicações da população; e ainda contribuir para a formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho no âmbito da Previdência pública em articulação com os movimentos organizados da sociedade.

Para a materialização desses objetivos, a MTMSS elegeu três principais ações profissionais: a socialização das informações previdenciárias – é o momento em que o assistente social constrói, juntamente com o usuário, estratégias para facilitar o acesso ao direito; as ações de fortalecimento do coletivo – refere-se ao fortalecimento da consciência do coletivo no que diz respeito aos direitos sociais. Requer uma atuação sistemática com valorização dos momentos de discussão e apreensão da realidade; a assessoria/consultoria – trata-se de um trabalho técnico, sistemático, que visa instrumentalizar os movimentos sociais e equipes de profissionais na matéria previdenciária e assistencial.

As três ações do Serviço Social – bem como os instrumentos e técnicas que lhe dão materialidade – foram atualizadas às novas exigências institucionais e societárias demandadas à profissão, com a publicação do *Manual Técnico do Serviço Social* em 2012, documento que redefine a metodologia do exercício profissional na esfera previdenciária.

### **A instrumentalidade do Serviço Social da Previdência Social: um campo em transformação**

A instrumentalidade do Serviço Social é concebida como a capacidade profissional de, a partir de condições historicamente postas, conseguir alcançar objetivos previamente estabelecidos. Denota um potencial criativo iluminado por uma matriz ética, técnica e política e orientado por uma teoria que dá um direcionamento social à profissão. Nesses termos, podemos perceber o caráter teleológico, histórico, crítico e dialético que se dá à instrumentalidade profissional.

Partindo dessa premissa, os instrumentos (estratégias para realizar a ação) e técnicas (habilidades no uso do instrumento) profissionais, como elementos que compõem e estão subsumidos à instrumentalidade, adquirem suas mesmas características. Tornam-se meios para o alcance de finalidades previamente definidas, sendo,

portanto, adaptáveis às condições de trabalho historicamente postas e às demandas que chegam à profissão. Os instrumentos e técnicas são ainda elementos fulcrais para o desenvolvimento da profissão, à medida que, quando facilitam o emergir de respostas para determinadas demandas, colaboram na capacidade profissional de responder a outras demandas ainda mais complexas.

Ao longo dos anos, o Serviço Social na Previdência fez uso de vários instrumentos e técnicas para o alcance de seus objetivos. A metodologia de trabalho foi amplamente discutida após 1994 e caracterizou o momento histórico e a maturação profissional de cada época. Sem querer esgotar o rol de instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais na esfera previdenciária, uma vez que estes foram múltiplos e peculiares, relacionaremos adiante alguns dos mais utilizados e respaldados normativamente pela categoria e instituição, respectivamente.

### **A linguagem**

A linguagem é o recurso básico de trabalho do assistente social. Através da linguagem, estabelecemos a comunicação e expressamos parte de nossa cultura. Segundo Sousa (2008), a linguagem possibilita a construção da identidade de um determinado grupo social, assim como define muito da identidade profissional. Nesses termos, o assistente social consegue expressar quem ele é, o que ele pensa a partir de suas formas de comunicação e interação que estabelece com os sujeitos. Por ser um profissional de nível acadêmico superior, é de se esperar que atenda às normas cultas da língua portuguesa, tanto na fala como na escrita, mantendo uma coerência na forma de pensar e expressar o pensamento.

### **A observação participante**

A observação participante compreende um processo no qual o observador estará face a face com os observados, diante de vários aspectos de sua vida, no intuito de realizar uma investigação social

(MINAYO, 2010). No INSS, essa técnica está diretamente relacionada a todo o processo de trabalho do assistente social, uma vez que o atendimento ao público com vias a acessar os benefícios assistenciais e previdenciários requer do profissional percepção e sensibilidade aguçadas sobre aspectos pessoais, sociais, ambientais, laborais e atitudinais da vida do usuário, de modo a construir um estudo social capaz de viabilizar direitos.

### **A entrevista individual e grupal**

A entrevista individual e grupal é uma técnica utilizada nos diversos atendimentos e linhas de ação dos assistentes sociais do INSS. Trata-se de um diálogo estabelecido entre o assistente social e o usuário (individual) ou grupo de usuários (grupal) com um objetivo previamente definido. O entrevistador (assistente social) conduz o diálogo com o entrevistado (usuário), mediando os interesses da instituição e do sujeito atendido. É importante sinalizar que na entrevista estabelece-se uma relação de poder em que o assistente social aparece em uma posição hierarquicamente superior; portanto, para que não haja um total desequilíbrio da ação, faz-se necessário que o profissional coloque em prática os princípios previstos no Código de Ética Profissional (CEP/1993), principalmente no que se refere à democracia, ao pluralismo e ao respeito à diversidade como valores éticos fundamentais. Ressaltamos que não há neutralidade no momento da entrevista e que a capacidade de ouvir (não necessariamente de concordar) o que está sendo dito pelo usuário é uma forma básica de garantia do respeito e um ponto para a captura da realidade que ele está trazendo. Atualmente a entrevista individual tem sido amplamente utilizada no processo de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) com vias ao preenchimento do instrumental de avaliação social.

## **A avaliação social**

A avaliação social é um questionário criado em 2009 com o objetivo de compor, juntamente com a avaliação médica, o instrumento de avaliação da incapacidade da pessoa com deficiência requerente do BPC. Foi fruto da organização política do movimento das pessoas com deficiência que consideravam injusta uma avaliação da incapacidade limitada às funções e estruturas do corpo e omissa em relação às possíveis barreiras existentes nas condições pessoais, sociais e ambientais em que os indivíduos vivem, as quais causam impacto em sua funcionalidade e incapacidade.

Assim, a avaliação social é um questionário subdividido em duas partes: a) Fatores Ambientais; b) Atividade e Participação Social. Os Fatores Ambientais trazem diferentes domínios que qualificam o ambiente físico, social, familiar e atitudinal no qual as pessoas vivem e conduzem suas vidas. A Atividade e Participação Social intenta qualificar a capacidade/desempenho do indivíduo em executar uma tarefa ou se envolver em uma situação da vida real. Devido à demanda expressa pelo BPC nas agências da Previdência Social, o preenchimento do instrumental de avaliação social durante a entrevista individual é a ação mais recorrente no trabalho do assistente social do INSS, representando, em alguns casos, 90% do atendimento dos assistentes sociais lotados em agências da Previdência Social (MOREIRA, 2016).

## **A avaliação social da Lei Complementar nº 142/2013**

Na mesma lógica da avaliação social, há a avaliação funcional da pessoa com deficiência, prevista na Lei Complementar nº 142/2013. Esse instrumento também foi uma vitória do movimento da pessoa com deficiência, o qual busca propiciar uma avaliação mais justa e compatível com as limitações decorrentes das doenças/deficiências que acometem as pessoas e interferem em seu desempenho laboral e social quando consideradas as demais pessoas. Trata-se

de um instrumental preenchido pelo assistente social e pelo médico perito, com a finalidade de graduar a deficiência em leve, moderada ou grave e assim reduzir o tempo da aposentadoria por tempo de contribuição em dois, seis e dez anos, de acordo com a gradação da deficiência.

### **A visita domiciliar**

É um instrumento que tem como objetivo conhecer as condições sociais de existência de um usuário e sua família/comunidade. Esse processo de deslocamento do profissional até a residência do usuário representa um rompimento das barreiras institucionais e uma aproximação com a realidade do indivíduo atendido. Exige que o profissional esteja munido por princípios éticos, como o respeito à privacidade e ao sigilo, e despedido de juízos valorativos; requer uma valorização da subjetividade e individualidade de cada pessoa visitada, mas sem desconsiderar a totalidade circundante, e contribui para as condições objetivas vividas.

Na Previdência Social, essa prática tem sido recorrente entre três tipos de categorias profissionais: assistentes sociais, profissionais da reabilitação profissional e pesquisadores administrativos, logo não se trata de uma atribuição privativa do assistente social. O que diferencia a visita domiciliar do assistente social daquela realizada pelos demais profissionais, portanto, é a capacidade que esse profissional tem de perceber a realidade imediatamente posta (singularidade) como elemento de uma totalidade dinâmica, construída e reconstruída no movimento da realidade e condicionada a fatores estruturais e conjunturais. A visita domiciliar empreendida pelo assistente social deve partir de uma aproximação pretérita com o caso em estudo e romper com uma postura autoritária, controladora e fiscalizadora que possa interferir na coleta de dados e ferir a autonomia do usuário.

## **A visita institucional**

Com os mesmos requisitos da visita domiciliar, a visita institucional se dá quando o profissional visita instituições de diversas naturezas para se aproximar da realidade do usuário, suas condições objetivas de vida, saúde e acesso aos bens e políticas públicas/privadas em geral. Além das visitas direcionadas à realização do estudo para avaliação da incapacidade dos requerentes do BPC e segurados da Previdência, os assistentes sociais do INSS realizam as visitas institucionais de forma recorrente, para realizarem o mapeamento dos recursos sociais de determinadas localidades e favorecerem a articulação entre diferentes profissionais, principalmente entre aqueles que compõem a rede socioassistencial e trabalham com as políticas públicas de seguridade, trabalho e educação.

## **O parecer social**

O parecer social está especificado no artigo 4º do Código de Ética Profissional (1991), sendo definido como atribuição privativa do assistente social. Trata-se da opinião técnica profissional, com base na observação e estudo de uma dada situação. O parecer social é emitido após a realização de detalhado estudo social sobre a situação atendida e deve apresentar, de forma sucinta, dados teóricos e técnicos (os elementos relevantes) para o alcance da finalidade pretendida e ainda ser conclusivo quanto à opinião técnica do assistente social. No momento da emissão do parecer, o assistente social traz à tona o conhecimento construído sobre cada caso estudado. Assim, o parecer reflete o posicionamento ético, técnico e político do profissional, bem como sua capacidade de compreender a singularidade da situação estudada à luz da universalidade dos fenômenos sociais, podendo, a partir daí, identificar alternativas visando à sua transformação (SOUSA, 2008).

No INSS, esse instrumento vem sendo um viabilizador do acesso aos direitos assistenciais e previdenciários desde a década de

1990, tornando-se estratégia para subsidiar/corroborar a concessão dos benefícios assistenciais e previdenciários. Segundo Moreira e Alvarenga (2007), os assistentes sociais previdenciários emitem o parecer principalmente em três situações: dependência econômica, união estável ou casos de intercorrências sociais. Além dessas, mais recentemente, com a publicação de uma Ação Civil Pública (ACP)<sup>7</sup> que revê a possibilidade de modificar a forma objetiva de cálculo da renda *per capita* do grupo familiar para acesso ao BPC, a demanda por parecer aumentou de forma significativa. Nesses casos, o assistente social irá concluir pelo comprometimento ou não da renda familiar *per capita* para a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa requerente do BPC.

Ressaltamos, todavia, que a instrumentalidade do Serviço Social na Previdência e os instrumentos e técnicas atualmente utilizados não estão imunes às mudanças conjunturais do gerenciamento das políticas sociais no atual momento de intensa influência neoliberal e espraiamento da corrupção, bem como não ficarão ilesos às mudanças estruturais do próprio INSS, que preveem um enxugamento do número de servidores, uma proposta de trabalho virtual e um fortalecimento do caráter de seguro da política de Previdência. Nesses termos, a previsão é a de que tempos difíceis se formam diante do Serviço Social previdenciário, impondo aos profissionais novos desafios que serão destrinchados nas teias cotidianas.

### **Considerações Finais**

Entendendo as limitações de um artigo e sem querermos esgotar a discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social no INSS, tentamos abordar os pontos fulcrais dessa capacidade que mune o profissional de possibilidades para caracterizar sua especificidade profissional na divisão social e técnica do trabalho.

---

<sup>7</sup> ACP nº 5044874-22.2013.4.04.7100 (BRASIL, 2016a).

Procuramos destacar que a instrumentalidade transpõe os instrumentos e técnicas utilizados pelos profissionais no percurso de suas práticas interventivas. Sendo reflexo da soma das dimensões que compõem a profissão – ética, técnica e política –, irá materializar a direção social que cada profissional deve seguir em seu cotidiano de trabalho.

Nesses termos, e considerando os interesses contraditórios que permeiam a política social – espaço privilegiado de intervenção da nossa profissão – ao mediar os interesses do capital e da classe trabalhadora, discutir instrumentalidade significa pensar na totalidade das relações sociais em que estamos imersos na sociedade capitalista em sua versão imperialista e, a partir dessa totalidade, captar as diversas expressões da questão social que se particularizam na vida dos indivíduos e chegam como demandas aos nossos espaços sócio-ocupacionais, exigindo-nos respostas – muitas vezes com caráter imediato. Ou seja, discutir instrumentalidade implica uma reflexão sobre a intervenção profissional na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam.

Na esfera previdenciária, a instrumentalidade se torna ainda mais complexa, exigindo dos profissionais maior rigor teórico-metodológico e um constante aprimoramento técnico-operativo e ético-político. Isso acontece porque estamos nos referindo a uma política social de caráter contributivo, diretamente dependente do mundo do trabalho, e alvo de constantes medidas de austeridade dos governos neoliberais. Uma política que sofre o impacto direto das crises econômicas e das medidas restritivas de direitos. Assim, ao assistente social é necessário desenvolver um potencial criativo que permita, a partir dos recursos disponíveis, criar metodologias de ação para alcançar os objetivos através da mediação entre os interesses dos usuários do INSS, que, por vezes, são distintos.

Dessa forma, considerando o atual momento político e econômico do país e o desmonte do Serviço Social na Previdência e da própria estrutura previdenciária pública, concluímos como urgente: pensar sobre a instrumentalidade do Serviço Social na Previdência dentro de uma racionalidade dialética; fazer uma análise crítica dos limites e possibilidades com a prudência necessária para evitar cair em uma postura fatalista ou messiânica da intervenção profissional; romper com as trincheiras institucionais e vislumbrar alternativas para além das rotinas e burocracias internas; articular posturas com parceiros que defendem o mesmo projeto societário; construir e materializar resistências nas ruas, nas lutas e nas pautas em defesa dos direitos sociais e do respeito à cidadania.

## Referências

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993a.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Justiça flexibiliza requisitos para concessão de benefício a pessoa com deficiência ou idoso em situação de miserabilidade. *Direitos do Cidadão*, Brasília, DF, Ministério Público Federal, 4ª Região, 11 fev. 2016a. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao4/sala-de-imprensa/noticias-r4/justica-flexibiliza-requisitos-para-concessao-de-beneficio-a-pessoa-com-deficiencia-ou-idoso-em-situacao-de-miserabilidade>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social–RGPS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993b.

BRASIL. *Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência*. Brasília, DF: MPAS, 1994.

BRASIL. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 maio 2016b.

BRASIL. Medida Provisória nº 728, de 23 de maio de 2016. Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, restabelece dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 maio 2016c.

BRASIL. Portaria nº 22/DIRSAT/INSS, de 29 de setembro de 2016. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 set. 2016d.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 38, de 2017—Reforma Trabalhista*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, Senado Federal, 14 jul. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6.787, de 23 de dezembro de 2016. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943—Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 2016e.

BRASIL. Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 15 dez. 2016f. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. *Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016*. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2016g.

BRASIL. Resolução nº 203, de 29 de maio de 2012. Aprova o Manual Técnico do Serviço Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 maio 2012.

GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, M. C.; ALVARENGA, R. F. *O parecer social: um instrumento de viabilização de direitos (relato de uma experiência)*. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, J. I. S. *Serviço Social e Previdência Social: análise do trabalho do assistente social do INSS no governo do Partido dos Trabalhadores – PT (2003 a 2016)*. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

PAULO NETTO, J. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, nº 1, p. 119-132, 2008.

# Perspectivas e desafios da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Assistência Social

*Maria Lenilúcia Pereira Gomes*

## **Introdução**

Para pensar as perspectivas e desafios da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Assistência Social, faz-se necessário inicialmente trazer ao debate a questão social na sua intrínseca relação com o capitalismo, tomando-a como ponto de partida para o entendimento do fazer profissional. Em seguida, propõe-se descrever sobre as políticas sociais no Brasil, com destaque na Assistência Social, para finalmente colocar em análise os aspectos relevantes da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Assistência Social. No decorrer da análise, também se colocarão elementos importantes quanto à intervenção do Estado através das políticas sociais.

A questão social está estreitamente relacionada ao sistema de produção capitalista e vem, ao longo dos anos, tomando dimensões gigantescas, expressa nas grandes desigualdades socioeconômicas. Pensá-la traz a necessidade de se pontuar o capitalismo, tendo em vista que adquire expressividade a partir da dinâmica e das múltiplas relações estabelecidas nesse sistema.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda de sua força

de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

A Revolução Industrial é um marco importante no processo de constituição da questão social, com repercussões na forma de vida dos indivíduos em sociedade. Nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo, desencadeia-se a reestruturação produtiva determinada pelos imperativos da reprodução ampliada do capital, de suas estratégias de acumulação e de lucratividade. Nesse contexto, os trabalhadores são obrigados a aceitar míseros salários e uma jornada de trabalho superior à sua capacidade física para garantir os custos de sua reprodução social. A miséria e a desigualdade se aprofundam, enquanto cresce continuamente a concentração de renda<sup>1</sup>. Disso decorrem relações conflituosas entre os trabalhadores, os capitalistas e o Estado. A partir dessas relações, “[...] os trabalhadores conseguem se impor como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos” (PEREIRA, 2001, p. 51).

O capitalismo é marcado por crises cíclicas. Assim, a partir dos anos 1930, como consequência das crises de superprodução que irromperam no século XIX, gesta-se o modelo fordista de produção, que tem como características, entre outras, o princípio da especialização, o processo fragmentado do trabalho, a produção e o consumo em massa, a padronização e o controle do tempo, constituindo-se em nova estratégia do capital<sup>2</sup>.

---

1 “A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia as relações de classe [...]. A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital” (IAMAMOTO, 1988, p. 66).

2 Segundo Sandroni (2002), o modelo fordista se constitui como um método de racionalização de produção criado por Henry Ford que apresenta três princípios de administração de empresa: 1) Princípio da intensificação: através do qual o tempo da produção é reduzido mediante o uso imediato dos equipamentos e matéria-prima, com uma imediata colocação no mercado; 2) Princípio da economicidade: implica que o empresário deve reduzir o estoque da matéria-prima em transformação, de forma que a matéria produzida já esteja sendo vendida no mercado antes da matéria-prima consumida, dos

Em conformidade com os interesses do capital e para enfrentar a questão social, o Estado passa a assumir novas características na sua forma de intervenção, tendo como importante referência teórica seu maior representante, Keynes<sup>3</sup>, que vai defender a ideia de que o Estado tem que se alicerçar numa certa estrutura para o desenvolvimento do capitalismo.

O Estado keynesiano ou Estado de Bem-Estar Social, ou ainda *Welfare State*, esboça-se no contexto da social-democracia. Destaca-se por assumir maiores responsabilidades sociais, tendo como características principais a segurança da renda, apoiada por um conjunto de instrumentos de proteção à renda do trabalhador, a segurança no trabalho, a segurança no emprego e a segurança quanto aos postos de trabalho. Conforme Pereira (2000, p. 123):

O *Welfare State* teve suas origens no século XIX, de par com o surgimento da questão social, dos direitos políticos e das primeiras conquistas no campo dos direitos sociais, e seu apogeu só ocorre no período compreendido entre 1945 e 1975. [...] Isso porque foi nesse período que o Estado capitalista passou a exercer um decisivo papel regulador da economia e da sociedade e a se constituir na principal fonte de provisão e de financiamento do bem-estar social.

Anteriormente ao Estado de Bem-Estar Social, registra-se a criação de um leque de direitos sociais e se inaugura a legislação trabalhista, resultado da luta dos trabalhadores e dos acordos estabelecidos entre estes e os representantes do capital. “Em 1883, introduz-se o seguro social na Alemanha e, no final do século XIX, na Europa, já estava amplamente difundida a ideia de que a gestão dos problemas

---

salários dos operários; 3) Princípio da produtividade: supõe o aumento de quantidade de trabalho do trabalhador numa unidade de tempo mediante a maior especialização e a linha de montagem da fábrica.

3 Célebre economista inglês da primeira metade do século XX, pioneiro das teorias macroeconômicas. Realizou estudos sobre o desemprego e o ciclo econômico, sugerindo políticas que conduzissem a um novo relacionamento de intervenção do Estado e o conjunto das atividades econômicas. Foi o idealizador do Pleno Emprego como objetivo da política econômica (SANDRONI, 2002).

sociais devia integrar o conjunto das ações do Estado” (SILVA, 1999, p. 58).

No Brasil, no entanto, o Estado de Bem-Estar Social não se deu da mesma forma que ocorreu nos países integrantes do capitalismo central, onde houve, como bem retrata Santos (2012, p. 185), “[...] significativos índices de democracia nas relações sociais com reflexos nas relações trabalhistas, traduzidos no fortalecimento sindical, transferência da produtividade aos salários, estabilidade no emprego, consumo em massa e ampla proteção social”.

### **As políticas sociais no Brasil: de Vargas a Temer**

No Brasil, as políticas sociais se configuraram a partir do populismo nacionalista de Getúlio Vargas<sup>4</sup>, em dois períodos de governo: de 1930-1937 e 1937-1945. Ao adentrar a década de 1930<sup>5</sup>, iniciou-se um processo de conquistas de direitos por parte de alguns segmentos da classe trabalhadora, momento em que se registrou a criação da legislação trabalhista<sup>6</sup>. Contraditoriamente foi implemen-

4 Anteriormente ao governo de Getúlio Vargas, criou-se, em 24 de janeiro de 1923, a Lei Eloy Chaves, relativa à Previdência Social e voltada para os trabalhadores ferroviários.

5 Foram presidentes de 1930 a 1964: Getúlio Vargas (1930-1937); Getúlio Vargas (1937-1945); Dutra (1945-1950); Getúlio Vargas (1950-1954); Governos Provisórios (1954-1956); Juscelino Kubitschek (1956-1961); Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).

6 1930 – Estabilidade de emprego após 10 anos de serviço para pessoal de força, luz, bondes, telefone, telegrafia e radiotelegrafia e extensão dos benefícios das Caixas a esse pessoal (Lei nº 5.109/1926); 1931 – Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio; Extensão dos seguros aos empregados em serviço de água e esgoto. Manutenção dos mesmos para ferroviários e portuários; 1932 – Regulamento sobre a aquisição de casas; Extensão da previdência aos empregados em serviços de mineração; 1933 – Começa a era dos institutos, agora por setor, e não por fábrica. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Os acidentes de trabalho estatais foram estendidos a essa categoria; 1934 – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC); Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Armazém de Café; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB); 1934 – Nova Constituição – consagra o direito à previdência; 1936 – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) (Lei nº 367, de 31 de dezembro de 1936) em execução em janeiro de 1938; Instituto de Aposentadoria e Pensões para Trabalhadores do Transporte e Carga (Iapetec), transformando a Caixa dos trabalhadores em armazéns; 1940 – 1º de maio: lei que fixa o salário mínimo para todo o país; 1942 – Legião Brasileira de Assistência (LBA); 1943

tado pelos representantes governamentais um projeto cujo objetivo visava à desorganização do movimento operário.

A ofensiva ideológica contra a organização autônoma do proletariado será uma constante durante todo o período. Buscará isolar a classe de sua vanguarda organizada e afirmar o mito do Estado *benefactor*, da outorga da legislação protetora do trabalho, o mito do Estado acima das classes e representativo dos interesses gerais da sociedade e da harmonia social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 153).

A partir da criação do Ministério do Trabalho em 1930, “[...] articulou-se o atrelamento dos sindicatos ao Estado através do controle das suas eleições, de suas finalidades, finanças e atividades” (FALEIROS, 2000, p. 45).

A implementação do sistema de seguros sociais no governo de Getúlio Vargas deu-se de forma “[...] gradualista, controladora e fragmentadora da classe operária. A legislação social foi introduzida por categoria profissional, isto é, ela não atingiu a classe operária em seu conjunto e num único movimento” (FALEIROS, 1987, p. 134). Além disso, o governo foi excludente com relação aos trabalhadores rurais, que ficaram de fora do sistema estatal de previdência até os anos 70.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), implementaram-se ações voltadas prioritariamente para a política de desenvolvimento econômico. Por outro lado, pouco se investiu na área social. Nesse período, iniciou-se o processo de industrialização no país, com a presença do capital estrangeiro. “As interferências de agências internacionais, notadamente norte-americanas, na economia do país foi notória no governo de JK, bem como as realizações faraônicas, que neutralizavam as escassas gestões governamentais no campo das políticas sociais” (PEREIRA, 2000, p. 133).

---

– Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); 1945 – Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Social do Comércio (Sesc).

Com relação aos investimentos sociais, nos governos que correspondem ao período de 1961 a 1964, foi apresentada uma proposta de política social, a partir da qual criaram-se o Estatuto do Trabalhador, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o 13º salário e o salário-família para o trabalhador urbano. Ainda em 1960, deu-se a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (Lops), que definiu a unificação dos benefícios e serviços prestados pelos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

A partir de 1964, iniciou-se a ditadura militar, perdurando até 1985<sup>7</sup>. Nesse período, o processo de concentração capitalista e o crescimento econômico aceleraram-se, dando origem ao chamado “milagre brasileiro”<sup>8</sup>. Paralelamente ao “milagre”, ocorreu um intenso empobrecimento de amplos setores da população brasileira, que

---

7 Durante os 20 anos de ditadura, foram presidentes: Castelo Branco (1964-1966) – Instituiu o modelo autoritário, rompendo com a prática populista/desenvolvimentista; Costa e Silva (1967-1969) – Afirmou o modelo autoritário e preparou o caminho para a sua continuidade; Médici (1970-1973) – Aprofundou e enrijeceu o modelo autoritário; Geisel (1974-1979) – Vivenciou o início da abertura política; Figueiredo (1980-1985) – Participou da continuidade da abertura política.

8 A expressão “milagre brasileiro” decorre de fenômenos idênticos ocorridos na Alemanha Ocidental e no Japão nas décadas imediatamente anteriores. Nos anos 1950, a economia (indústria) alemã emerge dos escombros da Segunda Guerra Mundial com extraordinário ímpeto e pujança, passando a desenvolver agressiva competição no mercado mundial. A dificuldade em explicar a rapidez com que a Alemanha se reerguia das ruínas da guerra – motivo de surpresa e admiração – leva profissionais da imprensa e outros a divulgarem o fenômeno como o “milagre alemão”. O Japão, outro país atingido durante a guerra, projeta-se economicamente no mundo, com grande força e poder de competitividade, nos anos 1960, o que leva os analistas a identificarem o fenômeno como o “milagre japonês”. Aproveitando a onda e capitalizando também êxitos esportivos, como a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México – inclusive para desviar a atenção da imprensa mundial, que tecia duras críticas ao regime ditatorial –, assim que a economia brasileira começa a apresentar altas taxas de crescimento em anos sucessivos, o governo militar procura difundir a imagem de que a década de 1970 seria a vez do “milagre brasileiro”, sem considerar que a Alemanha e o Japão desenvolviam projetos autossustentados, enquanto que a economia brasileira estava sendo movida basicamente a crédito – capital e tecnologia importados. Aliás, a intensa divulgação do ufanismo oficial tem também o propósito de tornar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país (BRUM, 1990; SILVA, 2009).

não tinham o atendimento sequer de suas necessidades fundamentais, como bem retratado em seguida:

O desenvolvimento econômico não se orienta prioritariamente aos atendimentos das necessidades fundamentais da maioria da população, nem a uma rápida melhoria de seus padrões de vida. Dentro da ótica militar, está voltado para o aumento da expressão do Brasil como potência mundial, isto é, o fortalecimento do poder nacional, do qual o componente econômico é uma das vigas básicas. Isso pode exigir o sacrifício de sucessivas gerações. O que importa, ao menos num primeiro momento, é o crescimento econômico global, não propriamente a maneira como esteja ele distribuído entre os membros da sociedade. Assim, os aspectos sociais, como educação, saúde pública, habitação de baixo custo e outros, são considerados menos prioritários, relegados a um segundo plano. (BRUM, 1990, p. 175).

O milagre entrou em crise em 1973, década na qual reapareceram, no cenário político, forças sociais que se expressavam através dos movimentos sociais urbanos e rurais, do sindicalismo operário aliado aos intelectuais, profissionais e parcelas da Igreja. A partir da atuação desses segmentos, o Estado passou a intervir, procurando dar respostas às pressões populares. Essas respostas, organizadas e sistematizadas, consubstanciaram-se nas políticas sociais brasileiras, cujo “[...] desenho deixa longe os critérios da uniformização, universalização e unificação em que se pautam (ou devem pautar) as propostas do *Welfare State*” (SPOSATI et al., 1986, p. 23). Ao contrário do que ocorreu na Europa, onde as políticas sociais se configuraram como direitos, no Brasil elas assumiram um caráter de benesse, com o Estado exercendo o papel de tutor dos segmentos desprovidos dos bens necessários à sua reprodução social.

O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), órgão que unificou os Institutos de Previdência, foi ampliado no período de 1971 a 1978, com ingresso dos trabalhadores rurais, empregados domésticos, jogadores de futebol, ambulantes e outros. Na década de

1970, foi aprovada a lei de criação da Renda Mensal Vitalícia (RMV), destinada aos idosos pobres com mais de 70 anos, o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Código de Menores de 1979.

É importante ressaltar que: “[...] até 1974 os governos militares foram fundo na persecução da eficiência econômica e na defesa do sistema capitalista, optando por usar a repressão cruenta aos direitos civis e políticos para alcançar essa meta” (PEREIRA, 2000, p. 137). A partir de 1975, diante da crise econômica mundial, do agravamento da questão social que se expressava através da pobreza absoluta de grande parte da sociedade brasileira e do descontentamento da sociedade civil, o governo militar sentiu a necessidade de dar respostas estratégicas. Introduziu, assim, ações visando à implementação de políticas sociais até então descartadas pelos governos militares anteriores, destacando-se as seguintes medidas sociais:

Programa de Desenvolvimento Social do Nordeste; Reformulação dos mecanismos financeiros do Sistema Financeiro da Habitação (SFH); Ação Sanitária para o Nordeste; Nova sistemática do Plano Nacional de Saneamento; Unificação do PIS com o PASEP; Criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU); Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia; Organização das Ações de Vigilância Epidemiológica; Criação do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano; Estabelecimento do Sistema Nacional de Transportes Urbanos; Ação do Governo na área do Trabalho; Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAM); Programa de Saneamento Ambiental; Programa Especial de Controle da Esquistossomose (PECE); Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste (PIASS); Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI); Programa de Bem-Estar do Menor; Sistema Nacional de Emprego (SINE); Programa Nacional de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR); Programas de Atendimento ao Pré-Escolar e ao Ensino de Primeiro Grau; Amparo Previdenciário

para maiores de 70 anos e para inválidos, conhecido como Renda Mensal Vitalícia. (PEREIRA, 2000, p. 145).

As políticas sociais, no entanto, não foram implementadas para dar respostas às necessidades sociais; elas tinham o propósito de legitimar os governos ditatoriais, garantindo sua permanência no poder, constituindo-se como uma via de reaproximação do Estado com a sociedade.

No final dos anos 1970 e início da década de 1980, fatos importantes inauguraram uma nova fase da história brasileira. Nesse período, iniciou-se o processo de transição democrática, que teve como marcos a anistia, em 1979, restituindo os direitos civis e políticos aos cidadãos cassados pelo regime militar, a eleição para governadores, em 1982, e a campanha pelas eleições diretas para presidente da república, em 1983 e 1984.

Assumiu o governo o primeiro presidente civil, José Sarney<sup>9</sup>, que, com o *slogan* “Tudo pelo social”, implementou medidas de cunho emergencial contra a fome, o desemprego e a pobreza, com ações pontuais e assistencialistas. O marco desse processo, na área social, deu-se através da implantação e implementação do Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes (PNLCC).

Nesse governo, em 1985, foi criada a Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), que se propunha a desenvolver projetos de baixo custo no âmbito da ação comunitária e dar apoio às experiências comunitárias já existentes. Para isso, uma das estratégias utilizadas pelo governo foi o fortalecimento do voluntarismo, reforçando, assim, o conceito de ajuda, caridade e tutela, distanciando-se da concepção de direitos.

A década de 1980, marcada por uma conjuntura econômica inflacionária, caracterizou-se por uma diminuição dos gastos sociais com repercussões negativas na implementação das políticas sociais.

---

9 A presidência de José Sarney, eleito vice-presidente pelo colégio eleitoral, deu-se em decorrência da morte do presidente Tancredo Neves.

Por outro lado, o país vivenciou uma efervescência dos movimentos sociais, tendo como marco a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, que desembocou na promulgação, em 1988, da Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã em virtude dos direitos garantidos aos cidadãos pelo Estado.

As condições socioeconômicas e ideopolíticas dos anos 1990, comandadas pela imposição do neoliberalismo – a partir do qual se efetivou o desmonte gradual das legislações de proteção social e do trabalho, a desresponsabilização social do Estado em face da questão social e a privatização dos serviços públicos e empresas estatais – dificultaram o processo de efetivação dos direitos sociais, aspiração da sociedade. As políticas sociais que haviam se consolidado na “Era de Ouro” do capitalismo entraram em crise. Não desapareceram, mas ingressaram num processo de redesenho, comandado pelos grandes agentes do capital financeiro internacional, que, como medida para a contenção da crise econômica, orientam-se por cortes nos gastos sociais.

No Brasil, o ideário neoliberal foi consolidado na década de 1990, iniciando-se com o governo Collor de Mello (1990-1993). Em obediência à cartilha neoliberal, implementaram-se ações que originaram a estagnação e a destruição do sistema de proteção social construído desde os anos 1930. Ocorreu uma significativa:

[...] fragmentação e pulverização dos recursos; forte redução do gasto social federal; desarticulação das redes de serviços sociais [...]; retorno do clientelismo e do fisiologismo; corrupção; esvaziamento do projeto do SUS [Sistema Único de Saúde]; represamento da concessão de benefícios previdenciários; veto ao projeto de criação da Lei Orgânica da Assistência Social; falta de apoio governamental à descentralização das políticas públicas; ausência de acompanhamento e controle oficiais de execução física e financeira de políticas sociais [...]; centralização das decisões na esfera federal. (PEREIRA, 2000, p. 164).

Em 1993, em virtude do *impeachment* de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência, destacando-se, nesse governo, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e a liberação de recursos previdenciários represados pelo governo Collor. Nesse período, surgiu o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida, idealizado pelo sociólogo Herbert de Sousa, que tinha dentre seus princípios a solidariedade privada e a parceria entre Estado, mercado e sociedade.

Eleito presidente para o período de 1995 a 1999, Fernando Henrique Cardoso teve como principais medidas de governo a redução da participação do Estado nas atividades econômicas e a desregulamentação do mercado. A partir do projeto político de orientação radicalmente neoliberal, o governo implementou ações na área social, que se caracterizaram pelo assistencialismo, seletividade e focalização. Destacou-se, nesse período, a criação do Programa Comunidade Solidária, como estratégia de combate à pobreza, e do Programa de Renda Mínima, criado em dezembro de 1997, atrelado à obrigatoriedade da escola para retirar das ruas e “da prática condenável do trabalho infantil”, especialmente no meio rural, crianças pobres. Nesse governo:

O Brasil assistiu não só à destruição de um legado de conquistas institucionais, econômicas e sociais, construído entre os anos 30 e 80, mas também a flagrantes demonstrações de idiosincrasia governamental com os trabalhadores e com os mais pobres. Trata-se, evidentemente, de um governo anti-social [*sic*], que, ao aderir à ala mais fundamentalista do neoliberalismo, não se preocupou sequer em garantir o mínimo de proteção social, admitido até mesmo por Hayek (o pai do neoliberalismo ortodoxo), em caso de pobreza crítica. (PEREIRA, 2000, p. 178).

Fernando Henrique foi reeleito em 1998, dando, assim, continuidade ao seu projeto político, que perdurou até 2003, quando assumiu a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, que governou de

2003 a 2011. No governo Lula, a Assistência Social se destacou, com a criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que trouxe grandes avanços para a política de Assistência Social, notadamente no campo do marco legal.

É importante ressaltar que a Assistência é uma prática antiga, que vem tomando formas diferenciadas ao longo da história. Intensificou-se à medida que o espaço urbano se expandiu e se aprofundaram as desigualdades sociais entre as classes. Nesse contexto, a Assistência passou a se organizar sistematicamente; a partir do século XIX, com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e com o acirramento das lutas políticas, a organização da Assistência foi se tornando cada vez mais necessária, estando postas as condições que a exigiam.

No Brasil, foi introduzida como ajuda, apoio e solidariedade prestada por grupos de voluntários, sem a intervenção do Estado. Por um longo período, foi realizada a partir da perspectiva assistencialista, predominando as práticas de caridade e benemerência, tendo à frente o primeiro-damismo. Atualmente, depois de um exaustivo processo de lutas e conquistas, é legalmente reconhecida como política pública e integrante da Seguridade Social. No entanto, entendê-la como direito do cidadão e dever do Estado, assim como construí-la cotidianamente, pressupõe compreender em que contexto vem se constituindo e em que medida vem atendendo aos interesses daqueles que a procuram.

Em 2003, realizou-se em Brasília a “IV Conferência Nacional de Assistência Social”, com o título de “Loas mais Dez”, configurando-se um marco na história da política de Assistência Social. Naquele momento, apontou-se como principal deliberação a construção e a implementação do Suas, que amplia e ressignifica o Sistema descentralizado e participativo.

As deliberações da “IV Conferência Nacional de Assistência Social” resultaram na elaboração e aprovação, em 2004, da Política

Nacional de Assistência Social (Pnas), que “[...] expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no Âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2004, p. 11). Em julho de 2005, foi aprovada também a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/Suas), que “[...] consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação, visando a implementação e consolidação do Suas no Brasil” (BRASIL, 2005, p. 79). No seu conteúdo, vêm estabelecidos o caráter do Suas, as funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira, os níveis de gestão do Suas, as instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do Suas, o financiamento e as regras de transição.

Em 2005, iniciou-se o processo de implantação do Suas. Nesse período, realizaram-se as conferências municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, com o tema “Suas Plano 10 – Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil”, momento em que foi avaliada a política e constatado que “[...] a Assistência Social ainda não havia alcançado, plenamente, a consciência e as condições nacionais para ser qualificada como política pública de seguridade social, dever do Estado e direitos de cidadania” (BRASIL, 2005).

Conforme a Pnas, o Suas buscou a materialização da proteção social a famílias e indivíduos, bem como a participação efetiva da sociedade através do controle social. O sistema compreende dois níveis de gestão: a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade (BRASIL, 2004).

A proteção social básica tem como objetivo a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais, o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Suas ações se desenvolvem nas unidades públicas

denominadas Centros de Referência de Assistência Social (Cras), que se localizam em territórios considerados de alta vulnerabilidade; devem organizar, executar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais no território, concretizando, assim, a descentralização dos serviços e programas, aproximando-os das famílias e dos indivíduos; as ações desenvolvidas no local devem reunir um planejamento conjunto de instituições governamentais e não governamentais, executando ações que visem à cobertura das necessidades e demandas dos cidadãos (BRASIL, 2004).

A proteção de média complexidade se efetiva através dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas). O atendimento é voltado para famílias e indivíduos em situações de perdas de vínculos familiares e comunitários, abandonos, maus-tratos, abuso sexual, entre outros. As situações mais complexas, que requerem atendimento permanente e sistemático de longa duração, envolvem a institucionalização, o acolhimento, as casas de acolhimento, entre outros equipamentos sociais (BRASIL, 2004).

Em 2011, iniciou-se o governo de Dilma Rousseff, que deu continuidade ao projeto do governo anterior. Destaca-se que, no governo de Lula, com o intuito de acabar com a fome no país, foi criado o Programa Bolsa Família; já no governo de Dilma, foi criado, o Programa Brasil Sem Miséria, voltado para famílias extremamente pobres, com renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00.

É importante observar e ter bem claro que as forças políticas e ideológicas que imperaram nos governos de Lula e Dilma eram de forte cunho neoliberal, sendo, portanto, contrárias ao Estado Social, que deveria ser cada vez mais minimizado. Desse modo, a Assistência Social, que foi incluída no campo da proteção social, compondo a Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência, enfrentou muitas dificuldades para se materializar como política pública, como direito do cidadão e dever do Estado.

Não se pretende aqui fazer uma análise do Suas, mas entende-se que esse sistema não conseguiu romper com a seletividade e com programas focalizados, mantendo características próprias do assistencialismo, fato este que tem se constituído como um grande problema, tendo em vista que, com essa compreensão, a Assistência Social não se materializa como direito, surgindo aqui o que se poderia apontar como um desafio para o Serviço Social, que, pautado em seu projeto ético-político, poderá intervir de modo a contribuir no processo de construção da cultura do direito em substituição à cultura do assistencialismo.

Em 2016, em virtude do *impeachment* de Dilma Rousseff, o país passou a ser governado por Michel Temer, ingressando, em obediência à cartilha neoliberal e subordinado aos interesses político-econômicos do capitalismo internacional, num processo rápido e intenso de destruição do sistema de proteção social construído desde os anos 1930, através de muita luta e resistência por parte dos trabalhadores em seus sindicatos e dos movimentos sociais organizados.

A realidade que se apresenta no século XXI traz elementos semelhantes à época da Revolução Industrial. Os trabalhadores, como no século XIX, submetem-se a salários ínfimos, a jornadas de trabalho ampliadas e a condições profissionais precarizadas. Há, no entanto, um diferencial significativo no que se refere à amplitude e complexidade da questão social, que se manifesta por meio da violência e da pobreza. Atualmente, como bem retratou Yazbek (2001, p. 35):

Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade.

Também é marca desse governo a dimensão repressiva, em que a questão social é enfrentada de forma semelhante àquela do período da ditadura, quando era, como bem salientou Yamamoto (2004, p. 19), “[...] concebida como caso de polícia, em vez de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos de trabalhadores”.

É, portanto, no processo de construção e reconstrução do grande capital que se produz e se reproduz a questão social, adquirindo características próprias em cada tempo e lugar, de acordo com a forma de organização política, social e econômica da sociedade. Atualmente a questão social se manifesta na vida cotidiana dos trabalhadores, através das diversas formas de violência, como a fome, a prostituição, o desemprego, a insegurança e a precarização nas relações de trabalho, manifestas também mediante a instabilidade nas relações de trabalho e perda de direitos de proteção social.

Essa conjuntura impulsiona vários segmentos da sociedade, que, comprometidos com a construção de novos valores, como liberdade, democracia, cidadania e justiça, fundantes de uma nova organização societária, permanecem acreditando e trabalhando no sentido da concretização das políticas legalmente constituídas, embora reconhecendo que respostas concretas à questão social, na contemporaneidade, dependem, em última instância, das múltiplas relações inerentes ao funcionamento do sistema de produção capitalista, que tomaram dimensões globais e atingiram um nível de complexidade extraordinário. “Estamos, sem dúvida, diante de uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou construir uma figura do Estado social à altura dos novos desafios” (CASTEL, 2003, p. 35).

A primeira alternativa apontada por Castel (2003) vem, ao longo da história, tomando corpo na sociedade brasileira. Isso não impede, entretanto, que se dê uma nova direção, baseada na segunda proposição, pois, diante da complexidade dos problemas sociais,

somente o Estado pode realizar uma ação abrangente, capaz de incorporar os diversos segmentos sociais e gerar impactos nas condições de vida de grande parte da sociedade. Ao se implementar as ações, faz-se necessário que se tenha clareza e se reconheça a importância de elementos determinantes para a efetivação das políticas como direito do cidadão e dever do Estado.

Estão postos os desafios para o Serviço Social, os quais terá que, a partir de suas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, enfrentar no cotidiano dos espaços de atuação.

### **Dimensão técnico-operativa: uma experiência no Cras de Maracanaú**

Para tratar das perspectivas e desafios da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Assistência Social, buscar-se-á trazer a experiência vivenciada no município de Maracanaú, Ceará (CE). Mas antes é imprescindível abordar alguns aspectos do projeto ético-político da profissão.

O projeto ético-político da profissão que fundamenta o trabalho dos(as) assistentes sociais tem como grandes referenciais a Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares da Abepss e o Código de Ética, que traz uma clara orientação para a categoria profissional, através de seus princípios fundamentais, que se expressam pelo:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central, defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa e aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da equidade [sic] e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, articulação com os movimentos de outras categorias profissionais e com a luta geral dos/das trabalhadores/as, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual,

na perspectiva da competência profissional, exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a nem discriminar. (BRASIL, 1993).

Na perspectiva de afirmar esses princípios e reafirmar a defesa dos direitos, tendo como unidade de atuação o Cras Antônio Justa, localizado no município de Maracanaú-CE, foi criado um grupo de famílias, a partir do projeto *Alimentando o conhecimento: um debate sobre direitos*.

Maracanaú, sede do maior polo industrial e segunda maior arrecadação do estado do Ceará, apresenta em seu entorno um cenário de pobreza expresso em precários indicadores sociais. Na ocasião da construção do projeto, de acordo com o diagnóstico social elaborado em 2013, o território da área de abrangência do Cras Antônio Justa era marcado por alto índice de famílias em situação de extrema pobreza, de mulheres chefes de família e de pessoas de 18 a 60 anos sem trabalho remunerado. O diagnóstico social (2013) também apontava ausência de espaços de lazer e esporte, ausência de segurança pública, coleta de lixo irregular, excesso de queimadas, desemprego, falta de infraestrutura (linhas de ônibus e transporte alternativo), falta de ordenamento urbano, carência de profissionais nas unidades de saúde, iluminação pública precária, insegurança alimentar, problemas habitacionais, trabalho infantil, tráfico e uso de drogas, violência contra a mulher, crianças e idosos, violência urbana (assaltos, assassinatos).

As condições de existência de grande parte das famílias do território de abrangência do Cras Antônio Justa, geradas pelas desigualdades e contradições do capitalismo, impulsionaram a equipe a debater coletivamente as questões com as famílias, na perspectiva de ultrapassar a ação instrumental, trazendo ao debate a realidade e buscando desvendá-la a partir da teoria crítica.

[...] a instrumentalidade do Serviço Social não se limita ao desencadeamento de ações instrumentais, ao exercício de

atividades imediatas, uma vez que porta possibilidades de validação vinculada ao emergente, para o que necessita ser informada por teorias que se referenciem nos princípios ontológicos de constituição do ser social, às quais subjaz um determinado grau de racionalidade que lhe permite apreender a totalidade dos processos sociais e atuar sobre eles. (GUERRA, 1995, p. 201).

Durante o acompanhamento realizado, identificou-se que as famílias, embora procurassem e acessassem a política de Assistência Social, muitas vezes desconheciam os serviços, programas, benefícios e projetos, além de não reconhecê-los como direitos do cidadão e dever do Estado, o que as tornava fragilizadas no processo de conquista de seus direitos.

Com o intuito de contribuir para a mudança de concepção acerca da política de Assistência Social e para um acesso qualificado por parte das pessoas, propôs-se levar à discussão os conceitos de direito e dever, o significado e alcance dos serviços, projetos, benefícios e programas, possibilitando uma qualificação no que diz respeito ao conhecimento dos(as) usuários(as) sobre a política de Assistência Social, proporcionando o exercício da cidadania.

O projeto foi realizado através da utilização de técnicas como dinâmicas, rodas de conversa, palestras, apresentação de filmes, reuniões, encaminhamentos, planejamento e avaliação. As reuniões ocorriam mensalmente e os encontros se davam a partir de temáticas como Assistência Social e Cras: serviços, programas, projetos e benefícios, apresentação do filme *Ilha das Flores*, abordando a questão da fome, responsabilidades sobre a criança e o adolescente de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), direitos da pessoa idosa segundo o Estatuto do Idoso, exibição do filme *Vida Maria*, reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, violência contra a mulher e Lei Maria da Penha, exibição do filme *A história das coisas: reflexões sobre o capitalismo*, desigualdades sociais e determinantes da pobreza e, por fim, controle social a partir do conselho local, que também funcionava no Cras.

É importante salientar que, a partir do filme *Ilha das Flores*, identificou-se que várias famílias se alimentavam de comidas colhidas no lixão, onde buscavam material reciclável, sendo essas famílias encaminhadas para o Restaurante Popular, no qual passaram a almoçar com isenção da taxa.

Outro tema bastante interessante e rico de possibilidades e que aqui merece um destaque excepcional é aquele referente ao sistema capitalista. Ainda nas fases de construção do projeto e do planejamento, ao pensar esse tema, a equipe precisou refletir bastante e estudar a melhor forma de abordar a temática, haja vista que uma das características do grupo era a ausência de escolarização. No entanto, com a apresentação do filme e com o debate que se construiu a partir de uma linguagem simples, alguns aspectos se expressaram, como concentração de riqueza, desigualdade social, exploração de uma classe sobre outra, identificação dos responsáveis pela produção da riqueza e formas como vem sendo distribuída a riqueza ao longo da história. Assim, a discussão foi se aprofundando à medida que os presentes se reconheciam no processo.

A linguagem como instrumento de trabalho do(a) assistente social, aliada ao projeto ético-político da profissão, foi fundamental em todos os encontros realizados, assim como as técnicas e demais instrumentos utilizados.

Com relação aos resultados, pode-se afirmar que houve uma mudança de concepção acerca da Assistência Social, que passou a ser concebida como direito por parte de alguns membros do grupo. Outra conquista foi a escolha de uma pessoa do grupo para compor, como representante de usuários, o colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), gestão 2015-2017. Vale ressaltar que, para o mesmo período, a assistente social que compunha a equipe que acompanhava o grupo foi eleita no Fórum Municipal de Trabalhadores do Suas (FomtSuas) para compor o CMAS como representante de trabalhadores.

A experiência demonstra que, no decorrer da intervenção, através de muitas mediações, procurou-se mobilizar as três dimensões da instrumentalidade do Serviço Social, que, por sua vez, só adquirem sentido quando inter-relacionadas. Portanto, um desafio se põe para a profissão: é fundamental que o profissional tome consciência da importância de imprimir uma dinâmica às técnicas, ao conhecimento e à sua atuação política num movimento capaz de impulsionar e dar um significado dialético à sua intervenção. Para isso, o profissional que é impulsionado a desenvolver suas atividades de intervenção sistemática também deve realizar formação continuada, assim como participar dos espaços de organização coletiva.

### **Considerações finais**

Ousando debater sobre a dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social na Assistência Social, no decorrer da construção deste trabalho, alguns aspectos se revelaram importantes.

Primeiramente aponta-se que a implementação da política de Assistência Social no Brasil ainda se constitui como um grande desafio, principalmente no contexto de crise mundial do capital, que, apoiado pelo neoliberalismo e ligado cada vez mais ao Estado, consegue se manter no poder impondo condições mínimas de sobrevivência à classe trabalhadora, retirando-lhe direitos duramente conquistados e atribuindo-lhe a responsabilidade pela situação criada pelo próprio sistema capitalista.

[...] as massas terão de entregar os frutos de seu trabalho para quem está no poder, ceder muitos dos seus direitos e ativos (de todos os tipos, desde habitação à previdência) conquistados com dificuldade e sofrer degradações ambientais em abundância, sem falar nas sérias reduções em seus padrões de vida, o que significa fome para muitos daqueles que já lutam para sobreviver no fundo do poço. (HARVEY, 2011, p. 175-176).

Também foi possível compreender que a questão social se reproduz e se complexifica progressivamente, ao mesmo tempo que o Estado Social se retrai, passando a tomar medidas assistenciais compensatórias e focais, incapazes de dar respostas à situação de sofrimento que atinge grande parte da sociedade.

Nesse contexto, pensar a dimensão técnico-operativa da profissão exige ultrapassar a razão instrumental, trazer ao debate a realidade e entendê-la em sua essência, buscar os fenômenos além das aparências e, através de mediações, ser capaz de propor, criar e recriar, o que só é possível a partir da razão crítico-dialética.

## Referências

A HISTÓRIA das coisas. Direção: Louis Fox. Estados Unidos: 2007. (21 min).

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993a.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Lei Eloy Chaves. Crea em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 21 dez. 1923.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 2 maio 1943.

BRASIL. Lei nº 367, de 31 de dezembro de 1936. Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários Subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 4 jan. 1937.

BRASIL. Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 set. 1960.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mar. 1963.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993b.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 out. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica da Assistência Social–NOB/Suas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social–NOB/SUAS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jan. 2012.

BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 9. ed. Ijuí: Unijuí; Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YASBEK, M. C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2000. p. 17-50.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FALEIROS, V. P. *A política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

- FALEIROS, V. P. *Estratégias em Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GUERRA, Y. A. D. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 2, nº 3, p. 9-32, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetórias e desafios. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 18., 2004, San José. *Anales...* Buenos Aires: Espacio, 2004. p. 17-50.
- IAMAMOTO, M. V. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ILHA das Flores. Direção: Jorge Furtado. Produção: Casa de Cinema de Proto Alegre. Porto Alegre: Casa de Cinema de POA, 1988. (15 min).
- PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- PEREIRA, P. A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. *Temporalis*, Brasília, v. 3, p. 51-61, 2001.
- PEREIRA, P. A. P. Sobre a política de Assistência Social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 217-233.
- SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de Economia*. 11. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.
- SANTOS, J. S. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp, 1999.
- SILVA, M. G. Histórias que os militares contam: do golpe de 1964 aos primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, p. 1-13, 2009.
- SPOSATI, A. O. et al. *A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- VIDA Maria. Direção: Joelma Ramos; Márcio Ramos. Produção: Joelma Ramos; Márcio Ramos. Ceará: 2006. (9 min).
- YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.

# Dimensão técnico-operativa do trabalho do(a) assistente social na Saúde

*Neubejâmia Rocha Silva Lemos*

*Ruth Brito dos Santos*

*Sandra Costa Lima*

## Introdução

O interesse em refletir sobre a dimensão técnico-operativa do trabalho de assistentes sociais na área da Saúde tem sido intensificado como objeto de estudo no campo do Serviço Social brasileiro (BRAVO, 2007; COSTA, 2008; MATOS, 2013) a partir da redemocratização do país, no contexto da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). O Serviço Social, ao repensar seu projeto profissional, define princípios ético-políticos da profissão que dialogam com o debate sobre os determinantes sociais no campo da Saúde.

Para conduzir esse processo reflexivo-crítico acerca da dimensão técnico-operativa, algumas questões preliminares se colocam: como a política pública de Saúde se configura no Brasil contemporâneo? Quais suas raízes sócio-históricas? Qual instrumentalidade direciona seu projeto como política pública? De que forma se dá a inserção do Serviço Social nesse campo? Como se (re)definem as defesas políticas e as ações concretas para o trabalho de assistentes sociais na Saúde? Que lugar o campo da Saúde (des)ocupa no processo formativo de assistentes sociais? São questões que por si só demonstram a complexidade que é tratar desse tema ao considerar a história, mas principalmente a conjuntura socioeconômica, política e cultural do Brasil de hoje, em tempos temerosos no contexto do pós-golpe (*impeachment* de Dilma Rousseff e tomada do poder pelo governo Temer) de 2016.

Para este trabalho, partiremos de uma *primeira premissa*: a compreensão dos determinantes estruturais da ordem capitalista e de suas implicações sobre a classe trabalhadora é indispensável à análise dos processos de trabalho, logo não poderíamos iniciar a discussão sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social na Saúde sem deixar claro que os processos de trabalho entrelaçam capacidades físicas e intelectuais dos homens, por meio da relação mediada e consciente entre sujeito e objeto, requerendo a utilização de meios e a fixação de objetivos para o alcance de um resultado. Logo, os seus elementos constitutivos são: “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto do trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 1975, p. 202).

Quanto aos *meios de trabalho*, englobam os instrumentais para a realização do próprio trabalho, constituído por elementos materiais e intelectuais. Considerando-se que o produto obtido do trabalho em Saúde não depende exclusivamente da vontade, da competência ou do desempenho individual de cada sujeito, torna-se indispensável desvendar uma conjuntura contraditória e desafiadora, na qual trabalhadores da Saúde, mesmo em tempos de reestruturação produtiva e contrarreformas do Estado, inseridos no mercado de trabalho de forma precarizada, são requisitados à promoção do acesso universal e da integralidade na Saúde ante a lógica do capital.

Essas questões foram objeto de reflexões e questionamentos suscitados por ocasião da Oficina sobre Instrumentalidade do Serviço Social na área da Saúde, ocorrida em 7 de junho de 2017, como parte da programação do “I Seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social”, realizado pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará.

A oficina foi conduzida sob a forma de exposição dialogada, a partir de apresentação de *slides*, exposição de vídeo e dramatizações

realizadas pelas facilitadoras com a participação das estagiárias. Procurou-se situar os participantes no contexto da política de Saúde do Brasil, levando-se em conta especificamente o trabalho de assistentes sociais em dois hospitais de referência no estado do Ceará: um da rede municipal que lida cotidianamente com traumas e violências e outro da rede estadual que cuida de doenças infecciosas. Como resultado desse momento de intensas reflexões, surgiu a iniciativa de produzir este artigo, com objetivo de socializar elementos técnico-operativos do nosso trabalho como assistentes sociais do SUS no Ceará.

### **O trabalho de assistentes sociais na saúde: campo, sujeitos e processos de trabalho em disputa**

Somos trabalhadoras do SUS. Essa afirmação é importante para situarmos as mediações necessárias que permitem olhar a dimensão técnico-operativa do nosso trabalho para além de uma perspectiva meramente instrumental, tecnicista. Buscamos chamar a atenção para o que é ser trabalhadora no contexto contemporâneo brasileiro, circunstância em que avançam, nos campos Legislativo, Judiciário e Executivo, reformas trabalhistas e previdenciárias que atacam a esfera da proteção social no Brasil, com a retirada dos parques direitos conquistados por meio da luta da classe trabalhadora.

As particularidades dos processos de trabalho de assistentes sociais na Saúde devem ser compreendidas diante das mudanças na organização dos serviços provocadas, inclusive, pelas alterações significativas concernentes aos vínculos precários de trabalho, os quais contrastam diretamente com a integralidade do cuidado e com o acesso universal. Ou seja, para apreender o sentido dos processos de trabalho nesse âmbito, faz-se necessário interpretá-lo a partir da configuração contemporânea da política de saúde como integrante da Seguridade Social brasileira, esta caracterizada por Behring (2010) consoante os seguintes aspectos: pela tensão gerada pelo capital,

utilizando a flexibilização do trabalho como estratégia para a diminuição dos encargos sociais; pela supercapitalização através da privatização explícita ou implícita (*mix* público/privado); e pela invocação ao cidadão consumidor pela mídia, que fomenta um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista.

Assim, a autora destaca as principais características da Seguridade Social na contemporaneidade: *privatização, focalização e descentralização*, as quais têm sido definidoras da (re)organização dos serviços de Saúde no Brasil.

Os modelos organizacionais, em si, não têm o poder de superar o atual quadro sanitário brasileiro, uma vez que o enfrentamento das desigualdades sociais e da superação da indiferença face as [*sic*] condições socioeconômicas, culturais e de saúde da população usuária que garante a efetividade ou o desvelamento das contradições do sistema público de saúde no Brasil. Conseqüentemente [*sic*], é no interior da tensão entre o processo de racionalização, as condições objetivas dos usuários e as possibilidades de operacionalização das propostas do SUS que se redefinem os diversos processos de trabalho na Saúde. (COSTA, 2008, p. 341).

Vamos falar de técnicas e instrumentais produzidos e utilizados por assistentes sociais situadas(os) em um campo contraditório (política pública de Saúde), no qual, inclusive, interesses do capital disputam o poder na regulação da gestão, do financiamento e da execução de serviços e ações nessa arena de conflitos; técnicas e instrumentos que visam intervir, mas, sobretudo, interpretar manifestações da questão social que se expressam por meio de doenças infecciosas e contagiosas, de doenças crônicas e agudas, de altos índices de mortalidade materna e infantil, de uma baixa expectativa de vida, bem como de violências e acidentes, os quais constituem principais problemas de saúde pública no país desde o final da década de 1970.

Tais manifestações da questão social se ampliam e se agravam, considerando o contexto sociopolítico e econômico, como citado anteriormente, em que há subfinanciamento do setor de Saúde,

agravado pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (conhecida como Emenda do Teto dos Gastos Públicos para os próximos 20 anos), que, somadas às condições de agravamento da desigualdade social vivida pela população de Fortaleza, eis o grande desafio: refletir sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, situando esse contexto contraditório de uma sociedade mediada pela lógica do capital.

Na área hospitalar, uma heterogeneidade de expressões da questão social se manifesta como “problemas” a serem respondidos pelo Serviço Social, dentre outros são eles: trabalho infantil; negligência, violência física, violência psicológica/moral/patrimonial contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), população em situação de rua; abuso/violência e exploração sexual, autor de ato infracional; homofobia; tráfico de seres humanos, tortura, conflito geracional, racismo, intervenção legal/institucional, intolerância religiosa, pessoas sem referência familiar; população em uso abusivo de drogas. Tudo isso pode ser minimizado em patologias e/ou agravos (agudos ou crônicos) a serem interpretados à luz do modelo *flexneriano* (MENDES, 2010), que orienta a intervenção em Saúde para uma perspectiva curativa, individualizada, especializada e fragmentada do contexto social mais amplo.

Nesse sentido, entendemos que nenhuma situação pode ser considerada apenas em sua singularidade; é preciso conhecer as relações sociais fundamentais de uma determinada sociedade em um dado momento histórico (universalidade) para compreender as reais determinações dos fenômenos sociais e, assim, poder apreender as particularidades de uma determinada situação. Isso é o que propõe o método dialético (SOUSA, 2008).

Os processos de trabalho de assistentes sociais devem pautar-se na defesa dos direitos dos usuários do SUS e da classe trabalhadora, entendendo que, no campo da Saúde, o trabalho deve ocorrer com “[...] o intuito de formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde, articulando as suas ações ao

Projeto da Reforma Sanitária” (BRAVO, 2007, p. 143). Incluem-se aí a defesa dos princípios do SUS que propõem a equidade, a universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, bem como conhecer as condições de vida e trabalho dos usuários e os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença.

Dessa forma, considerando as particularidades da política de Saúde em nosso país, das políticas sociais em geral, das regulamentações referentes ao exercício profissional e à sua prática institucional, dentre outros aspectos, utilizamos também outros referenciais como fundamentos da atuação profissional. Dentre eles, podemos destacar: *Legislações sociais* – Leis Orgânicas da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Legislação Previdenciária, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Política Nacional de Saúde Integral e LGBT; *Legislações que orientam a profissão* – Lei de regulamentação da profissão, Código de Ética Profissional, Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde; *Legislação Institucional* – Portarias, Instruções Normativas, Organograma Institucional, Manual de Normas, Rotinas, Fluxos Institucional e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs).

Os instrumentos e as técnicas se implicam, se articulam e pressupõem serem compreendidos de maneira intrínseca, mesmo assim não se esgotam, ou seja, consolidam um aspecto da dimensão técnico-operativa, porém, esta vai além, implica um arsenal, um instrumental técnico-operativo bem mais amplo. (SARMENTO, 2016, p. 44).

Em nosso âmbito de atuação – hospitalar –, o trabalho do assistente social no atendimento direto aos usuários se organiza principalmente sob a forma de *plantão*, o qual se caracteriza por atendimentos de demandas espontâneas ou de encaminhamentos internos e externos, em que os usuários, em geral, buscam respostas imediatas para necessidades que consideram urgentes.

Essas demandas são bem características da Unidade de Emergência, havendo diariamente uma procura muito grande de usuários desse setor ao Serviço Social, o que, somado ao número insuficiente de profissionais, sobrecarrega o atendimento no *plantão*, reforçando as características de ações imediatas, de difícil planejamento e de sistematização, bem como de acompanhamento dos casos referenciados à rede socioassistencial (VASCONCELOS, 2012).

A instrumentalidade do Serviço Social, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e reposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um *status* peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente. Porém, pela sua natureza contraditória, a instrumentalidade da profissão tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista, quanto os nega e os supera. Esta dimensão expressa uma racionalidade, produzida pelas regularidades presentes tanto nas ações, quanto nas representações dos assistentes sociais. (GUERRA, 2002, p. 159).

Refletir sobre a dimensão técnico-operativa, no que se refere ao *atendimento direto aos usuários* com atividades voltadas a estes e suas famílias, evidencia o que aponta o documento *Parâmetros de atuação do Serviço Social na Saúde* (CFESS, 2010), parâmetros esses que se constituem em: admissão social do paciente, com a construção de um perfil socioeconômico dos usuários, evidenciando as condições determinantes e condicionantes da Saúde; autorização de acompanhamento aos internos, com orientações sobre a dinâmica hospitalar; democratização das informações por meio de orientações (individuais e coletivas) acerca dos direitos sociais; encaminhamentos a benefícios e direitos securitários, previdenciários e assistenciais conforme aparato normativo legal; notificação e seguimento dos casos de violência; gestão social da alta e do óbito.

Não obstante, o Serviço Social busca fazer um trabalho mais sistemático, planejado e continuado por meio de outras formas de

organização dos processos de trabalho, com a utilização de instrumentais e técnicas, tais como: *entrevistas sociais* com usuários internados, por meio das quais é possível produzir dados importantes sobre as condições de vida, trabalho e demais determinantes sociais, a fim de proporcionar uma análise mais sistematizada das reais condições de vida da população. No período de internação hospitalar, o Serviço Social procura acompanhar as providências, realizando entrevistas com familiares e contatos/encaminhamentos para outras políticas setoriais. Dessa forma, o assistente social busca realizar uma articulação com a equipe multiprofissional para que sejam definidas as necessidades do usuário.

Também são realizadas *orientações e encaminhamentos* quanto aos direitos sociais – auxílio-doença, Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), aposentadorias, dentre outros –, acompanhando regularmente a efetivação desses encaminhamentos, inclusive assessorando usuários/familiares quanto às providências necessárias para garantia desses direitos.

Vale ressaltar que é crescente o número de usuários atendidos que não têm nenhum vínculo previdenciário no momento em que, diante de contingências decorrentes de acidentes/doenças, estão impossibilitados de exercer atividade de trabalho. Isso expressa a condição de desigualdade social em que a grande maioria das pessoas que utilizam os serviços públicos de saúde se encontram em nosso município.

Diante do desemprego estrutural e da redução das proteções sociais advindas do trabalho (BOSCHETTI, 2006), muitos trabalhadores precarizados, que vivem na informalidade, juntamente com suas famílias, têm aumentado as fileiras dos que demandam serviços e benefícios da Seguridade Social. Nesse sentido, o trabalho de gestão social da alta hospitalar precisa começar o mais cedo possível,

identificando esses usuários em vulnerabilidade pela condição de saúde e, muitas vezes, também social, os quais têm os familiares/responsáveis em condições precárias de vida, não tendo como assegurar a continuidade dos cuidados que os usuários necessitarão no pós-alta. Daí as orientações aos familiares e os encaminhamentos para a rede de saúde, com vistas à concessão dos insumos que os usuários necessitarão após a alta, como: órteses/próteses (cadeira de rodas, muletas, etc.), bolsas de colostomia, cama e colchão hospitalar, medicamentos, dieta enteral/especial, dentre outros necessários para a recuperação do doente ou, pelo menos, para uma sobrevivência com um mínimo de qualidade, como nos casos de sequelas definitivas.

Os *relatórios sociais* são elaborados com o objetivo de subsidiar a defesa dos direitos dos usuários junto aos órgãos de garantia e defesa de direitos no tocante às situações encaminhadas, a exemplo dos casos de violência ou violação de direitos identificados, os quais, desde a admissão social, são notificados ao Ministério da Saúde, por meio do preenchimento da *Ficha de Notificação Individual de Violência* do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) para compor/alimentar os dados epidemiológicos. Também são encaminhados à rede de proteção socioassistencial e sociojurídica – Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro Pop, Defensoria Pública, Ministério Público, Conselhos Tutelares, Delegacias de Defesa da Mulher, dentre outros.

Todavia, infelizmente, vários encaminhamentos feitos pelo Serviço Social esbarram em entraves relativos à demora para concessão, aumentando os números da lista de espera, como, por exemplo, para a aquisição de órteses/próteses; ou mesmo a total falta de previsão/garantia de o usuário ser atendido em suas demandas, sob a alegação de falta de recursos, apresentada por vários municípios já desde o momento em que o assistente social inicia a articulação com a rede. Isso tem gerado um aumento das demandas via

judicial (judicialização), em que os usuários/familiares procuram as Promotorias e Defensorias Públicas na esperança de agilizarem o atendimento de suas necessidades.

A população em situação de rua constitui-se em um segmento bem expressivo nos últimos tempos nas unidades hospitalares, muitas vezes, frente à violência sofrida (motivo da internação) ou agravo da doença. Esses indivíduos adentram o hospital desorientados ou em estado grave, sem condições de repassar nenhuma informação sobre possíveis referências de familiares ou de conhecidos/amigos. Esses sujeitos, em sua maioria, por também não terem ou haverem perdido sua documentação civil, ficam como desconhecidos até que reúnam condições de entrevista e possam informar ao assistente social sua identidade. No intuito de enfrentar essa problemática, o Serviço Social busca uma *articulação* com a Perícia Forense (Setor de Papiloscopia), já que o trabalho do perito contribui para que a maioria dos usuários que entram como desconhecidos sejam identificados por meio da análise das digitais, desde que constem em sua base de dados do Registro Geral de Pessoas Físicas.

Quando acontece de o usuário não ser identificado até a alta, tendo também o agravante de ficar com sequelas/dependente de terceiros, o assistente social se depara com a ausência/insuficiência de equipamentos sociais que possam garantir o direito à proteção social à população em situação de rua.

Outros instrumentos utilizados nessas abordagens são: *Prontuário social* (ficha de acompanhamento social), no qual são registradas informações sobre as condições de vida dos usuários: identificação civil, procedência, vínculos familiares e societários, situação econômica e previdenciária; *Autorização de acompanhante*, tendo prioridade os casos assegurados em lei (crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência); *Folders* de orientações aos acompanhantes sobre a dinâmica hospitalar, de orientações sobre direitos e benefícios, utilizados em conjunto com a equipe de saúde, de ações

socioeducativas, através de orientações reflexivas e socialização de informações, cursos, reuniões, palestras com acompanhantes de pacientes internados, com temas de relevância para a garantia de direitos da população usuária; *Ficha de notificação de pessoas em situação de rua/desconhecidos*, que são utilizadas para um melhor acompanhamento desses casos no período de internação hospitalar, sendo também encaminhados ao Centro Pop; *Formulários para encaminhamentos sociais*, dentre outros.

Ao considerarmos os *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde* (CFESS, 2010), também devemos “[...] enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas”. Assim, podemos destacar a elaboração e a divulgação de *materiais socioeducativos* que facilitem o conhecimento e o acesso dos usuários aos serviços e direitos sociais, como os *folders* informativos sobre direitos do paciente (auxílio-doença, DPVAT, BPC, dentre outros), que são divulgados diariamente no atendimento aos usuários, o que serve também como incentivo aos usuários para a participação na luta por melhores condições de acesso aos serviços de saúde. Deve-se orientar também quanto ao Serviço de Ouvidoria na condição de espaço que objetiva a melhoria dos serviços prestados.

O trabalho em equipe, conforme Yamamoto (2002, p. 41), não leva à “[...] diluição das particularidades profissionais”, pelo contrário, “[...] são as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças”. Ao considerarmos essa dimensão, realizamos elaboração de planos e projetos de ação profissional com a participação de toda a equipe profissional, integramos comissões e comitês temáticos existentes na instituição: de ética, de ética na pesquisa, de violência e maus-tratos, de doação de órgãos e transplantes, de cuidados paliativos, dentre outros.

No que se refere à *assessoria, qualificação e formação profissional*, destacamos duas ações centrais: a supervisão direta de estagiários e a preceptoria na Residência Integrada em Saúde. Por meio da participação em reuniões e fóruns, essas ações são apreendidas como meios que possibilitam o fortalecimento da articulação teoria/prática e do estabelecimento de finalidades ao projeto profissional nesse campo.

A capacidade teleológica dos sujeitos permite-lhes a apreensão não apenas dos processos vigentes, como das possibilidades que a realidade porta. A consciência torna-se ciente dos meios e das finalidades que a mobilizam, porém não ultrapassa seu âmbito de ação. O momento de culminação do processo de conhecimento localiza-se na práxis – atividade prática transformadora da realidade natural e/ou social. (GUERRA, 2002, p. 183).

O apelo por uma homogeneidade das ações, por meio de procedimentos protocolares que identifiquem uma unidade da intervenção profissional representa uma demanda tanto das instituições quanto da própria categoria profissional. Guerra (2002, p. 169) aponta que essa tensão adquire maior expressão a partir da década de 1970 e alerta que o *fetichismo dos instrumentos e técnicas* pode levar assistentes sociais a “[...] transformar o que é acessório em essencial”, ao incorporar metodologias por meio de instrumentos separados, independentes do projeto profissional e do projeto de sociedade que se defende.

### **Considerações finais**

Este artigo buscou apresentar a dimensão técnico-operativa de trabalhadoras do SUS no Ceará, sem perder de vista o movimento contraditório da sociedade capitalista, buscando imprimir sentido teleológico nos processos de trabalho ao considerar o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Concluimos que atuar nesse contexto de crise da saúde pública e de desmonte da Seguridade Social torna-se um desafio para

o assistente social, cenário no qual as metodologias de ação profissional não estão prontas e acabadas, sendo necessário adequar cada instrumento/técnica aos objetivos que se pretende alcançar no cotidiano. E essa não é uma tarefa fácil, exige capacidade criativa para pensar novas possibilidades de intervenção profissional, a despeito das dificuldades que se apresentam em nossa realidade.

## Referências

- BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.
- BOSCHETTI, I. *Seguridade Social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social*. Brasília DF: Letras Livres: UnB, 2006.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016.
- BRAVO, M. I. S. Serviço Social e Saúde: desafios atuais. *Temporalis*, Brasília, DF, nº 13, p. 121-150, 2007.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de Saúde*. Brasília, DF: CFESS, 2010.
- COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de Saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MS, 2008. p. 304-351.
- GUERRA, Y. D. A. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *Atribuições privativas do(a) assistente social*. Brasília, DF: CFESS, 2002. p. 13-50.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MATOS, M. C. *Serviço Social, ética, e saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2013.

MENDES, E. V. As redes de atenção à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 5, p. 2297-2305, 2010.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da Previdência e da Assistência Social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

PORTES, L. F.; PORTES, M. F. Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico-operativa do Serviço Social: aproximações acerca da observação e da abordagem. In: LAVORATTI, C.; DORIVAL, C. (Org.). *Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 59-78.

SARMENTO, H. B. M. O instrumental técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. In: LAVORATTI, C.; DORIVAL, C. (Org.). *Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 27-58.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, nº 1, p. 119-132, 2008.

VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da Saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, A. M. Serviço Social e práticas democráticas. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. (Org.). *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2012. p. 116-138.

# Desafios e perspectivas da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social no Sociojurídico

*David Pereira Cruz  
Edméia Corrêa Netto*

“A história nada mais é do que o resultado da ação dos homens sobre a realidade, no sentido de concretizar suas finalidades, ainda que, para isso, devam atuar sobre as relações causais que lhe são impostas, no sentido de modificá-las.”

(GUERRA, 2007a, p. 83)

## **Processo de trabalho, instrumentalidade e instrumentais em Serviço Social**

Ao se falar em processo de trabalho dos(as) assistentes sociais, é fundamental considerar a superação da dicotomia teoria e prática, por vezes naturalizada no exercício profissional, não só por uma possível falta de criticismo dos agentes, mas muito mais pela capacidade de o conservadorismo – associado ao poder hegemônico do capital – se reproduzir e se ressignificar no cotidiano das relações sociais (BARROCO, 2010). Afinal, o Serviço Social lida com uma realidade desafiadora, atuando na reprodução dessas relações sociais, em um contexto de agravamento das expressões da questão social, de barbarização da vida, de fragilização dos liames sociais e humanos, de concentração da propriedade privada, da terra e da renda, de reconfiguração das formas e modos de exploração do trabalho pelo capital, de redefinição e de restrição da atuação do Estado nas políticas sociais, etc.

Nessa perspectiva, sobre os desafios postos ao Serviço Social e sobre a necessidade de articulação entre teoria e prática no âmbito da profissão, Iamamoto (2017, p. 21-22, grifo nosso) destaca:

[...] Sendo um produto sócio-histórico, a profissão adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Nesse sentido, decifrar essa especialização do trabalho supõe elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como o envolvimento no debate teórico e cultural de seu tempo. *Estabelece-se, pois, como quesito fundamental a indissociável articulação entre conhecimento e história, entre teoria e realidade (prática social).*

Deve-se pôr em movimento a capacidade material e subjetiva dos agentes em situar a realidade e suas demandas no campo sócio-histórico, com forte exigência de articulação entre as estratégias técnico-operativas e as dimensões teórico-metodológica e ético-política que permeiam os temas e os objetos de atuação do(a) assistente social. Trata-se, para Pontes (2016), de uma reconstrução dos espaços de intervenção, partindo da demanda institucional e avançando através da estruturação de mediações ontológicas entre a singularidade, a universalidade e a particularidade da complexa dinâmica social<sup>1</sup>.

A inscrição do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, efetivou-se em dar respostas às demandas do capital e, de forma contraditória e dialética, às demandas sociais da classe trabalhadora. “Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais” (IAMAMOTO, 2017, p. 22). Tudo isso é posto em um contexto capitalista, que busca permanentemente

---

<sup>1</sup> Esses termos são abordados por Pontes (2016), sendo, em resumo, a singularidade expressão dos fatos aparentes – a universalidade, as leis, as tendências históricas, as relações sociais capitalistas, etc. –, ou seja, a dimensão conjuntural da realidade social. Já as particularidades são entendidas no campo das mediações, síntese das determinações no âmbito da particularização dos sistemas de mediações. Os três representam o caminho de ida e de volta, da aparência à essência dos fenômenos que permeiam a atuação profissional.

a perpetuação do seu modo de produção e a manutenção das suas formas de exploração.

A contradição entre os diferentes interesses está cada vez mais difícil de ser identificada e reconhecida, e as manifestações da questão social aparecem como “problemas” sociais individuais, demandando ações pontuais dos(as) assistentes sociais. Reproduz-se uma nova abordagem ideológica de fortalecimento do discurso das classes perigosas, com perdas expressivas no campo dos direitos sociais e humanos e avanço da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza. Ainda que se tenha tido uma fase no Brasil, nos últimos 14 anos, de neodesenvolvimentismo (MACÁRIO; VALE; RODRIGUES JUNIOR, 2016), esta conviveu com ataques diversos na seara ideológica e material da vida. Quanto a isso, Barroco (2011, p. 206, grifos da autora) assinala que:

*A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho. A reificação que invade todas as esferas da vida social (Netto, 1981) favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que *aparecem*, em sua *aparência reificada*, como se fossem fenômenos naturais e absolutos. Além do mais, a ideologia dominante sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista.*

Vive-se, neste contexto, a ofensiva do neoliberalismo e do seu (sub)produto, bastante em evidência, a ideologia pós-moderna, que tende a fragmentar e a tornar as relações sociais instáveis e inseguras, como se fosse um momento histórico e ontológico intransponível (CHAUÍ, 2006; HARVEY, 2005 apud BARROCO, 2011). Portanto, diante de todas essas questões (ainda estritas no campo da totalidade social), levanta-se a problematização, até muito recorrente em meio às interlocuções teóricas da profissão: diante do que vem sendo requerido pelo (neo)conservadorismo, pela atuação do Estado e pelos atuais ditames do capital, quais os direcionamentos possíveis ao Serviço Social?

Retoma-se o fato de que as demandas que se põem constantemente à profissão necessitam de trato teórico, tanto para serem desvendadas em sua essência como para que os profissionais estejam em condições de atuar de modo propositivo na instituição onde desempenham as suas atividades, em sintonia com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Salienta Paulo Netto (2004, p. 141) que a legitimação prática da profissão se faz “[...] através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”, isso ante desafios de diversas ordens presentes na dinâmica das contradições capital-trabalho.

Consoante Iamamoto (2005), a atuação profissional dos(as) assistentes sociais se efetiva majoritariamente no serviço público, legitimando a cidadania, no que tange à defesa, ampliação e democratização dos direitos sociais. Mas adverte, na sequência, que o profissional “[...] pode, entretanto, imprimir outra direção social ao seu trabalho, voltada ao reforço das estruturas e relações de poder preexistentes, os marcos da cotidianeidade” (IAMAMOTO, 2005, p. 24). Assim, é possível considerar que não há uma zona de conforto profissional, mas a obrigação de vigilância sobre o que se tem, o que se quer e o que se fará no horizonte dos projetos societário e profissional defendidos<sup>2</sup>.

Guerra (2007b, p. 3) afirma que:

[...] o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica,

---

2 Paulo Netto (1999) apresenta interessante distinção entre projetos profissionais e projetos societários no texto *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea*.

pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulta na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas, ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis.

A institucionalização da profissão e o seu espraiamento na sociedade do capital apresentam um caráter eminentemente interventivo, exigindo do profissional alterações nas condições imediatas dos usuários de seus serviços. Sua atuação nas expressões da questão social é vista pela sociedade a partir da resolutividade de suas ações, “[...] o que exige respostas em nível imediato, emergencial, já que atende a questões que, pelo nível de tensão que provocam, põem em risco a ordem vigente” (GUERRA, 2009, p. 83). Ou seja, consiste em ambientes de trabalho cujas dinâmicas envolvem tensões e conflitos, que são movimentados por avanços e retrocessos na garantia dos direitos de cidadania.

Em meio à rotina estafante de trabalho, diretamente relacionada ao aumento da complexidade e da diversidade das manifestações da questão social, à minimização das políticas públicas pelas diretrizes neoliberais na condução do Estado, ao processo de precarização do trabalho que atinge o Serviço Social e os usuários, pode parecer difícil para o(a) assistente social refletir sobre as demandas que se apresentam e acerca dos meios e dos fins desse atendimento. E, não raro, o(a) profissional encontra a mesma dificuldade em identificar qual o objeto de sua ação, confundindo, muitas vezes, sujeito-objeto, levando-se pelo senso comum e por tendências moralizadoras ou até punitivas da questão social.

Ultrapassar os limites da cotidianidade/imediaticidade da profissão constitui base essencial à efetivação do projeto ético-político dos(as) assistentes sociais. A reflexão de Guerra (2007b, p. 2) corrobora essa afirmativa sobre instrumentalidade, a saber:

[...] é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

É importante também o apontamento feito pela autora sobre as condições objetivas e subjetivas que integram a instrumentalidade:

Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo, a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Condições subjetivas são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras. (GUERRA, 2007b, p. 1).

As conquistas do Serviço Social no Brasil permitem defender que a realidade posta ao profissional não é imutável, ao contrário, a intencionalidade e o direcionamento das ações do(a) assistente social influenciam diretamente nas condições objetivas – para sua manutenção ou para sua transformação na direção da justiça, da igualdade e da democracia. Nesse sentido, a precarização das relações e a precariedade das condições de trabalho, bem como o desemprego estrutural, as limitações salariais, a subalternização da profissão em muitos campos de atuação, entre outros desafios, põem em evidência a instrumentalidade como capacidade essencial da profissão na produção de resistências.

Com vistas a aliar a prática-reflexiva ao processo de definição de finalidades e de meios para o seu alcance, os(as) assistentes

sociais comprometidos(as) com o projeto ético-político do Serviço Social vão tecendo mediações necessárias e possíveis nos contextos de trabalho. Como salienta Guerra (2007b, p. 2), “[...] na medida em que eles/as utilizam, criam e adéquam as condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade”. Logo, essa categoria constitutiva do trabalho do(a) assistente social – a instrumentalidade – aponta para a formulação-reflexão de condições, meios e instrumentos no exercício de trabalho.

Entre as dimensões que perfazem a instrumentalidade, sem se distanciar do seu arcabouço teórico, ético, político, formativo, são importantes o debate e o amadurecimento da categoria dos(as) assistentes sociais acerca dos instrumentais técnico-operativos que passam a ser estruturados na sua dinâmica de respostas às expressões da questão social. Assim, não se pode perder de vista a exigência de que os(as) profissionais sejam capazes de identificar, no cotidiano, o conjunto de mediações que singularizam o seu objeto de análise, para formular/planejar/organizar a sua intervenção junto aos usuários, aos demais profissionais e aos gestores, consolidando a cooperação interdisciplinar e intersetorial na lógica de fortalecimento das políticas sociais públicas.

### **O Serviço Social no âmbito sociojurídico**

No Brasil, a presença do Serviço Social no âmbito das instituições que compõem o sociojurídico vem desde a origem da profissão, na década de 1930, no contexto do Poder Judiciário, por meio da Secretaria de Justiça, e, em nível federal, do Ministério da Justiça, nos espaços do Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então capital da república (IAMAMOTO, 2009; MARTINELLI, 2005)<sup>3</sup>.

3 Sobre o processo sócio-histórico de institucionalização do Serviço Social na órbita do Judiciário (ou no chamado “campo e/ou área sociojurídica”), ver obras de Elisabete Borgianni, Eunice Fávero, Marilda Vilella Iamamoto, Regina Célia Tamaso Míoto, que se constituem referências.

Acompanha, desde então, o processo de institucionalização do próprio Serviço Social, sem a devida reflexão crítico-analítica sobre a natureza desse espaço de atuação profissional. De fato, o debate sobre a configuração desse importante espaço de trabalho do(a) assistente social, como campo ou área sociojurídica, é recente, datando do início dos anos 2000.

Mais precisamente, foi em setembro de 2001, com a publicação da *Revista de Serviço Social & Sociedade* de nº 67, que se introduziu no centro do debate sobre a atuação profissional dos(as) assistentes sociais vinculados(as) ao Poder Judiciário, Sistema Penitenciário e Segurança Pública, a expressão temática “sociojurídico” (BORGIANNI, 2009). Nessa revista, apareceu pela primeira vez o termo “sociojurídico” referindo-se ao campo de atuação profissional dos(as) assistentes sociais com vinculação de trabalho ao Judiciário e às instituições em sua órbita, na esteira da política pública de justiça. Posteriormente, no “10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais”, em 2001, na cidade do Rio de Janeiro, concomitantemente com o lançamento da revista, no interior do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/Cress), deflagrou-se um movimento político de organização e de afirmação do trabalho dos Assistentes Sociais na esfera do Poder Judiciário e Sistema Penitenciário brasileiro. Conforme Borgianni (2013, p. 409-410):

Ali, no 10º CBAS, além de ter sido lançado o nº 67 da revista *Serviço Social & Sociedade*, elaborou-se pela primeira vez uma agenda de compromissos que incluiriam ações relacionadas a essa área. A partir de 2002, vários Conselhos Regionais de Serviço Social do Brasil começaram também a criar suas Comissões Sociojurídicas que seriam, então, compostas por membros de direção e assistentes sociais que atuam no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas e no sistema prisional.

Em 2003, numa publicação organizada pelo CFESS, intitulada *Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*, Eunice Terezinha Fávero, ao discorrer sobre a importância do “Estudo social no cotidiano da intervenção ao longo do processo histórico do Serviço Social”, assim define campo sociojurídico:

Campo (ou sistema) sociojurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social articula-se a ações de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento, como abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros. O termo sociojurídico, enquanto síntese destas áreas, tem sido disseminado no meio profissional do Serviço Social, em especial com sua escolha como tema central da *Revista Serviço Social e Sociedade n. 67* (Cortez Editora), pelo comitê que organizou, tendo sido incorporado, a seguir, como uma das sessões temáticas do X CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais/2001. (FÁVERO, 2003, p. 10).

Na edição revisada do mesmo livro, em 2014, a autora observa que o processo de conhecimento a esse respeito, abrangendo objeto, objetivos e instrumentos, com especial atenção ao que se relaciona ao sistema judiciário, tem avançado nos últimos anos, mas necessita de aprofundamentos. Explica que:

[...] profissionais que atuam em outros espaços institucionais, que integram o denominado campo sociojurídico, relacionam-se no dia a dia com essa área, como os que trabalham em *unidades de acolhimento institucional de crianças, unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, Ministério Público, Defensoria Pública, sistema penitenciário* [...]. (FÁVERO, 2014, p. 18, grifo da autora).

No mesmo ano de 2003, no Posfácio do livro *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*, Marilda Vilella Yamamoto, ao discutir suas posições sobre o trabalho do assistente social na “esfera sociojurídica” (a expressão “esfera” é de Yamamoto), passa a trabalhar com a noção de “área” sociojurídica em vez de

campo sociojurídico, contribuindo para novas reflexões no interior da profissão.

Em 2011, o documento do conjunto CFESS/Cress, intitulado *Serviço Social no campo sociojurídico*, apresenta elementos sobre a configuração do espaço de trabalho do assistente social que atua no Poder Judiciário e nas instituições que com ele integram o sociojurídico, como resultado do aprofundamento de estudos e debates no universo profissional dos assistentes sociais.

Em 2012, o CFESS publica os conteúdos do *II Seminário Nacional: o Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos*, ocorrido em 2009 em Cuiabá, estado do Mato Grosso.

Borgianni apresenta significativa discussão sobre “campo” e “área” em 2013, na *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 115, no texto “Para entender o Serviço Social na área sociojurídica”. E, prefaciando o livro *Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências*, explica:

*Social* entendido como síntese das expressões complexas da luta de classes – sejam essas expressões silenciosas ou explosivas, barbarizantes da vida em sociedade ou camufladoras da violação de direitos. *Jurídico* entendido como esfera em que os conflitos se resolvem pela impositividade do Estado. Ambos, *social e jurídico*, intimamente interligados entre si e com o político, desde a gênese da sociedade burguesa. (BORGIANNI, 2014, XV, grifos da autora).

Em 2014, o CFESS publica o documento nº 4 da série “Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais”, sob o título *Atuação de assistentes sociais ou sociojurídicos: subsídios para reflexão*, elaborado pelo Grupo de Trabalho Serviço Social, constituído em 2010 no âmbito do conjunto CFESS/Cress. Foram apresentadas duas questões que deveriam ser abordadas no Grupo de Trabalho: a) os parâmetros de atuação no campo sociojurídico, incluindo Tribunal de Justiça, Ministério Público, Sistema Prisional, Secretarias

Estaduais de Justiça e medidas socioeducativas; e b) a identificação da defasagem de assistentes sociais na área sociojurídica.

Nosso objetivo não é, neste momento, desenvolver as concepções de campo, esfera, sistema ou área, mas sim refletir sobre a relação entre a atuação em diferentes espaços sócio-ocupacionais na área sociojurídica, sua instrumentalidade, seus instrumentais e sua intencionalidade na operacionalização. Para tanto, consideraremos a delimitação dos espaços sócio-ocupacionais elaborada pelo Grupo de Trabalho Sociojurídico, gestão 2008-2011, cujas reflexões e levantamentos estão organizados num primeiro relatório apresentado em 2009, que abrange:

Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública/Serviços de Assistência Jurídica Gratuitas, Sistema Penal/ Penitenciário e Segurança Pública, Sistema de Aplicação de Medidas Socioeducativas, Instituições Policiais, Programas na área de Políticas Públicas de Segurança, Serviço de Acolhimento Institucional/Familiar. (CFESS, 2014, p. 10).

Borgianni (2014, p. XVII) explicita que a área sociojurídica é composta por:

[...] instituições que formam o Sistema de Justiça, ou seja, os Tribunais de Justiça, estaduais, federais e eleitorais, o Ministério Público, as Procuradorias de Justiça, a Defensoria Pública, o Sistema Prisional, o Sistema de Segurança Pública, o Sistema de cumprimento de medidas socioeducativas, os Núcleos de Práticas Jurídicas das Universidades e Faculdades, e todas as instituições e organizações abrangidas pelo Sistema de Garantias de Direitos, conforme o define a Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, em seus três eixos: proteção, controle e exigibilidade dos direitos.

Os(As) profissionais que trabalham nessas áreas lidam muitas vezes com diferentes ângulos da mesma expressão da questão social, a partir do atendimento dos sujeitos que integram o grupo familiar, de acordo com os objetivos e especificidades de sua instituição como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

A cotidianidade do trabalho do(a) assistente social é permeada pela contradição entre os princípios fundamentais da ética profissional e da intencionalidade institucional; especificamente no sociojurídico, é ainda mais intensa: de um lado, a intenção institucional para adequação do indivíduo e sua família à sociedade; de outro, a intencionalidade da própria profissão, expressa na luta pela concretização de direitos, pelo protagonismo e autonomia dos sujeitos, pela superação da injustiça, consoante o projeto ético-político, fundamentado nos princípios expressos no Código de Ética Profissional, especialmente a “[...] VII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012, p. 24).

As competências e as atribuições privativas do(a) assistente social, expressas, respectivamente, nos artigos 4º e 5º da lei que regulamenta a profissão, Lei nº 8.662/1993, são operacionalizadas através de instrumentais e técnicas construídos no cotidiano profissional, dentro de um dado momento histórico, a partir de necessidades e demandas postas à própria profissão.

A utilização dos instrumentais, como, por exemplo, a entrevista e a visita domiciliar, passou por grandes modificações, a partir da intencionalidade e da liberdade de escolha do profissional do referencial teórico-metodológico e ético-político norteadores da dimensão técnico-operativa.

No início da profissão, a visita domiciliar era utilizada com a finalidade de fiscalizar o comportamento e o modo de vida das pessoas, com base em posturas e ações moralizantes e moralizadoras, adequando-se aos objetivos dos princípios teórico-metodológicos positivistas, funcionalistas.

Os mesmos instrumentais, a entrevista e a visita domiciliar, de acordo com o atual projeto ético-político da profissão, devem ser utilizados para apreensão da realidade do indivíduo social, para

estabelecimento de uma relação de confiança, para ações que se inscrevam na defesa e na garantia de seus direitos e daqueles que o cercam, independentemente do campo de trabalho profissional.

Por outro lado, os relatórios e laudos sociais, cuja elaboração é competência privativa do assistente social, envolvem uma diversificação notável em função da multiplicidade dos espaços sócio-ocupacionais.

O sistema de justiça e segurança pública oferece um rico e interessante espaço para reflexões. Por exemplo, podemos considerar o caso de um homem que agride física e/ou sexualmente na sua família uma mulher, uma criança, um adolescente, uma pessoa com deficiência ou uma pessoa idosa. Se o(a) assistente social trabalha no Poder Judiciário, seu objetivo é preservar e efetivar os direitos da mulher, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, da criança ou do adolescente. Se o(a) assistente social trabalha na penitenciária, seu objetivo é preservar e garantir os direitos do preso, o mesmo agressor, mas que também é possuidor de direitos humanos, de direitos civis, políticos e sociais, ainda que submetido às consequências impostas pela legislação penal em vigor pela prática dos seus crimes.

A inserção de assistentes sociais no Ministério Público e na Defensoria Pública é mais recente do que no Poder Judiciário, o que indica que a atuação profissional se encontra em construção e expansão, constituindo espaços de excelência para a defesa e a garantia de direitos através da intervenção profissional. No Ministério Público, há uma tendência em buscar a construção do Serviço Social na defesa das políticas públicas. A Defensoria Pública pode ser considerada um espaço importante para assistentes sociais no sentido de garantir o acesso à justiça e garantia de direitos<sup>4</sup> a partir da identificação do

---

4 O livro *Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências*, organizado por Eunice Fávoro e Dalva Azevedo de Gois, publicado em 2014 pela Lumen Juris, traz interessantes e importantes discussões por profissionais que atuam em espaços sócio-ocupacionais caracterizados no âmbito sociojurídico.

não funcionamento de políticas públicas no atendimento às necessidades das famílias e dos indivíduos.

Na política de Assistência Social, há ainda a execução de medidas de proteção (acolhimento institucional, familiar, casas-lar, etc.) e de medidas socioeducativas em meio aberto pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), quais sejam: as de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ampliando o raio de análise, tanto a vítima como o agressor têm direito de acesso às políticas de saúde, educação, previdência, assistência social, trabalho, moradia, esporte, cultura, lazer e segurança pública (o próprio preso precisa ter garantida a sua integridade física e emocional dentro de uma penitenciária ou de um centro de detenção provisória). Por isso, o processo de trabalho profissional adquire singularidades de acordo com a finalidade institucional em que está inserido(a) o(a) profissional, o que exige formas diferentes de organização e de desenvolvimento das atividades. Isso exige também instrumentais distintos, compreendendo a organização de prontuários e roteiros para entrevistas e relatórios, a articulação do sistema de garantia de direitos à pessoa presa e o desenvolvimento da inter-relação entre a família e a rede de apoio pessoal/familiar, no sentido de manter/fortalecer/desenvolver vínculos afetivos, tanto para o período de cumprimento de sua pena como para o período em que deverá retornar ao convívio social.

A Justiça Estadual apresenta uma grande diversidade para a atuação do Serviço Social, que inclui a área cível de família, envolvendo crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, área cível da infância e juventude, área de atos infracionais (apuração dos atos infracionais e execução de medidas socioeducativas), Cadastro Nacional de Adoção, cursos preparatórios para pretendentes à adoção, fiscalização de instituições executoras de medidas de proteção à criança e ao adolescente e de medidas socioeducativas para

adolescentes autores de atos infracionais e, mais recentemente, área criminal que envolva violência doméstica, violência contra a mulher e violência contra a pessoa idosa e pessoa com deficiência. Em alguns momentos, a atuação adquire característica pericial; em outros, de intervenção; e, em outros, de avaliação de funcionamento das políticas públicas e das instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Fávero (2014, p. 18-19) pondera que é necessário:

[...] refletir se o assistente social deve atuar apenas como perito, ou se sua intervenção deve ter uma dimensão mais ampla, articulada à rede socioassistencial, sobretudo junto à infância e à juventude, conforme o próprio ECA dispõe. Se atuará como perito tão somente nas Varas de Família e Varas Cíveis ou se terá uma atuação mais abrangente junto à Justiça da Infância e da Juventude.

A atuação na Justiça Estadual, no âmbito da Infância e Juventude no estado de São Paulo, apresenta uma mescla entre a perícia, a avaliação de serviços, do funcionamento das políticas públicas e a articulação dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da Criança e do Adolescente. Na área de família, a atuação prevalece enquanto perito para subsidiar decisões judiciais.

A Justiça Federal atua no sentido de garantir o acesso a benefícios sociais, cujos profissionais devem ter capacidade de desvendar o aparente de cada situação para identificar os elementos que vulnerabilizam ou não a família, para muito além dos aspectos meramente econômicos.

Dentro da Previdência Social, a atuação do Serviço Social tem também uma interface com a Justiça, o que tem levado a algumas discussões sobre a sua relação com a área sociojurídica.

Essa diversidade e complexidade de análises e intervenções do Serviço Social estão diretamente vinculadas às demandas que se colocam à profissão, historicamente determinadas pela sociedade do capital em tempos de neoliberalismo, que acentua,

aprofunda e complexifica as manifestações da questão social, em especial as que estão relacionadas ao individualismo, à competitividade, à minimização das políticas sociais e à violência, tratadas no âmbito sociojurídico.

A construção do saber em cada área de atuação envolve a construção das condições objetivas e subjetivas da profissão, englobando os instrumentais e as técnicas de utilização. Não sem razão, os(as) profissionais veem-se confrontados com novos temas, como o depoimento sem dano ou escuta especial de crianças vitimizadas, utilização de técnicas de conciliação e mediação de conflitos, avaliação criminológica, etc.

O debate acadêmico tem que ser enriquecido com as experiências cotidianas dos(as) profissionais, e vice-versa; a prática profissional tem que ser enriquecida com a fundamentação teórico-metodológica e ético-política para a construção da práxis, para dar um direcionamento consciente às ações do(a) assistente social.

É imprescindível considerar também as condições de trabalho que os profissionais vivenciam nas suas instituições e a sobrecarga de trabalho ocasionada tanto pelo aumento da demanda como pela diminuição dos investimentos públicos no atendimento à população. A partir daí, grandes desafios se apresentam ao profissional:

- a. Refletir permanentemente sobre as tensões entre as funções institucionais do espaço profissional e os princípios ético-políticos do Serviço Social;
- b. Identificar com clareza seu objeto de avaliação e/ou intervenção dentro das suas competências e atribuições previstas pela Lei nº 8.662/1993, sem, porém, perder de vista a construção permanente da instrumentalidade profissional dentro da perspectiva de totalidade e de criticidade;
- c. Buscar permanente aperfeiçoamento sobre o método de estudo da realidade a partir do método em Marx, de modo a adquirir mais segurança na análise do seu objeto específico

- de trabalho, identificando as mediações que singularizam seu objeto e, ao mesmo tempo, teorizando sua própria prática;
- d. Construir instrumentais de trabalho que deem conta da diversidade de objeto de análise e/ou intervenção, sem resvalar no ainda presente movimento de psicologização da profissão, ou tendências conservadoras na profissão;
  - e. Estudar, refletir, sem receios e pré-conceitos, antigas e novas ferramentas de trabalho, deixando para trás a subalternização da profissão, assim como a visão fatalista ou messiânica.

### **O Serviço Social no Poder Judiciário: Justiça Estadual e Federal**

Ao Serviço Social, nas instâncias do Judiciário brasileiro, atualmente impõem-se “antigas” e “novas” demandas, porém inevitavelmente todas ainda oriundas da mesma questão social – própria da contradição entre os interesses do capital e do trabalho. As manifestações da questão social se estendem ainda mais com o parco funcionamento, em tempos de economia fundada nos princípios neoliberais, ou mesmo com o não funcionamento, das políticas públicas, mais intensamente as de saúde, educação e assistência social.

E que demandas são essas?

Na esfera estadual, as demandas institucionais dirigidas ao Serviço Social são decorrentes dos conflitos na família, do aumento da criminalidade entre jovens e adultos, especialmente relacionada ao consumo, à dependência de álcool e drogas, da ameaça e violação de direitos contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, *gays*, lésbicas, transgêneros<sup>5</sup>. É de se notar que os conflitos se intensificam e se complexificam na mesma proporção da existência da vulnerabilidade social e da acentuada violação de direitos sociais.

---

5 No estado de São Paulo, as violações de direitos a *gays*, lésbicas e transgêneros não foram especificamente inseridas nas atribuições para avaliação do Serviço Social.

As Normas da Corregedoria publicadas em 2013, no *caput* do artigo 802, estabelecem o âmbito da atuação do Serviço Social e da Psicologia no Poder Judiciário do estado de São Paulo:

Os assistentes sociais e os psicólogos judiciários executarão suas atividades profissionais junto às Varas da Infância e da Juventude, de Família e das Sucessões, de Violência Doméstica e nas ações que demandem medidas de proteção a idosos em situação de risco, mesmo que tramitem nas Varas Cíveis. (SÃO PAULO, 2013, s.p.).

Tradicionalmente a atuação profissional tem sido vista como necessária para subsidiar as decisões judiciais através de laudos, como definido em seu parágrafo 1º:

Compete à equipe interprofissional fornecer subsídios por escrito mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outras, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

O estudo social para elaboração de relatórios sociais com finalidade de avaliação socioeconômica na concessão de algum benefício/direito social não considera os mesmos aspectos quando se trata, por exemplo, de analisar o que é melhor para uma criança numa disputa de guarda entre seus pais ou outras pessoas interessadas no seu cuidado, como é comum no Poder Judiciário Estadual.

O estudo social com a finalidade de subsidiar decisões judiciais no Poder Judiciário Estadual – tanto na área de Infância e Juventude como na de Família –, expresso em laudos e relatórios, deve identificar a organização interna da família, suas relações com a comunidade, com grupos de parentes e amigos, seu acesso a direitos sociais (na forma de políticas públicas ou privadas), além de aspectos culturais, que permitam o exercício efetivo da função protetiva da família à criança ou ao adolescente. Por outro lado, é imperioso identificar também as características e necessidades da criança, do

adolescente, cuja situação esteja sendo avaliada, seja no âmbito da Infância e Juventude, seja no âmbito da Família. Em outras palavras, é preciso ter uma visão de totalidade, do ponto de vista social, para avaliar qual família apresenta as condições mais adequadas ao atendimento das necessidades da criança/do adolescente.

Nos processos de interdição e curatela de pessoas idosas e/ou com deficiências, a análise social é bastante complexa; existem em diferentes classes sociais, devendo-se ser ressaltada a função protetiva da família em relação ao(à) interditado(a) ou curatelado(a), ou seja, como a família se organiza para atender às necessidades da pessoa sob seus cuidados.

Para tanto, o(a) profissional do Serviço Social no Poder Judiciário Estadual tem que avaliar permanentemente a situação da pessoa em questão, dentro do contexto familiar em que se encontra, identificando as refrações da questão social presentes e como estas interferem na dinâmica sociofamiliar, como contribuíram para o desencadeamento de conflitos, necessidades e violações de direitos, de modo a fundamentar seu parecer. Na área da Infância e Juventude, não raro, é fundamental indicar também o que é necessário para fortalecer a família e para que o processo de violações seja interrompido, resgatando sua função protetiva. Essas necessidades podem ser tanto intervenções pessoais e pontuais como até intervenções de políticas públicas.

É preciso destacar que as Normas de Serviço da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estabelecem outras funções para assistentes sociais, que vão para além da elaboração de laudos e relatórios sociais para subsidiar decisões judiciais, com utilização de entrevistas, observação sistemática ou assistemática e visitas domiciliares. O artigo 804 apresenta mais dezesseis atribuições junto às Varas da Infância e da Juventude, como organizar e executar a preparação de pretendentes à adoção, analisar e emitir parecer sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças

e adolescentes em serviços de acolhimento institucional ou familiar, assessorar o juiz na fiscalização de programas de medidas de proteção e socioeducativas, promover articulação e fortalecimento da rede protetiva, o que imprime uma grande complexidade ao processo de trabalho profissional, demandando tempo, amplo conhecimento técnico e diferentes habilidades. É importante salientar que a maioria dos(as) profissionais de Serviço Social atua em varas não especializadas, atendendo a toda a demanda cível (guarda, adoção, execução de acolhimento institucional ou familiar, etc.) e atos infracionais da infância e juventude, concomitantemente com a demanda na área de família, em ações de guarda, tutela, regulamentação de visitas, pensão alimentícia, interdição, curatela, etc.

No âmbito federal, as demandas que chegam ao Serviço Social são provenientes dos litígios relacionados aos direitos previdenciários, tais como: auxílio reclusão e pensão por morte. Contudo, a mais complexa demanda e de maior volume nos processos judiciais da Justiça Federal está relacionada aos direitos preconizados na Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado ao idoso com idade superior a 65 anos e ao deficiente com incapacidade para o trabalho, cuja renda *per capita* familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo.

Nesses processos, que têm como discussão o BPC, o(a) assistente social faz a perícia técnica e apresenta laudo social com o escopo de subsidiar a decisão judicial. Os processos, em sua grande maioria, versam sobre o indeferimento administrativo ao pleito da parte autora do processo pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Tanto na Justiça Federal como na Justiça Estadual, não raro, as situações que se apresentam ao(à) profissional exigem intervenção imediata, e a sobrecarga de trabalho – as condições em que se realiza a intervenção – dificultam a apreensão da totalidade social e de suas mediações que singularizam a realidade em que se dá a atuação,

dificultando ao(à) profissional a apreensão da dimensão mediata do seu trabalho, as consequências materiais e espirituais para a reprodução das relações sociais vigentes.

A prestação de serviços aparece como uma necessidade imediata, descontextualizada do momento histórico e da contradição entre capital e trabalho, descaracterizando o caráter político da ação profissional, como aponta Guerra (2007a, p. 156-157):

[...] a intervenção profissional, enquanto prestação de serviços, ao ser retirada do confronto direto entre capital-trabalho, tem obscurecida sua função política no interior dos antagonismos entre duas classes fundamentais da sociedade capitalista. A consequência [*sic*] é o acobertamento da dimensão política, parte constitutiva da intervenção profissional, e, o que é mais significativo ainda, a inversão do real significado dos serviços contribui para a construção da auto-representação [*sic*] dos profissionais como 'agentes mediadores da justiça', já que os serviços passam a significar a possibilidade de reposição de parte da mais-valia expropriada do trabalho pelo capital.

O processo de trabalho profissional é permeado pela burocratização e ações repetitivas; se, por um lado, há uma ausência de questionamento das mediações determinantes das demandas profissionais e do contexto institucional e a inibição do movimento reflexivo/criativo do(a) profissional; por outro, a padronização das ações e a atuação regrada por normas externas e internas oferecem segurança ao(à) profissional.

No estudo de Coelho (2013, p. 45) sobre a imediaticidade na prática do(a) assistente social, a autora explica que:

Em um mundo permeado pela incerteza, a sensação de *segurança* vincula-se diretamente à burocracia, ou seja, ao modo pelo qual uma vida segura submete-se aos princípios do formalismo pseudorracional e aos valores burocráticos da eficácia *profissional*, afirma Coutinho (1972, p. 50, grifos do autor). A prática burocrática obedece às normas, às

regras, aos procedimentos, às ações formalmente estabelecidas. O conteúdo apresenta-se escamoteado pela forma.

Juntamente com as demandas sociais, aparecem os instrumentos para seu enfrentamento, como criação, não da tecnologia, mas da inteligência conceitual desenvolvida pelo(a) assistente social – ser social – nas inter-relações pessoais e profissionais.

Na Justiça Federal, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, o Serviço Social tem uma atuação proposta de trabalho sistematizada; o(a) assistente social é muito requisitado(a) para atuar como perito social nos processos que decidem sobre a concessão do BPC destinado a idoso e a deficiente. O trabalho do(a) assistente social, na condição específica de perito social, é normatizado por portarias e resoluções que regulamentam procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados na realização das perícias judiciais na área do Serviço Social (laudos; perícia indireta e complementar).

A Portaria nº 027/2006 – do Juizado Especial Federal Cível de Osasco – estabelece regras e critérios na realização da perícias sociais:

Art. 7º - Os laudos socioeconômicos deverão responder aos quesitos do juiz, constantes do Anexo II desta Portaria, e das partes, se houver; Art. 8º - Não há necessidade de agendamento de nova perícia socioeconômica quando houver, por parte do Juiz, pedido de esclarecimento. § 1º - Denomina-se pedido de esclarecimento o ato pelo qual o Juiz requisita do perito informações acerca do laudo apresentado; § 2º - Não serão pagas perícias complementares e pedidos de esclarecimentos; Art. 9º - A perícia complementar obedecerá aos mesmos procedimentos de agendamento da perícia socioeconômica. Parágrafo único - Denomina-se perícia socioeconômica complementar o procedimento técnico de reavaliação pericial, realizado pelo perito que assina o laudo principal, mediante a existência de fato que, em tese, altera a conclusão da perícia socioeconômica. (OSASCO, 2006, s.p.).

## Considerações finais

A compreensão do Serviço Social como trabalho, na perspectiva da centralidade da sociabilidade humana, é fundamental para o desvendamento dos processos de trabalho profissional.

O espaço socioinstitucional, como empregador, objetiva, no plano imediato, que a ação profissional do(a) assistente social apresente resultados imediatos na realidade do indivíduo social, que traz demandas essencialmente configuradas como expressões da questão social, objeto da análise e da intervenção profissional.

No entanto, a rotina e as condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional dificultam, neste momento histórico, o desvendamento das demandas postas, a compreensão da totalidade na concepção crítica, suas particularidades, conjunto de mediações que singularizam a realidade vivenciada pelo profissional na instituição e a realidade vivenciada pela população usuária de seus serviços.

O tensionamento entre os objetivos institucionais e profissionais precisa ser constantemente clarificado em dois sentidos: no de se identificar os aspectos que reproduzem o *status quo*, mas também de se identificar os espaços que permitem a garantia e a efetivação de direitos, qualificando a atuação do Serviço Social, com vistas à mediaticidade da atuação profissional, de modo a contribuir com a efetivação do projeto ético-político na construção de uma nova ordem societária.

Para que o(a) assistente social consiga conferir criticidade e propositividade à dimensão técnico-operativa do seu trabalho, é fundamental seu aprimoramento no método de interpretação da realidade a partir do materialismo histórico-dialético, pois é um difícil exercício identificar a universalidade, a particularidade e a singularidade no seu cotidiano profissional, o que está vinculado à condição subjetiva da instrumentalidade, ou seja, ao aprimoramento das competências e habilidades do indivíduo profissional.

A partir daí, no aspecto técnico-operativo, no âmbito sociojurídico, diante da complexidade e da grande e diversificada demanda

de trabalho, pode-se mencionar como desafio a construção de instrumental de trabalho para a elaboração do estudo social, da perícia social e da vistoria social que contemplem aspectos gerais a serem levantados, como as estruturas e dinâmicas sociofamiliares, suas condições socioeconômicas ambientais e culturais, a fim de serem utilizadas em avaliações na área da previdência social, da assistência social, da família, da infância, da juventude, do deficiente e do idoso. Há que se pensar também nos aspectos que devem ser considerados para identificar a melhor forma de regulamentar as visitas de crianças e adolescentes, opinar sobre a melhor forma de pagamento ou de exoneração do pagamento de alimentos, ou ainda nas avaliações de pretendentes à adoção.

Pode-se considerar um avanço na área da infância e da juventude as intervenções que extrapolam o nível do atendimento individual que exigem mais do que especificamente entrevistas, observação e visitas domiciliares, como a preparação de pretendentes à adoção, a fiscalização das instituições que executam medidas protetivas e socioeducativas e a avaliação de planos individuais de atendimento na execução das medidas de acolhimento institucional/familiar e socioeducativas. É preciso fortalecer e articular a rede de serviços socioassistenciais, o que exige conhecimento e habilidade para transitar entre os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos de proteção à criança e ao adolescente, contribuindo na sua articulação, na efetividade das ações e, conseqüentemente, na efetivação de direitos fundamentais, sociais, de convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente.

E no que diz respeito à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, no campo específico do direito à assistência e previdência social, no que se refere à atuação do Serviço Social da Justiça Federal, por meio dos instrumentos técnico-operativos, pode-se destacar o desafio de superar as interpretações da questão social trazidas ao processo judicial pelos demais sujeitos que operam a política de justiça. Para isso,

é necessário um profissional capaz de transmitir suas análises numa linguagem redigida muito bem fundamentada nos conhecimentos das teorias que orientaram seus estudos para emitir em cada parecer, de tal modo que se reverta a violação ao direito reclamado pela parte usuária dos nossos serviços.

## Referências

- AGUINSKY, B. G.; ALENCASTRO, E. H. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. *Katálysis*, Florianópolis, v. 9, nº 1, p. 19-26, 2006.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BARISON, M. S. A judicialização e a despolitização da questão social: duas faces de uma mesma moeda. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 18, nº 31, p. 15-32, 2014.
- BARISON, M. S. *Judicialização da questão social*: um estudo a partir dos processos de interdição das pessoas com transtornos mentais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, nº 106, p. 205-218, 2011.
- BARROCO, M. L. S. *Ética*: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BORGIANNI, E. Identidade e autonomia do trabalho do/a assistente social no campo sociojurídico. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *II Seminário Nacional: o Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos*. Brasília, DF: CFESS, 2012. p. 164-176.
- BORGIANNI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, nº 115, p. 407-442, 2013.
- BORGIANNI, E. Prefácio. In: FÁVERO, E.; GOIS, D. A. (Org.). *Serviço Social e temas sociojurídicos*: debates e experiências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. XV-XVII.
- BRASIL. *Código de Ética do(a) assistente social*. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993a.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993b.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993c.

- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *II Seminário Nacional: o Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos*. Brasília, DF: CFESS, 2012.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília, DF: CFESS, 2014. (Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).
- COELHO, M. *Imediatividade na prática profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CORREA NETTO, E. *Profissão: assistente social*. São Paulo: Unesp: Cultura Acadêmica, 2010.
- FÁVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 9-51.
- FÁVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 15-64.
- FÁVERO, E.; GOIS, D. A. (Org.). *Serviço Social e temas sociojurídicos: debates e experiências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- GUERRA, Y. D. A. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2007a.
- GUERRA, Y. D. A. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. *Palestra...* Belo Horizonte: Cress, 2007b. p. 1-16.
- GUERRA, Y. D. A. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (Org.). *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento*. São Paulo: Veras, 2009. p. 79-106.
- GUERRA, Y. D. A. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 38, nº 91, p. 5-33, 2007c.
- IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, nº 128, p. 13-38, 2017.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS – Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ Abepss, 2009. p. 15-50.

- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, M. V. Posfácio. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003. Posfácio.
- KISNERMAN, N. *Sete estudos sobre Serviço Social*. São Paulo: Cortez: Moraes, 1978.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MACÁRIO, E.; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. (Org.). *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIOTO, R. C. T. El Servicio Social en la institucionalidad de las políticas públicas: la realidad brasileira en foco. In: AQUIN, N.; CARO, R. (Org.). *Políticas públicas, derechos y trabajo social en el Mercosur*. Buenos Aires: Espacio, 2009. p. 213-228.
- OSASCO. *Portaria nº 27, de 2006*. Regulamenta os procedimentos a serem adotados por este Juizado Especial Cível, no que tange às Perícias Judiciais na área de Serviço Social, em aditamento à Portaria nº 8/2006. Osasco, 2006. Disponível em: <[www.jfsp.jus.br/assets/uploads/subsecoes/osasco-jef/atos-normativos/2006/pt027-2006.pdf](http://www.jfsp.jus.br/assets/uploads/subsecoes/osasco-jef/atos-normativos/2006/pt027-2006.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2017.
- PAULO NETTO, J. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1: crise contemporânea. Brasília, DF: Cead, 1999.
- PAULO NETTO, J. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PAULO NETTO, J. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SÃO PAULO. Corregedoria Geral da Justiça. *Normas de serviço: ofícios de justiça*. Tomo I. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://api.tjsp.jus.br/handlers/handler/filefetch.ashx?codigo=95335>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

## Minibiografia dos Autores

### **DAVID PEREIRA CRUZ**

Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Políticas Públicas pela mesma instituição e graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Júlio de Mesquita Filho. Assistente social da Justiça Federal.

E-mail: <davidpereiracruz@hotmail.com>.

### **EDMÉIA CORRÊA NETTO**

Doutora e mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) Júlio de Mesquita Filho e graduada em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Autora do livro *Profissão: assistente social*. Docente no curso de Serviço Social no Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro (Imesb), São Paulo. Assistente social do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

E-mail: <enettosocial@gmail.com>.

### **ERLENIA SOBRAL DO VALE**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente social e docente do curso de bacharelado em Serviço Social da UECE, membro do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), atual coordenadora do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social.

E-mail: <erlenia@yahoo.com.br>.

### **GÉSSICA NAIANE SILVA OLIVEIRA**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Residente multiprofissional em Saúde Hospitalar, com ênfase em Saúde Mental. Em 2017 foi monitora acadêmica da disciplina Oficina III (instrumentalidade) do curso de Serviço Social, vinculada ao Programa Monitoria Acadêmica (Promac) da UECE. Desenvolve ativi-

dades de pesquisa nas seguintes temáticas: Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social, Atuação do Assistente Social na Saúde e Suicídio. E-mail: <gnaiane.oliveira@gmail.com>.

***IRENE JUCÁ PAIVA AGUIAR***

Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tem experiência na área de Saúde. Atuou como assistente social do Hospital Geral de Fortaleza, em assessoria técnica a assentamentos rurais pela Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (Copasat)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e na área da Proteção Social Básica da Assistência Social. Atua como analista do seguro social com formação em Serviço Social no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

E-mail: <ijuca06@gmail.com>.

***JOANA IDAYANNE SILVEIRA MOREIRA***

Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Social e bacharel em Serviço Social, todas as formações pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atua como analista do seguro social com formação em Serviço Social no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

E-mail: <idayannemoreira@yahoo.com.br>.

***LEILA MARIA PASSOS DE SOUZA BEZERRA***

Doutora e mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Docente do curso de bacharelado em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE. Pesquisadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afrobrasiliadades, Gênero e Família (Nuafro), do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (Lassoss) e do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (Labvida).

E-mail: <leila.passos@uece.br>.

**MARIA DO SOCORRO CAMELO MACIEL**

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Observatório da Vida Estudantil (Observe) da Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Coordenadora de Políticas Estudantis da Unilab.  
E-mail: <socorrocamel@yahoo.com.br>.

**MARIA LENILÚCIA PEREIRA GOMES**

Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Maracanaú, Ceará.  
E-mail: <leniluciamov@yahoo.com.br>.

**NEUBEJÂMIA ROCHA SILVA LEMOS**

Mestra em Saúde Pública e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente social do Instituto Dr. José Frota (IJF) de Fortaleza e do Hospital Geral Dr. César Cals. Preceptora da Residência Integrada em Saúde (RIS) Hospitalar pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Membro do Comitê de Ética do IJF.  
E-mail: <neubalemos@gmail.com>.

**RAQUEL DE BRITO SOUSA**

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros).  
E-mail: <raquelb.ufmt@gmail.com>.

### **RAYANE LIMA DUDA**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Residente multiprofissional em Saúde Hospitalar, com ênfase em Assistência em Transplante.

E-mail: <rayane.mary@hotmail.com>.

### **RENATA ALBUQUERQUE CAMELO**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros). Estuda instrumentalidade do Serviço Social, com ênfase na dimensão técnico-operativa e nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão.

E-mail: <r7\_renata@hotmail.com>.

### **RENATA MARIA PAIVA DA COSTA**

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais e graduada em Serviço Social, todas as formações pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Exclusão Social (Geppes) e do Observatório Juventude, Educação Profissional e Trabalho, ambos da UECE. Assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Fortaleza.

E-mail: <renatampc5@gmail.com>.

### **RUTH BRITO DOS SANTOS**

Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente social do Hospital Geral de Fortaleza. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Família, Direitos Sociais, Trabalho, Saúde e Envelhecimento.

E-mail: <ruth\_britos@yahoo.com.br>.

**SAMUEL GERMANO MOREIRA SILVA**

Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador de Pastoral da Escola Marista Sagrado Coração. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Organização Política, Movimentos Sociais e Trabalho de Base.

E-mail: <samuel.aracati@gmail.com>.

**SANDRA COSTA LIMA**

Doutoranda em Saúde Coletiva, mestra em Políticas Públicas e Sociedade e graduada em Serviço Social, todas as formações pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora integrante do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (Lassoss) da UECE, no qual realiza estudos e pesquisas relacionados aos seguintes temas: Saúde Coletiva, Redes de Atenção à Saúde, Formação para o Sistema Único de Saúde (SUS), Trabalho do(a) Assistente Social na Saúde. Assistente social do Hospital São José de Doenças Infecciosas do Ceará.

E-mail: <costalima.sandra@gmail.com>.

**TERESA CRISTINA ESMERALDO BEZERRA**

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Públicas, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e assessora do Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência (NAH) na UECE. Professora do curso de Serviço Social da UECE.

E-mail: <tecaesmeraldo@gmail.com>.



















